

EPISODIOS DA MINHA VIDA
(MEMORIAS)

bibRIA

bibRIA



Publicada no *Almanak do Zé*, com a seguinte legenda :

«O apóstolo da ideia. O pensamento livre e o coração preso . . . pelas loiras ! Faz a guerra à escuridão, para a Paz e para a luz universal. Romeiro da liberdade, cabelo de prata, palavra de ouro. Um apóstolo !

MACALHES LIMA

EPISÓDIOS DA MINHA VIDA

VIAGENS, HOMENS E FACTOS

bibRIA



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
RUA DO ALFAMA, 10
4000-014 COIMBRA

MAGALHÃES LIMA

EPISODIOS DA MINHA VIDA

VIAGENS, HOMENS E FACTOS

bib**RIA**
VOLUME II



LIVRARIA UNIVERSAL
DE
ARMANDO J. TAVARES
28, CALÇADA DO COMBRO, 30
LISBOA

MACALHAES LIMA

EPISÓDIOS DA MINHA VIDA

VIAGENS, HOMENS E FACTOS

bibRIA



LIVRARIA UNIVERSAL

ARMANDO J. TAVARES

24, RUA DO COMÉRCIO, 30

LISBOA

CARACTER bibRIA

bibRIA

«De futuro é preciso que o character sobreleve a todos os mesquinhos interêsses e a todas as baixas intrigas. É no character que repousa a estabilidade de uma instituição. É preciso que a República se torne sinónimo de virtude, como a definiam os atenienses. É preciso que a República seja republicana!» Com estas palavras finalizou ante-ontem Magalhães Lima a sua notável conferência em que mais uma vez a sua formosa eloquência tribunicia entoou um hino de fervor e de esperança à causa sagrada da Liberdade.

Não podia reunir-se em fórmulas mais límpidas e perfeitas a aspiração que, dia a dia, se desenvolve e engrandece no peito dos verdadeiros republicanos dêste país, como não se podia de uma maneira mais sóbria e mais justa definir a situação a que desgraçadamente chegámos, mercê das culpas de todos nós.

Com a sua inexcédível autoridade republicana, Magalhães Lima fez, implicitamente, o processo da actualidade política portuguesa, porquanto re-

quere que, de futuro, a República seja republicana, para o que serão claros indícios da sua genuinidade a virtude e o character.

Por muito valiosa que seja a sanção que o grande espírito republicano de Magalhães Lima veio dar à campanha de urgente republicanização da República que A Manhã tem sustentado, ela não nos era absolutamente necessária, por que sabemos que na alma do povo republicano a nossa palavra sôa como o eco das suas próprias aspirações. Mas o que Magalhães Lima ante-ontem proferiu como uma sentença lapidar e definitiva, constitue para nós mais uma segurança de que não erramos, de que não exageramos, ao traçarmos o quadro da situação política em que a República se debate.

¿ Para que negá-lo ? A verdade que dessa situação se extrai, quási não é preciso assignalá-la nos tipos da imprensa que fixam as idéas e as impressões.

Ela é patente; ressalta da evidência de factos

que se sucedem, todos a sentem, todos a comentam; é o tema doloroso, mas constante nas conversações dos velhos republicanos, que, com surpresa e angustia, assistem ao abastardamento da ideia mais pura que tem sido acalentada em nobres corações. Não exageremos: se há aí, em qualquer dos partidos republicanos, ou fóra dêles, alguém que ouse afirmar que não são freqüentes as ocasiões em que, fechando os olhos, nós temos a impressão de que estamos assistindo a actos do tempo da monarquia, e da monarquia da decadência, ouvindo a mesma linguagem, verificando a existência dos «mesquinhos» interesses e baixas intrigas a que Magalhães Lima se referiu — esse alguém que apareça a desmentir as palavras com que assignalamos o triste quadro, e, se o conseguir fazer de maneira a convencer-nos de que laboramos num erro, tornar-nos-ia incomparavelmente felizes!

* * *

Tal não sucederá, porém. Não há audácia nem inteligência que possam contrapor-se à realidade. Um mal existe, e esse mal já há tempos se vem sentindo nas massas populares, que é onde se nota, mais fina e mais vibrante, a sensibilidade republicana. Simplesmente, a esse mal cuja influência primeiro se pode ter manifestado numa vaga perturbação, num confuso mal-estar, num especial nervosismo, numa inquietação surda, que por vezes se tem sentido já perpassar, abalando, num indefinível frêmito, os alicerces da defeituosa construção política da República, a esse mal ainda se não teria feito precisamente o diagnóstico verdadeiro.

Creio agora que esse diagnóstico está feito. Nós sofremos do envenenamento monárquico, produto de costumes que por todos os meios deveríamos ter tentado eliminar, mas a que, pelo contrário, triste é constatá-lo, os dirigentes da Repú-

blica não só deixaram sobreviver, como lhe deram direito de cidade nas fileiras republicanas. Mascou-se essa transigência com a invocação duma necessidade, que seria afrontosa para a República se realmente existisse, o que está longe de se encontrar provado, e a República abriu largamente as fronteiras dos seus princípios a uma incursão monárquica, bem mais perigosa do que as de Couceiro, porque, sem combate, realizou o seu objectivo, penetrando na praça que queria assaltar, bastando-lhe para isso pintar de verde e encarnado a sua bandeira azul e branca.

Entraram, essas criaturas, sem se lhes exigir nenhuma prova da sua recente devoção democrática, e logo foram colocadas à frente de velhos e sinceros republicanos; invadiram, vindas da imprensa, parlamento e govêrnos monárquicos, a imprensa, os parlamentos e os govêrnos republicanos; mas nem sequer gaguejaram nunca, mesmo em situações oficiais que a isso os obrigavam, a palavra República; outras, querendo apa-

rentar uma miraculosa fé republicana, entenderam que o poderiam facilmente provar, enchendo de insultos grosseiros e idiotas os velhos republicanos; mas numa coisa seguiram o mesmo processo: foi em procurar satisfazer, a todo o custo, os seus interesses e as suas vaidades, desacreditando, ao mesmo tempo, em virtude desses processos, a República que nunca deixaram de aborrecer.

E efectivamente o conseguiram, se o desgosto vencesse no ânimo dos autênticos republicanos o amor pela República, que só com a vida dêsses republicanos findará. Esses republicanos estão em todos os partidos, e constituem ainda a sua grande massa, felizmente, porque a monarquia destacou para a República cabos de esquadra de que ela fez marechais, mas não lhe forneceu soldados. Estão fóra dos partidos também, e porventura no maior número, precisamente porque lhes repugnam as promiscuidades que nêsses partidos encontrariam. Mas dentro dos partidos ou fóra dos parti-

dos, é a grande legião republicana que, na hora do perigo, a República e a pátria teem junto de si para as defender com o seu peito. Já mesmo, depois da implantação da República, assim que essa intervenção foi necessária, fulminantemente se executou. Foi na revolução de 14 de Maio.

Dessa revolução, porém, revolução, destinada a realizar a fórmula precisa e decisiva de João Chagas: «a Nação para todos, o Estado republicano» — que resta hoje?

Tão subtil, tão corrosivo é o envenenamento monárquico que já regressámos inteiramente à situação anterior.

¿ E isto caracter ? ¿ São isto as virtudes que Magalhães Lima proclama ? ¿ E' esta a República republicana que êle severamente exige que de futuro vigore em Portugal ? Se esse caracter é indispensável, se essas virtudes são absolutamente necessárias, se essa República republicana tem de existir de futuro, o que é prova de que não existe agora, então só há um caminho que a todos os re-

publicanos cumpre seguir: o de regressar ás normas claras e fortes dos tempos da propaganda, porque a propaganda pela República se impõe de novo, a-fim-de que ela se converta numa palpável realidade e não degenere numa absurda ficção.

Teem-se dado, por vezes, na história, destes surpreendentes equívocos, para não dizer destas monstruosas deturpações. Mas nunca deixaram de ser desfeitas pela força da lógica, iluminando ainda as consciências mais remissas, e, se o não foram, é porque povos fracos a isso se sujeitaram. Dessas fraquezas aviltantes nunca padeceu o povo português.

MAYER GARÇÃO.

O CULTO DO ESFORÇO

Quem não — Na nossa patria

— Um dia houve um grande dia
Que o povo, cheio de fé e de amor,
Foi ao templo da vida

— E lá se fez o sacrifício

— E lá se fez o sacrifício

— E lá se fez o sacrifício
— E lá se fez o sacrifício
— E lá se fez o sacrifício
— E lá se fez o sacrifício

AS MINHAS VIAGENS

bibRIA

bibRIA

O CULTO DO ESFORÇO

Quand même — No nosso posto

«Je veux prouver que quiconque agit bien et noblement, peut par cela même supporter le malheur».

BEETHOVEN.

«La joie par la souffrance».

BEETHOVEN.

O monumento de Belfort encerra uma alta lição moral. *Quand même* significa a energia, a altivez, a fé, o patriotismo, simbolizados numa alsaciana. Através da derrota, o character não pode, não deve mudar.

São grandes os homens e as sociedades que se não deixam vergar ao peso da adversidade. *Quand même* é o brado a vibrar deante do inimigo e deante dos acontecimentos, quaisquer que eles sejam. Podem mudar os processos. O esforço não se altera.

Tenho encontrado, durante a minha vida, muita gente fraca, que obedece a paixões de momento, gente impotente e cobarde, que marcha ao sabôr dos ventos, sem um pensamento que a dirija, sem um ideal que a norteie e impulsione. Felizes aquêles que podem exclamar no fim da existência: — *mantive-me no meu posto*. Há muitas maneiras de aquilatar a honra e esta é uma delas. O culto do esforço é sinónimo do culto do dever: eleva e dignifica. *Quand même* quer dizer para mim: — *no meu posto*. Nem a adversidade me perturba nem o triunfo me estonteia. Morrer assim é morrer

bem. Mas viver assim é também viver, e viver bem.

Chama-se a isto o culto do esforço, a suprema razão de sêr para um lutador, que não descrê nunca da sua causa.

Um episódio que nunca é demais repetir :

— ¿ Onde está a França? — perguntava um professor alemão a um joven aluno alsaciano, depois da guerra franco-prussiana.

— A França... — balbuciou o rapazinho.

— ¿ Onde está a França? — repetiu com veemência o professor.

Nova hesitação, por parte do estudante.

— ¿ Onde está a França? — voltou o professor mais irritado.

— A França, — responde enfim, o alsaciano, pondo a mão sôbre o coração — a França, a França está aqui... — batendo no peito.

O que é preciso é amar, sentir, querer. E nesta ância sagrada se resume o culto do esforço.

Um outro facto que acentua ainda mais o meu pensamento é o daquela mulher que, por ocasião da guerra franco-prussiana, assistindo a uma *quôte*, em favor da Pátria em perigo, com uma criança ao colo, a arrancou dos seus braços, e, com viva commoção, exclamou :

— Não tenho nada que dar. Mas dou o meu filho que é a minha maior riqueza.

A grandeza moral caracteriza o culto do esforço.

Quand même...

ANTES E DEPOIS DA REVOLUÇÃO

Contrastes

O período que antecedeu a Revolução foi um período de fé, de entusiasmo, de *santa ingenuidade*. Vivia-se na crença pura, na paixão de namorados fieis.

Recordo, com infinita saudade, os almoços no restaurante *Excelsior*, do *faubourg* Montmartre, em que apareciam, além de outros, os drs. Alves da Veiga, Angelo da Fonseca, João de Barros, José da Costa Amorim, que depois estabeleceu a residência em Tunis, e alguns franceses, entre os quais se destacava Victor Charbonel, o fundador do *cercle* racionalista Berthelot, que tão assinalados serviços prestou ao livre-pensamento em França. Podia bem dizer-se que a República se concentrava naquela pequena casa.

Eu tinha-me exilado e residia no *Hotel Central*, da *Cité Bergère*, onde flutuou a primeira bandeira do regime republicano que se arvorou no estrangeiro. Ali me refugiei no tempo do franquismo, e, ali, verifiquei o contraste que existe entre vencidos e vencedores. A primeira gravura é a confiança, a mútua confiança, a segurança no futuro; a segunda é a expansão, o facto consumado, a vitória. O pequeno hotel enchia-se diariamente de jornalistas que reclamavam notícias para informarem os seus jornais.

No grupo, na sua maioria composto de estrangeiros, avultavam três portugueses : o bom Xavier de Carvalho, o dr. Angelo da Fonseca, que frequentava os hospitais de Paris e o brilhante esteta, Aquilino Ribeiro.

Não foi para mim perdido esse convívio. Foi uma época de ensinamento. Contava-me Dias Ferreira que, durante o tempo que esteve no poder, a sua casa do Pátio do Pimenta, se encontrava sempre cheia de gente, entre a qual se notavam muitos desconhecidos. Vinte e quatro horas depois de ter abandonado o govêrno, as salas ficaram inteiramente desertas.

São assim os contrastes da política ! Ao sol nascente não faltam os idolatras. Foi o que sucedeu com a proclamação da República Portuguesa, e é, em geral, o que acontece, com todo o novo regime que se estabelece.

A RAZÃO DESTA OBRA

Escrevo êste livro aos 77 anos de idade, com cincoenta e tantos de propaganda falada e escrita. Outros, nas mesmas condições, se poderiam considerar fatigados. O meu ideal continúa, porém, a viver, intenso e luminoso. Não me cancei nem me cançarei. As desilusões não lograram destruir a minha fé, que se mantém inabalável.

O primeiro volume dos *Episodios da minha vida* exigia êste complemento. ¿Por que viajei eu tanto? Para ter uma noção exacta do que se passa no mundo; e daí derivou a minha apreciação sôbre os acontecimentos que se desenrolam no Universo. Latino por espirito e temperamento, fui sempre apologista de uma federação latina. Durante a guerra advoguei a *União ocidental*, como meio de pôr termo ao conflito de 1914. É a doutrina de Augusto Comte.

No meu livro *L'Effort Portugais et L'Union Occidentale* — explicava eu: «a situação criada pela guerra não se compreende já como um ideal simplesmente latino. É preciso deduzir desta situação todas as consequências que ela comporta, e a primeira é que de ora ávante a Inglaterra não deve ser posta fóra das nossas preocupações. A nossa fórmula deve ser a fórmula de Augusto Comte: a União ocidental. *União ocidental* é a civilização latina alargada. Esta ampliação não está sòmente na força das cousas, imposta pelos acontecimentos

actuais, senão também, na natureza dos factos, demonstrada por todos os acontecimentos anteriores. A União dos povos Anglo-Saxões e dos povos latinos que deve sair desta guerra não é senão um resultado de toda a história da civilização latina de que os Anglo-Saxões, com os mesmos títulos latinos, são os filhos espirituais. O génio dos Dante, Mirabeau, Chatam, Cervantes, Camões, Lincoln e Bolivar sugaram o mesmo leite da Loba Capitolina. No dia em que os ingleses puzeram o pé sobre o sólo cêltico da velha Gália para a defender, realizaram um acto familiar. E nesta aspiração, a cultura legada por Roma, mãe-comum, levou os aliados a um triunfo sobre a sua eterna inimiga, a Barbarie Germânica, e os ingleses ficaram sendo para nós, portugueses, espanhóis, franceses, belgas e italianos, não rivais ciumentos, mas sim, émulo fraternos. É este o melhor argumento para uma associação política do Ocidente e foi um grande serviço prestado à Humanidade preparar esta União, ao mesmo tempo, útil e fecunda, lógica e prática, completa e definitiva. Naquele momento constituiu esta política um novo ideal humano e uma nova orientação mundial.

A *União Anglo-Latina* tornou-se um penhor da paz futura, e, por isso mesmo, uma garantia para a liberdade e para a justiça. Foi este entendimento que nos deu a vitória.

Terminada a guerra, voltei ao meu posto, à minha família, à minha escola, a escola da Latinidade,

criadora do Direito e educadora da Liberdade. A propósito, permito-me reproduzir uma carta que, em 1917, dirigí ao meu velho e apreciado amigo, dr. Bettencourt Rodrigues :

Confederação luso-brasileira

Acorro ao teu apêlo. E com que imenso prazer o faço ! A tua iniciativa, referente à realização de uma Confederação Luso-Brasileira, não podia ser mais sugestiva. E a ocasião, para lançar a ideia e para provocar uma manifestação em seu favor, não podia ser também mais oportuna. Se é certo que hoje não pode haver outra preocupação que não seja a guerra, também não é menos certo que a preparação para a paz se impõe como um objectivo supremo. Os povos que não souberem preparar-se para a paz não tirarão da guerra os benefícios a que a sua participação lhes dá direito. O problema da paz é tão importante como o problema da guerra. Viver no presente com a previsão do futuro — tal deve ser a nossa divisa.

A política externa da República está ainda por fazer. A nossa velha aliança com a Inglaterra não exclui uma aproximação íntima com o Brasil. Antes a completa, dada a actual situação internacional. E hoje que todos os povos procuram orientar a sua política externa segundo as afinidades espirituais que os estreitam e vinculam, a nova e grande Lusitania aparece-me como uma solução necessária, impreterível e redentora.

Podes pois, imaginar o alvoroço com que acolhi o teu patriótico alvitre, que, para mais, se tornou um pretexto agradável para recordar a nossa velha e nunca interrompida camaradagem de Coimbra.

Chamavam-nos idealistas. Quem me dera, porém, que os moços de hoje fossem tão idealistas como nós o fomos. O que falta efectivamente à geração actual é um ideal que

constitua energia moral, tão necessária nos tempos de egoismo feroz que vão correndo. E eis aí está o motivo, repito, porque o teu excelente projecto veio no momento próprio, na hora. Nada há mais real do que o ideal na vida dos indivíduos e das sociedades.

Por isso me coloco incondicionalmente ao teu lado, como mensageiro fiel de tão generoso pensamento que assinalará, para os dois povos gémeos, uma ressurreição das grandezas passadas, uma continuação honrosíssima da sua tradição e da sua história e uma afirmação eloqüente da vitalidade de raça.

Poucos poderão, como eu, advogar, com o mesmo interesse e o mesmo entusiasmo, a realização de uma Confederação entre Portugal e Brasil. As razões de ordem filosófica acrescem razões de ordem moral e pessoal. O eminente sociólogo e meu malogrado amigo, Novicow, que, com tamanha lucidez previu a actual conflagração, resumiu, no seguinte dilema, a política dos povos: *Ou a anarquia internacional ou a federação*. O espectáculo, ao mesmo tempo sublime e trágico, a que estamos assistindo, não é outra cousa senão o grito supremo da democracia contra o despotismo, da harmonia contra a hegemonia, a livre unidade do espírito humano e a livre federação dos povos.

Nascido no Rio de Janeiro, herdei de minha mãe a sentimentalidade que caracteriza o génio brasileiro. O Brasil e Portugal são para mim uma e a mesma pátria. ¿E quantos outros portugueses existem nas mesmas condições? ¿E quantos brasileiros participam desta dupla qualidade, por haverem nascido em Portugal e serem descendentes de famílias portuguesas?

São vários e complexos os aspectos pelos quais devemos apreciar o assunto, que reputo de capital importância para o futuro das duas nações: o aspecto pessoal ou étnico; o aspecto político; o aspecto económico e comercial; o aspecto geográfico e o aspecto considerado sob o ponto de vista da democracia moderna.

Pessoalmente, sinto-me tão intimamente ligado ao Brasil como a Portugal. Não posso falar da terra onde tive o meu berço, sem um verdadeiro estremecimento de alma. Sendo ainda estudante da Universidade, mantive as relações mais afectuosas com Rangel Pestana, o austero livre-pensador que, então, dirigia a *Provincia de S. Paulo*, com Saldanha Marinho, cuja admirável campanha, em favor do registo civil, me serviu muitas vezes de estímulo e de guia para uma propaganda idêntica em que estava empenhado, com Quintino Bocayuva, o príncipe dos jornalistas fluminenses, com Benjamin Constant, o mestre eminente e amado, com Silva Jardim, o audaz batalhador, com José do Patrocínio, o vibrante jornalista *doublé* de um delicado artista, que fez do abolicionismo uma grande arma emancipadora, com Joaquim Nabuco, outro primoroso artista. E dos vivos, não posso deixar de recordar, com saudade, o patriarca da democracia americana, universalmente respeitado, Rui Barbosa, e outros, com iguais direitos adquiridos à minha admiração e ao meu enternecimento, como Assis Brasil, Lauro Sodré, Ireneu Machado, Olavo Bilac, Lopes Trovão, e toda essa pleiade de famosos combatentes que ilustram o jornalismo, a literatura, as sciências e as artes.

Todos se recordam ainda do projecto de *acôrdo luso-brasileiro*, logo aprovado por aclamação, e, como dizes, prontamente acolhido, na imprensa portuguesa e pouco depois na imprensa brasileira, com o mais caloroso entusiasmo.

Ninguém esqueceu, por certo, a iniciativa da *Repartição de Turismo*, em virtude da qual foi eleita uma comissão, no intuito de promover um mais íntimo estreitamento de relações entre o Brasil e Portugal. Eu mesmo, tendo-me encontrado, há anos, em Paris, com o actual Ministro das Relações Externas, dr. Nilo Peçanha, tive ocasião de discutir com aquele insigne homem de Estado, a possibilidade de uma aliança ofensiva e defensiva entre os dois Estados.

—Se o governo português assim o entender, replicou-me

o notável brasileiro, eu tornar-me ei o campeão caloroso e decidido de tão alevantada idea.

Com razão acentuaste, meu querido amigo, que a solidarização de Portugal com o Brasil é hoje, mais do que nunca, uma questão de ordem do dia. Dos países que conheço, em nenhuns, como nos dois em questão, se assignalam tão intensamente as afinidades de raça, de costumes, de recordações, além da língua que constitui já de si uma pátria espiritual.

Ernesto Renan o disse: — «Uma nação representa primeiro que tudo uma história — a posse de um rico legado de recordações, um passado heróico, a glória, e, mais ainda, o sacrifício e as provações».

Não há dúvida que a idea vem de longe. As tentativas tem-se repetido. E para surpreender é, sem dúvida, a pouca persistência dos successivos ensaios. O espirito, porém, a tendência existiam. Era o principal. E chegou hoje ao seu ponto culminante. Nunca será de mais repetir a frase do dr. João de Meneses, pronunciada no parlamento: — «O Brasil é um povo irmão de Portugal, e brasileiros e portugueses tem de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar as suas relações políticas, podendo ir muito além de uma aliança.

Também eu, antes da guerra, pensara numa aliança. Mas os factos ocorridos, nêstes últimos anos, trouxeram-me a convicção de que a solução para o problema do futuro há de residir na forma federativa. O *Atlântico* será o continuador do *Mediterraneo*. E' para êle que devemos voltar as nossas vistas. *Mare nostrum* chamavam os latinos ao *Mediterraneo*. *Mare nostrum*, chamaremos nós, brasileiros e portugueses, ao *Atlântico*.

As difficuldades que alguns prevêem, para a realização da admirável empresa, são insignificantes, ao lado das imensas vantagens que a futura Confederação há de acarretar a ambas as partes interessadas. Um plebiscito, aberto na imprensa dos dois países, tornará a questão palpitante, de uma

flagrante actualidade. E creio bem, tenho disso a certeza antecipada, que ela há de interessar por igual o mundo civilizado. Será um factor a mais, e dos mais seguros, para fortalecer a Sociedade das Nações que resultará da Entente dos povos aliados.

Os continentes fraternizam. A Europa é a América, e a América é a Europa. O Pan-lusitanismo! A confederação entre povos afins será uma resultante lógica da evolução que se desenha já no horizonte como a única solução racional que os acontecimentos hão de impôr.

Para todos os efeitos, torno meu o teu pensamento. Propagá-lo-hei, com a maior devoção e o zêlo mais enternecido, em todos os centros e colectividades, onde a minha modesta influência puder exercer-se. Não será demais dizer-te que te pertence, ou antes, que fico pertencendo à idea que nos une numa solidariedade indestrutível.

Deixa-me, pois, como *mot de la fin*, afirmar-te com toda a veemência da minha alma:

A nova e grande Lusitânia, não só é possível, senão também se transmutará numa luminosa realidade, imposta pelas circunstâncias da nova era que a guerra nos há de trazer.

Um abraço carinhoso e fraterno, do teu velho compa-
nheiro e muito amigo. — M. L.

bibRIA

A DEMOCRACIA EM MARCHA

«Pluribus in unum». (*Muitos num*).
É esta a nobre divisa dos Estados Unidos da América, e será esta a fórmula dos futuros Estados Unidos da Europa.

MAGALHÃES LIMA.

A Humanidade existiu virtualmente antes das nações e existirá depois delas, por isso mesmo que o fim das nações é constitui-la.

PIERRE LEROUX.

Leitor amigo: se queres possuir a chave da vida, se queres ter o segredo da existência, aprende a viajar.

A viagem tem, como todas as cousas dêste mundo, a sua pequena filosofia, as suas teorias mais ou menos complicadas e os seus progressos mais ou menos notáveis.

Viajar não é apenas uma variedade de sensações, mas ainda mais, e principalmente, uma variedade de sentimentos. Devo às viagens tudo o que sei e tudo o que sou. O meu espírito desenvolveu-se no contacto das grandes personalidades mundiais.

Vou dizer o que recolhi das minhas peregrinações pela Terra, o que ouvi aos homens que mais admirei e cuja lição constituiu para mim um verdadeiro Evangelho.

Os grandes apóstolos da Paz

O imortal Pasteur dizia: Creio na ciência e na paz, creio que hão de triunfar da ignorância e da guerra, e, por isso, creio também nos bemfeitores da humanidade.

O não menos imortal Emilio Zola completou este pensamento com a seguinte frase: a humanidade atingirá o apogeu da felicidade, quando cada indivíduo compreender que a sua própria felicidade reside na felicidade dos outros.

O meu entusiasmo pela paz e pelos seus resultados benéficos e fecundos vem de longe. Além do *Livro da Paz*, que foi premiado num plebiscito literário, em que expuz a minha política pacifista — porque há também uma *política pacifista*, a única verdadeira, em contraposição com a velha política de oligarquias, de clientelas e de facções — em outras publicações, como o *Socialismo na Europa*, *O Primeiro de Maio*, a *Obra Internacional*, afirmei as minhas aspirações para um ideal de paz, de bondade, de concórdia, de fraternidade, e de solidariedade humana. Muitas vezes tenho perguntado a mim mesmo como foi possível encontrar-me em agitações políticas, que contrariavam fundamentalmente o meu modo de sêr moral e estético. Expliquei o caso por uma questão de brio, de coerência e de dignidade individual, que me arrastaram a transigências de momento.

Pelo meu temperamento, pelo meu feitio e pela

minha educação, nunca me seduziram senão as grandes manifestações espirituais. Deante da natureza sentia-me panteista ; deante dum belo quadro sentia-me estéta. A minha alma vibrava com tudo quanto era nobre, belo e justo.

Os conflitos dos homens apavoravam-me. Sentia um horror instintivo por tudo quanto era grosseiro e brutal. Desta tendência derivou a minha admiração por todos os apóstolos da Paz.

Entre os grandes prazeres espirituais da minha vida conto a honra de me terem feito figurar no quadro monumental do consagrado pintor Henri Danger, que occupou uma das parêdes do *Salon*, de Paris, em 1890, intitulado :

« OS GRANDES APÓSTOLOS DA PAZ »

Êste quadro maravilhoso constituiu uma dádiva do insigne pacifista, Mr. Labbé, que o ofereceu ao imperador da Rússia, com o fim de celebrar as bases da aliança franco-russa, aliança de paz e de esperança.

O ilustre sábio Charles Richet descreve esta bela obra em termos comoventes. Vê-se no primeiro plano, ao centro, o Tzar, Alexandre III e Carnot, presidente da República Francesa. Ao lado do Imperador encontram-se Martens, notável jurisco-sulto, e o Conde Orloff. Um pouco atrás, o rei dos Belgas, muitas vezes escolhido como árbitro, porque o quadro representa a marcha da Paz pela arbitragem (*Per arbitros ad pacem*).

No grupo da direita, atrás de Carnot, encontra-se Ch. Renouard, procurador geral da República, e ao lado de Carnot, sentados, os srs. Frederico Passy, Júlio Simon e Ch. Lemonnier. Ao lado destes e atrás, os italianos, os ingleses, os suíços, partidários da arbitragem, Bonghi, Sclopis, Henri Richard, Gladstone, Cobden. No grupo da esquerda os americanos, espanhóis — E. Castelar, os alemães — Blumtschli, Buchner, Mad. de Suttner. No segundo plano estão os grandes pensadores de outrora, que defenderam a causa da justiça internacional, Franklin, Washington, Sully, Leibniz, Erasmo, Mirabeau, Jean-Jacques Rousseau, l'abbé de Saint Pierre, Fénelon.

No último plano os juizes anfictionicos e os grandes filósofos da antiguidade, precursores das ideas modernas.

A evolução da idea da arbitragem e da paz, através dos tempos, merecia bem um registo, e foi este registo o objecto do quadro em questão.

Agrupados em volta de Alexandre III, veem-se todos aqueles que, pelos seus actos ou pelas suas palavras, contribuíram para defender as ideas de arbitragem e da paz. Colocaremos na primeira (continúa Ch. Richet) Leibniz, um grande filósofo, e um grande cristão Fénelon, que ousou declarar ao rei Luís XIV, que a guerra era um flagelo cruel para os povos, Fénelon, que no Telemaco propõe a instituição de um tribunal para julgar os conflitos que se levantassem entre as nações e para fazer cessar

os massacres das guerras. Depois de Fénelon veio o Abade de Saint Pierre (1713), que imaginou um projecto de paz perpétua, com o auxílio de instituições análogas àquelas que preservam no seio de cada estado a vida e a propriedade dos cidadãos.

No fim do século XVIII, Kant, cujo génio filosófico foi tão poderoso como o de Leibniz, havia também formulado um projecto de paz perpétua. Mas estas tentativas de Leibniz, de Fénelon, do Abade Saint Pierre e de Kant, foram desdenhadas pelos políticos, desconhecidas da multidão e censuradas pelos filósofos.

Foram os homens de estado ingleses, Henri Richard, John Bright e Richard Cobden, os primeiros que fizeram passar a concepção filosófica da arbitragem para a realidade dos factos.

Charles Lemonnier, Jules Simon, Charles Renouard, foram os apóstolos desta grande idea em França; Bonghi, Sclopis, na Itália; Laveleye na Belgica. Hoje a causa da arbitragem tem poderosos e eloquentes defensores em todos os países. E para não citar senão os mais ilustres, contentar-me hei em indicar: Frederico Passy em França; Hodgson Pratt, W. Stead em Inglaterra; Elie Ducommun na Suíça; Moneta na Itália; Mad. de Süttner na Austria; Bajer na Dinamarca; Decamps e Lafontaine na Belgica; Magalhães Lima em Portugal; Marcoartu e Emilio Castelar em Espanha.

Esta citação do abalisado professor Charles Ri-

chet explica a minha presença no célebre quadro histórico, a que me refiro.

Supõem muitos que alguns pacifistas trabalhavam com o fito de alcançar o prémio Nobel. É um erro grosseiro. Para quem conhece esses homens de eleição, ocioso se torna explicar que apenas um objectivo os movia: um supremo ideal e um amor dos princípios, que constituiu o fundo das suas existências.

bibRIA

OBREIROS DA CIVILIZAÇÃO

Com profunda comoção recorde e presto culto piedoso à memória de alguns dos meus mestres mais queridos e amados.

Karl Marx afirmou que o socialismo era uma questão de barriga (*eine magenfrage*), Benoit Malon, no seu «*Socialismo Integral*», entendia que era também uma questão de bondade e de justiça, imprimindo ao socialismo a sua feição moral. Foi isto que mais me seduziu na sua doutrina.

Benoit Malon

Amei Benoit Malon como se pode amar um apóstolo. Frequentei assiduamente a *Revista Socialista*, que êle dirigiu sapientemente, numa pequena sobreloja da Rue des Martyres, 8, em Montmartre. Naquele improvisado cenáculo reuniam-se todos os sábados, além do Mestre, individualidades que depois representaram papel preponderante na política e nas letras francesas. Não deixarei de mencionar, entre outros: Georges Renard, mais tarde professor do Colégio de França; Gustave Rouanet, há pouco falecido, que se evidenciou como deputado, ao lado de Jaurès, um dos colaboradores da mesma revista; Eugène Fournière, publicista eminente, e Amilcare Cipriani, o famoso revolucionário italiano, que se bateu ao lado de Garibaldi, etc.

Benoit Malon foi, primitivamente, guardador de

perús. Fez toda a sua educação depois dos vinte anos. É o que pode chamar-se um homem feito por si mesmo. São estes os verdadeiros heróis da democracia. Assisti aos seus últimos momentos em Colombes e acompanhei o cadáver ao cemitério do Père-Lachaise, onde se realizou o acto da cremação. Foi um dia de luto. Os seus amigos e discípulos fizeram da sua memória um símbolo, e o seu nome é ainda consagrado como o de um precursor, que opôs ao materialismo marxista o espiritualismo latino.

O que principalmente caracterizou Benoît Malon foi a sua cândura. O cérebro do filósofo era completado por um coração amantíssimo. Um pequeno traço dará a nota da sua delicadeza de sentir. Estando um dia a trabalhar no escritório, importunado por um insecto, que o impedia de continuar no seu labor, levantou-se, abriu a janela, e esperou que êle saísse para poder continuar: tal era o respeito pela vida de todos os seres.

O guardador de perús tornara-se um erudito, um sábio, e o seu nome é pronunciado com o respeito que se deve aos bemfeitores da humanidade.

Benoît Malon foi um dos primeiros eruditos de França, e a sua biografia é, por todos os títulos, curiosa e interessantíssima.

Filho de uns pobres camponeses jornaleiros, Benoît Malon nasceu em Prétieux, pequena aldeia do Torez, em 1841.

Na idade de dois anos perdeu o pai. Sua mãe

ficou sem recursos, e por isso se viram forçados, os seus dois filhos mais velhos, João e Benoit, a ganhar a vida, desde a idade de 7 ou 8 anos.

Tendo sido alternativamente guardador de perús, pastor, boieiro, trabalhador, Benoit Malon permaneceu na sua aldeia até à idade de 19 anos, privado da escola, e não tendo outro mestre senão a natureza.

¿Deveremos, acaso, lamentar por êle a ausência dessa direcção intelectual, que então mais do que hoje, sob o pretexto de educar o espírito, o falseava ou o comprimia nos moldes uniformes de um programa antiquado? Podemos responder afoitamente que não, pois que foi seguramente nessa existência de uma dúzia de anos, no meio dos campos e dos seus queridos animais, nas longas contemplações da bôa e generosa natureza, banhada pelo sol, que o jovem pastor concebeu a noção da solidariedade universal, que é a alma da sociologia, e a tolerância que constitue o fundo do seu character. Nesta idade de dezenove anos, uma crise produzida pelo cançasso e agravada pelos efeitos de uma transformação fisiológica tardia, obrigou-o recorrer aos cuidados de seu irmão mais velho, que era professor numa aldeia próxima.

Recebido com verdadeira afeição fraternal, entrou em tratamento, e, apenas se encontrou convalescente, principiou a devorar o alfabeto, passando daí aos livros com o afan e a sêde de quem tudo deseja aprender e saber. Súbito a sua curio-

sidade foi despertada por uma fórmula que encontrou num dos opúsculos, que estava lendo, e que lhe seduziu o espírito: «É de stricta justiça que a sociedade seja responsável pela existência de todos os indivíduos que a compõem, e que cada um dêles, rico ou pobre, tenha o mesmo direito ao ar, à terra, à luz e à vida».

Ah! sim, isto será, exclamou êle, deslumbrado por uma visão prodigiosa, onde fraternisavam, num solene banquete, todas as classes da nação.

Algumas semanas mais tarde poz o seu cinto, tomou o seu varapau e dirigiu-se para a capital. Extenuado por quinze dias de caminho e sem um real na algibeira, entra em Paris em Setembro de 1863 e consegue empregar-se em Puteaux, como ajudante de tintureiro. Tendo os dias tomados, por um trabalho de doze a quatorze horas, passava uma parte das noites a ler.

Distinguindo-se entre os seus companheiros, foi nomeado pouco depois chefe das grandes *grèves*, que se declararam, nos arrabaldes de Paris, em 1865 e 1886. Emfim, como debute da sua campanha pela pena, principiou por enviar correspondência à *Mutualidade* em 1867 e 1868 e numerosos artigos ao *Correio Francês*. Por êste tempo tomou parte na fundação da *Internacional*, o que lhe valeu duas condenações.

Foi êle quem redigiu a explêndida defeza colectiva, lida por Varlin. Aproveitando o tempo da prisão para se instruir, quando se viu em liberdade

volveu à sua actividade de propagandista. Fundou a *Reivindicação*, de Puteaux, sociedade cooperativa em plena prosperidade ainda hoje, e fundou também outras em Suresnes, Courbevoie, Clichy, Roubaix; organizou novos agrupamentos em Ciffe, Ambroise, Wattreloz, Pontaise, Saint-Ouen, l'Aumône, Batignoles, Saint-Étienne; tomou parte em numerosas manifestações republicanas, e nas tentativas revolucionárias de 1867-68-69.

Em Fevereiro de 1870, rebentou a *grève* do Creuzot, em que estava envolvido como correspondente da *Marselheza* de Rochefort e de Milliére.

Tomou êle a sua direcção; e depois, em Março de 1870, dirigiu a de Fourchambault e aumentou ainda o número de secções internacionalistas com as de Châlon, Autun, Dijon, Torton, Côtue, etc. Perseguido pela polícia do império voltou a Paris, onde, desde a sua chegada, Abril de 1870, foi encarcerado em Mazás ficando no segredo, durante muitos meses, como um dos reus do quarto processo da *Internacional*. Cumpria a sentença de um anno de prisão na cadeia de Beauvois, quando recebeu ordem de soltura no dia immediato ao 4 de Setembro. Voltou immediatamente para a capital, a-fim-de se arregimentar no 91.º batalhão da guarda nacional que o escolheu logo como delegado.

No dia 31 de Outubro a sua attitude enérgica, por ocasião da tomada do *Hotel de Ville*, valeu-lhe ser nomeado membro do *comité* central de *arrondissement*.

Em Novembro foi nomeado adjunto do *maire* de Batignolles. A 22 de Janeiro de 1871 toma parte na segunda tentativa da tomada do *Hotel de Ville*. A 8 de Fevereiro de 1871, foi eleito deputado à assemblea nacional por 118.000 votos. (Numa lista de 43 foi o 15.º eleito). Vota em Bordeaux contra os preliminares da paz, dá a sua demissão e regressa a Paris, a-fim-de exercer as funções do XVII^e *arrondissement*. Eleito membro da Comuna, faz parte da minoria socialista, reclama a abstenção política e pratica-a, entregando-se com todas as suas faculdades á administração do seu *arrondissement*. Quando as tropas entraram em Versailles, o *maire* de Batignolles e membro da Comuna, sendo o último a abandonar o seu posto de combate, encontrou essa mesma tropa que acabava de fuzilar o seu heroico amigo Varlin.

Cançado, fatigado e desalentado, foi recolhido por uma generosa e intrépida senhora, a mulher do grande estatuarió Ottin. Êste, não o conhecendo, disse-lhe:

— «Quem quer que sejais, sêde aqui bem-vindo, por isso mesmo que sois uma vítima dos monstros que triunfam hoje sôbre as ruínas de Paris e desonra da humanidade!»

Durante seis semanas, o proscrito permaneceu em casa dêste belo e generoso coração, e, quando deixou tal asilo, o filho do dono da casa obrigou-o a aceitar o seu passaporte e a sua bolsa.

Ei-lo em Genebra, tendo sido sucessivamente

cesteiro, tipógrafo, etc., consagrando ao estudo todo o tempo que lhe ficava livre, depois de satisfeitas as necessidades da sua existência material.

Pouco depois seguiu para a Itália, colaborando nos principais jornais socialistas daquela época.

Expulso de Itália, dirigiu-se a Lugano, onde iniciou o socialismo progressivo, (*Revista Socialista*) de que foram principais colaboradores Cesar de Paepe e Madame André Leo. Seguiu dali para Zurich, onde fundou definitivamente a primeira *Revista socialista*.

Voltando a Paris, depois da amnistia de 1880, tomou parte na fundação do partido operário francês.

As intrigas, porém, as ambições e as pequenas rivalidades, com as quais se não coadunava o seu character franco e leal, afastaram-no da política do partido e levaram-o a dedicar-se exclusivamente aos seus estudos filosóficos, socialistas e de elaboração, que constituíam a tendência do seu espírito.

Carta de Benoit Malon

Como introdução ao seu livro — *O Socialismo na Europa* — pede-me V., meu caro amigo, para lhe responder às três perguntas seguintes:

— Qual é a nota dominante do socialismo na Europa?
— Qual é e qual deve ser a tática socialista nos diferentes países?

— Qual deverá ser também a attitude dos republicanos perante o movimento socialista actual?

E' isto certamente muito para simples carta, e por isso tem a minha resposta de ser forçosamente incompleta.

1—Dominantes teoricas do Socialismo contemporaneo

O socialismo moderno encontrou a sua base scientifica, que é devida, em grande parte, à poderosa critica anti-capitalista de Karl Marx.

Sob o ponto de vista da evolução económica a que chegámos, considera-se inevitável uma transformação social, trazida e imposta pelas novas condições da produção moderna, que se opõem à apropriação individual das forças produtoras, necessitando da concentração dos capitais, da divisão do trabalho e das applicações scientificas e mecánicas em larga escala. Nesta situação o antigo trabalho livre dos produtores directos não poderá mais subsistir; a produção, chamada capitalista, torna-se cada vez mais intensa, ampliando sem cessar a sua acção: no dia em que ela atingir o seu zenith será preciso escolher entre as duas seguintes alternativas:

— *Ou a servidão económica sob o jugo de ferro e sob a mão ávida duma plutocracia impietosa;*

— *Ou a organização social do trabalho, num sentido que se convencionou chamar — o colectivismo.*

O colectivismo que, de maneira alguma, devemos confundir com o antigo comunismo, por isso que elle alia e equilibra as justas exigências da liberdade individual e da justiça comutativa com as necessidades do concurso para a produção e a distribuição das riquezas, tem por expressões positivas:

—1.º *A socialização gradual das forças produtoras;*

—2.º *Uma equitativa repartição dos productos do trabalho, depois de satisfeitos os encargos sociais;*

—3.º *A liberdade do consumo.*

A escolha dos proletários (e provou-o mais uma vez o memorável congresso de Bruxelas), não pode ser duvidosa, Elles querem evitar pelo socialismo a servidão industrial que os ameaça. E nem doutro modo podia ser!

A história ensina-nos que é sempre a classe que mais deve beneficiar de uma nova ordem social aquela que para isso mais concorre, como principal factor.

Da mesma maneira que a revolução francesa foi a consagração e a obra quasi exclusiva da burguezia esclarecida, assim a transformação económica que se prepara será, sobretudo, a obra do proletariado consciente dos seus interesses de classe.

Tal é a idea geral à qual se subordinam quasi todos os socialistas contemporaneos e todos os agrupamentos operários militantes.

Mas as divergências existem naturalmente no desenvolvimento da idea primária.

Para os marxistas ortodoxos, a história não sendo senão uma perpétua manifestação da guerra de classes, e sendo a evolução social exclusivamente determinada pelos phenomenos económicos, o socialismo contemporaneo encerra-se todas as reivindicações do proletariado moderno.

Em compensação outros, e o número destes vai crescendo sempre, pensam que se a luta de classe domina a história, não a enche todavia completamente; recusando-se por isso a encerrar toda a vida social na concha do processo económico.

Segundo estes socialistas integralistas, no grau de civilização a que chegámos, os phenomenos morais actuam uns sobre os outros e cruzam-se, para entrar ou favorecer o desenvolvimento progressivo das nações civilizadas.

Convém, pois, para apressar o triunfo da civilização socialista, não limitar a questão apenas aos interesses de classe do proletariado, mas fazer também apêlo a todas as forças sentimentais, estéticas e morais da alma humana.

Os socialistas, que admitem também a correlação entre a evolução económica e a evolução moral, têm por principio tomar parte em todas as obras, e em todos os grandes combates, cujo fim é o melhoramento normal e social das condições humanas.

Sobre este ponto já eu me expliquei suficientemente num livro recente. A heterodoxia dos socialistas que, à falta dum termo mais adequado, nós chamaremos integralistas, não tem o character de negação radical em face do socialismo realista; aceitam os dados gerais, mas para elles não é exacto que a sociedade política seja um reflexo da sociedade económica; os phenomenos religiosos, políticos e económicos actuam uns sobre os outros e entrecruzam-se para determinar o movimento das nações, tendo sido o predomínio restante adquirido pelos phenomenos económicos que foram, no decorrer das civilizações, os únicos propulsores, mas que tem uma importância decrescente.

Este facto não escapou a Buckle, o autor materialista da *História da civilização de Inglaterra*, quando notou a influência crescente das leis mentais, como sinal característico da marcha da civilização.

Este chefe deixou aberta uma via fecunda aos sociólogos com a sua teoria da idea-fôrça, que pode, não obstante, ter-se originado num cérebro rebelde às correntes da sua época, quere dizer, ter uma origem toda subjectiva.

Se assim é com as ideas ou teorias abstractas, com mais razão o deve ser com os sentimentos propriamente ditos, que são muito mais profundos, muito mais contagiosos e muito mais activos que as ideas puras.

Tendo na devida conta essas forças imponderáveis e desejosos de se apoderarem d'outras melhores, os inovadores devem, pois apelar unicamente para os interesses da classe do proletariado, invocando todas as forças sentimentais que residem na alma humana.

Admitindo com Berthelot «que as forças morais são o sustentaculo dos homens e das nações»; com Proudhon «que para mudar a constituição dum povo é mister ao mesmo tempo actuar sobre o conjunto e cada parte do corpo político», e com Hector Denis «que existe uma correlação necessária entre a evolução económica e a evolução moral», os socialistas consideram que devem, por isso mesmo, tomar

parte em todos os combates que tendam à melhoria das condições e das relações sociais; reforma da família; reforma educativa; reivindicações políticas e civis; emancipação da mulher; elaboração filosófica; transformação nos costumes, etc.; pois que para eles a questão contemporânea não é somente social é também moral.

Nos belos dias da efflorescência idealista, as adesões eram sobre tudo literárias; hoje que a observação e a classificação dos phenomenos sociais constituem a base da propaganda socialista, é principalmente entre os estudiosos que a idea nova ganha preciosos adeptos.

«O socialismo propagou-se sob diversas formas e dum modo prodigioso: sob a forma da violência, apoderou-se do espirito de quasi todos os operários industriais e penetrou já nas aldeias; sob uma forma scientifica transformou a economia politica pelo chamado socialismo de estado e assentou arraiais nos gabinetes dos pastores da Igreja catolica e ainda nos dos ministros dos diversos cultos protestantes.

Nova seiva de uma humanidade em via de transformação, elle vivifica todos os ramos do saber humano.»

Assim comprehendida a teoria, o fim torna-se mais amplo, sem que por isso deixe de figurar no primeiro plano a luta, *à outrance*, contra a exploração capitalista, fatora de tantas iniquidades, de tantas servidões e de tão numerosas e lamentáveis misérias.

II — Da tática socialista nos diferentes países

Tão vasto é hoje o mundo socialista, e tão numerosas são as massas operárias em cujos corações faz renascer a esperança, tão diversas as condições que elle deve melhorar ou transformar, que a variedade das manifestações era inevitável.

Abstraindo, todavia, de algumas tendências particulares, sem importância, a divergência não existe senão sobre o seguinte ponto: Os marxistas pensam que, na espectativa

da revolução social, os proletários só teem a organizar-se para a conquista do poder político e não devem prender-se com a solução das reformas parciais; os colectivistas, pelo contrário, não desdenham nenhuma reforma, considerando que todo o successo parcial favorece a vitória final.

Eles creem, sobretudo, que a transformação gradual dos monopólios em serviços públicos (nacionais ou communais segundo as categorias), teria a dupla vantagem de melhorar imediatamente as condições operárias e de apressar o triunfo do colectivismo pelo qual os socialistas de todas as *nuanças* combatem com igual fervor e igual dedicação.

Esta maneira de ver predomina nos factos, e constitue o modo de acção do poderoso partido socialista belga, do socialismo suíço e de metade dos socialistas franceses. Os socialistas ingleses (à excepção da *socialistic league*) não conhecem outro e êle impôr-se-há cada vez mais, fortificando-se em cada nova vitória eleitoral socialista. Teremos occasião de bem o apreciar, depois das eleições municipais francesas, na próxima primavera.

III — Da attitude que deverão ter os republicanos perante o socialismo

A esta pergunta responderam já os republicanos portugueses.

Tenho diante dos olhos um pequeno volume intitulado: *Projecto dum programa federalista radical para o partido republicano português*, por Teixeira Bastos.

Na introdução diz-se que a questão social é a questão capital do século.

Ninguém se exprimiria com mais clareza. Quanto ao programa em si, pode dizer-se que é rasgadamente socialista.

Os artigos 16.º-26.º reclamam:

A inalienabilidade da propriedade pública;

A supressão de todos os monopólios;

A nacionalização imediata dos bancos, caminhos de ferro, etc.

A abolição gradual da dívida pública;

A substituição dos impostos actuaes por um imposto progressivo sobre o capital e sobre as successões com a abolição total da herança em linha colateral;

As obras de utilidade pública confiadas às associações operárias;

A garantia do direito do trabalho para os válidos e o direito à existência para os inválidos temporários ou permanentes, considerado como coisa obrigatória, segundo as circunstâncias da comuna, da provincia ou do estado;

A revisão das leis sobre as sociedades financeiras;

A regulamentação do trabalho em favor da classe operária e especialmente das mulheres e das crianças;

O crédito do estado para as corporações agrícolas e industriais com o fim de se chegar à abolição do salário, à extensão do maquinismo e à cultura ou produção em comum, etc., etc.

Mas, se não me engano, é este o socialismo reformista do bom quilate.

Que no dia próximo do seu triunfo, o partido republicano português não recue diante da aplicação deste programa, e, pela segunda vez, a nobre nação lusitana tomará a dianteira da evolução europeia.

O valoroso povo que disputa à Espanha a descoberta e o domínio do continente novo; que, com os seus Vasco da

Gama, os seus Magalhães e os seus Albuquerque, realizou a magnífica epopeia nacional que Camões cantou no seu imortal *Lusiadas*; o povo que primeiro, no 18.º século, com o seu grande ministro Pombal, deu sinal de guerra contra o clericalismo obscurantista e opressor; o povo português não seria indigno da maior glória de ter êle sido um dos precursores da emancipação humana.

Termino com esta esperança, meu caro Magalhães Lima, apertando-lhe cordealmente a mão

O seu concidadão na Europa
e seu correligionário
no socialismo republicano

BENOIT MALON.

Augusto Vacquerie

Foi o príncipe dos jornalistas parisienses, cunhado de Victor Hugo, fundou o *Rappel*, que tornou o órgão do grande poeta. Nêste jornal colaborei assiduamente. No espírito indulgente de Vacquerie encontrei o melhor dos amigos.

Recordo com imensa saudade a época em que me era dada a honra de jantar em sua casa ao lado de Paul Meurice, um dos mais enternecidos admiradores de Victor Hugo. Por ocasião do *ultimatum* inglês, o *Rappel* foi um vibrante órgão dos republicanos portugueses, acompanhando-os na sua evolução, fazendo realçar a justiça que lhes assistia nas suas reivindicações. No *punch* que eu ofereci no Café Riche, a que compareceram Augusto Vacquerie e Camilo Pelletan, redactor principal da *Jus-*

tice, de Clemenceau, ambos se referiram a Portugal nos termos mais simpáticos e lisongeiros. Várias vezes careci do concurso de Vacquerie para fins políticos.

Nunca mos recusou. Recordo com ufania que tendo, em nome do *comité* organizador do Congresso do Livre Pensamento, de Madrid, pedido a sua presença áquela manifestação intelectual, êle me mandou um telegrama nêstes termos lacônicos, mas fraternos: «Estando você presente não estou eu ausente». Tive ocasião de provocar no mesmo Congresso uma homenagem em sua honra, que resultou calorosa e entusiasta.

Além dum eminente cultor da língua francesa, Vacquerie conservou-se sempre o mesmo livre-pensador, com uma coerência digna dos homens daquele tempo. Nem a idade nem as honrarias o embriagaram. Ficou o que foi sempre: um ateniense com laivos de classicismo. Os seus artigos de fundo eram modelares e liam-se sempre como uma dupla lição: literária e política. Incapaz de ferir pessoalmente quem quer que fosse, mantinha-se sempre na esfera dos princípios e de uma moral que muito honrava a imprensa francesa. Lembravam um pouco os artigos de fundo dos jornais ingleses, reveladores de uma cultura superior e dum senso prático admirável.

Pode bem dizer-se que Vacquerie correspondeu a uma época romântica, possuindo todas as virtudes e todos os defeitos da sua escola.

Georges Clemenceau

Eis aqui uma figura que não tem em país algum nenhuma outra comparável. É um homem servido por uma vontade indômita. Lutador corajoso, na sua vida acidentada, teve a suprema virtude de se adaptar sempre às circunstâncias. Os seus livros e os seus discursos são a expressão de uma consciência impoluta, derivada da sua grande independência de character. A sua acção na política francesa tem sido decisiva. Eu sou ainda de um tempo em que Clemenceau na opposição era o parlamentar mais temido, a ponto de o cognominarem *o tigre*. Júlio Ferry foi certamente o maior homem de estado da terceira república. Recordo a polémica que se deu na Câmara dos Deputados a propósito de Tonkin, na qual Clemenceau fez vibrar a sua alma de patriota e se revelou o homem que toda a França respeita como um dos primeiros, entre os primeiros. Os seus oitenta e tantos anos bem merecem da Pátria e da Democracia. O seu papel durante a guerra foi verdadeiramente notável e pode bem dizer-se que o termo das hostilidades se deveu a êle e a Wilson.

A biografia de Clemenceau encheria um grosso volume. Não vem para aqui falar nas belas páginas de filosofia que êle escreveu, nos seus livros originais e nos seus discursos fulminantes. O meu fim é mostrar que êste homem, hoje excepcional no mundo, foi um grande amigo da República Portu-

guesa. Um amigo comum, o Barão de Saint Aubanet, nos aproximou e me fez apreciar o seu republicanismo. Era no tempo em que se tratava da sua candidatura a deputado pelo Var. Ernesto Judet, então redactor do *Petit Journal*, atacava-o rudemente pelas suas tendências inglesas.

Observei-lhe um dia o facto. Limitou-se a responder-me :

— «Tenho nesta gavêta, apontando para a secretária, provas suficientes para o esmagar, mas lembro-me de que a República está acima das nossas paixões».

Por ocasião do *ultimatum* inglês a sua attitude foi de rara firmeza ao lado dos republicanos portugueses. Tive occasião de o verificar por mais de uma vez. Estava no poder, como ministro do interior, o sr. Constans, seu amigo dedicado. Ele informava-o diàriamente da marcha dos acontecimentos, esperando que a revolução rebentaria em Portugal a breve trecho para a implantação da República e preparando assim o govêrno francês para a reconhecer oficialmente no mais curto praso.

Conservo das minhas relações com Clemenceau a mesma lembrança affectuosa que conservo das minhas relações com Jaurès. Foram ambos dois leais amigos da República Portuguesa. Quando um dia se escrever a história é indispensável que estes factos se não esqueçam.

Alfredo Naquet

Foi um químico ilustre, o autor da lei do divórcio em França, e chegou a ter uma nomeada quasi universal. A sua alta mentalidade impôs-se em todos os países como uma das primeiras do mundo. As minhas relações com este notável sábio vêm dos tempos em que eu dirigia o *Seculo*, tendo-lhe devido palavras de nobre estímulo e de uma sã-dia orientação republicana. Censuraram-no por ter acompanhado o general Boulanger. Várias vezes falei com êle a tal respeito, e êle, com a simplicidade que o caracterizava, respondia-me invariavelmente:

— «Não há dúvida que foi um erro da minha vida; quando o fiz, porém, foi por supôr que se tratava de um reformador e não de um imbecil».

Alfredo Naquet acompanhou com singular carinho os republicanos portugueses desde os tempos da propaganda. Foi mais do que um amigo: foi um verdadeiro colaborador da nossa obra.

Quando publiquei a *Federação ibérica* recebi dêle uma longa carta em que me expõe com rara lucidez a sua opinião e que reproduzo aqui por constituir uma lição proveitosa para todos.

Alfredo Naquet era um espírito muito avançado, que se manteve até ao fim da vida com a mesma coerência e a mesma elevação. Considerava Portugal um pequeno, grande país, frase que Teófilo Braga repetia como uma expressão típica, correspondente a uma verdade histórica.

Vivi com Alfredo Naquet numa grande intimidade, que muito me honra. Em vários assuntos o consultei com vantagem para a República. Êle era sôbretudo um latino na genuína expressão da palavra, e pensava que o ideal republicano encontrava na civilização latina mais elementos de estabilidade, embora considerasse que a Inglaterra podia classificar-se como uma democracia com rei.

Segue a carta a que acima me referi, representativa do alto valor moral e intelectual de Alfredo Naquet :

Meu querido Magalhães Lima.—Ao chegar a Paris, encontrei o seu belo livro—*A Federação Ibérica*—e li-o com verdadeiro prazer. Não é freqüente, nos nossos dias, encontrar-se assim uma obra séria, tratando dos assuntos mais completos da sociologia, e isto com uma tal competência e uma fé tão profunda e tão nobre nos destinos da humanidade.

Permita-me primeiro que lhe agradeça a honra que me fez, e que me comoveu profundamente, associando-me nas suas citações aos nomes mais ilustres da Europa.

Devo, todavia, dizer-lhe que, a-pesar-das linhas que V. reproduziu, eu não partilho as suas vistas teóricas, o que não me impede de chegar às mesmas conclusões por outras vias, partilhando inteiramente as suas vistas práticas.

Filosoficamente, sou unitário, sou um centralizador.

Reconheço como V. que, no passado, a configuração orográfica da terra, creou, multiplicando os obstaculos, a penetração das populações, séries de pequenas nacionalidades, separadas e autónomas; que os caminhos de ferro perfuram as montanhas, que o vapor aproximou os homens, e que ainda, na última semana, um *steamer* atravessava o Atlân-

tico em cinco dias — três vezes menos, justamente, do que era preciso a um caïque para vir de Marselha a Paris, sob o Império de Napoleão 1.^o; numa palavra, que o planeta como que se transformou.

A França é mais pequena, se considerarmos as distâncias sôbre as facilidades de comunicação, do que era há um século o departamento dos Bouches do Rhône; é mais fácil, neste momento, administrar Marselha de Paris, do que era então, administrar Arles de Marselha.

Por outro lado, multiplicando as viagens, os costumes locais suavizaram-se ao princípio, desaparecendo depois quasi completamente; os costumes uniformizaram-se, e, a-pezar-das tentativas retrogradadas como as dos fêlibres, os dialectos recuaram, e recuam cada dia mais, perante as línguas nacionais.

Ainda outro ponto a notar: outróra viajava-se pouco; cada um casava-se na sua localidade; produzia-se e comerciava-se num círculo muito estreito e muito restricto.

Hoje, cada um casa onde lhe aprás, e até os casamentos internacionais se tornam frequentes; e, quanto ao comércio e à indústria, não conhece outras fronteiras, a não serem os obstáculos artificiais, levantados pelos governos, com os nomes de Alfândegas. Chegámos já a este ponto: de que as diferenças de legislação de povo para povo criam à Jurisprudência em matéria de estado civil ou em matéria industrial e comercial, dificuldades insuperáveis. ¿O que seria se a legislação variasse de província para província?

Os Estados Unidos começam a ressentir-se do vício da sua organização e não se passa um dia em que se não ouçam queixas contra a diversidade das leis em matéria de casamento e de divórcio, por exemplo.

Quanto à Suíça, tanto reconheceu este defeito do federalismo, que já deu um grande passo para a unidade, unificando a sua legislação comercial. Havia mesmo unificado a sua organização penal, fazendo da abolição da pena de morte uma lei federal; mas, ante o protesto dos cantões, a sua soberania, sob o ponto de vista penal, o que foi incon-

testavelmente uma obra retrograda. A esta sconsiderações devemos acrescentar o facto de que a tirania é tanto mais feroz quanto mais localizada estiver.

Dominado pela imprensa e pela tribuna, o ministro do interior, nunca poderá ser um despota entre nós. Um *maire* de aldeia é, pelo contrário, um despota odioso que não compreende senão a derrota dos seus adversários, e que os esmagaria, certamente, se não fôra retido pelo poder central.

¿E', pelo menos, verdadeiro que a federação assegura a paz, ao passo que a unidade geraria a guerra? Responderemos que sim, até certo ponto; mas não, em absoluto.

A guerra da separação dos Estados Unidos, foi tão terrível, como todas as guerras civis, da França e da Espanha; e do outro lado do Atlântico, os Estados do Sul foram esmagados pelos Estados do Norte, como foi o Ocidente pelo Norte da França na guerra da Vendêa.

Na Suíça, o *sanderbund* veio igualmente provar isto, apelando, como os outros, para a última ratio, e as repúblicas da América do Sul, posto que sejam todas federais, dão-nos, há três quartos de século, os mais terríveis exemplos de ditaduras e de guerras civis que se podem imaginar.

Perguntai a Gusman Blanco, a Palácios, a Balmacedo, a Gelman — e não remontarei até Rosas — perguntai-lhe se a federação prejudicou as suas lapidações e o seu despotismo, e se houve outro meio de os repelir que não fosse por revoluções violentas e que, de resto, se limitaram a mudar os titulares do poder sem modificar o processo. Todavia, e a-pesar destes exemplos que provam simplesmente a relatividade de todas as cousas, creio dever afirmar que a unidade — verdadeiro fim humano — pode ser alcançada por duas vias: uma, pacífica, a federação republicana; e outra, militar e opressiva, a conquista monárquica.

Quando as nacionalidades vivem no estado da separação, de insolidariedade, de luta, esse estado miserável pode ter um termo por dois modos: ou as nacionalidades se unem voluntariamente por um laço federativo, laço que se refor-

çará de século para século, encaminhando-se para a unidade; ou a monarquia ou uma aristocracia, como a aristocracia romana, submeterá os povos estrangeiros pela força das armas e criará a unidade com o ferro e com o fogo.

Compreende-se bem que o primeiro sistema deve ser preferido ao segundo, por isso que marca um período mais adiantado nas fases da humanidade; mas compreende-se também que, tendo-se criado no passado, unidades nacionais pelo sistema monárquico e militar, há tanto menos razão para as destruir quanto é certo que custaram muito a estabelecer.

Assim, enquanto a França fôr França, serei adversário declarado da idea de fazer reviver as antigas províncias; espanhol o mesmo diria para a Espanha; italiano, para a Itália, e alemão, para a Alemanha, etc. Penso que esta volta ao passado, ainda mesmo com formas novas, seria uma obra de reacção.

Ao contrário, se a França, a Espanha, Portugal, a Itália, a Alemanha, a Bélgica, a Holanda, a Suíça, a Áustria, a Inglaterra — e não falo da Rússia por estar ainda muito afastada do ideal republicano — quizerem unir-se para construir uma federação europeia, eu seria um partidário ardente dêsse ideal, pois que isso representaria um passo para a unidade, segundo o sistema democrático, visto como essa federação realizaria a solução do problema que Napoleão não poudé realizar, por querer aplicar-lhe o método do conquistador.

Em resumo, a federação é, na minha opinião, um bem ou um mal, segundo as espécies às quais se applica.

Quando num estado unificado, ella procura fazer reviver divisões, com o fim de um total desaparecimento em uma dada proporção, volta ao estado de separação; pertence aos phenomenos de ordem regressiva, é um mal.

Quando, pelo contrário, applicado a nações que vivem na separação, na insolidariedade e no ódio, ella substitue a este estado lamentável um embrião de unidade que se fortifi-

cará e desenvolverá com o tempo; nêsse caso, caminha para a unificação, pertenceria aos fenómenos de ordem progressiva e seria um bem.

Postas estas premissas, vejamos, todavia, quanto tem de contraditório alguns pontos da minha idea, e quanto me approximo de V.

Se a Espanha e Portugal desaparecessem na federação ibérica haveria progresso.

Se a península ibérica, a Itália e a França se refundirem na união latina, haverá progresso.

Se diversas nações da Europa se apagarem para sempre, substituidas pela pátria europea, haverá progresso.

E se, saindo um momento dos domínios da política, entro em filosofia especulativa, se concebo um ideal colocado no infinito, como aquele, que, na matemática deriva das propriedades asymptotas, direi que se as pátrias continentais chegassem um dia a harmonizar-se na pátria ideal, haveria progresso.

Sucede muitas vezes ser mau um facto isolado, e tornar-se bom quando visa as grandes unificações.

Portugal e Espanha conquistaram a sua unidade. Se tiverem que ficar separados, toda a tentativa para substituir a federação pela centralização será regressiva. Mas se a divisão de Portugal e da Espanha, numa série de províncias autónomas antigas ou modernas, pouco importa, tem por consequência criar a federação ibérica immediata e preparar a unidade ibérica, esta federação deixará de ser um mal, para se tornar um bem.

E o que eu digo de Portugal e Espanha, em relação a Ibéria, digo também da França, da Inglaterra, da Alemanha e da Itália, etc., com relação à Europa.

Cortae a França em pedaços, reduzi-a a pílulas, segundo a expressão do poeta italiano Geiusti; se tem de permanecer a mesma França, é retrogradar.

Mas se a fragmentação das diferentes grandes nacionalidades deve ter por consequência a fundação dos Estados

Unidos da Europa, que hão-de preparar a pátria europeia, pela minha parte quero-o ardentemente.

Agora eu creio que a fragmentação se ha-de impôr um dia.

Quando a França, a Itália e a Espanha quizerem fazer a sua unidade, tiveram que quebrar as antigas divisões territoriais e de decretar outras novas.

Enquanto existirem uma Borgonha, uma Provença Aquitânia, não haverá França, na acepção actual de esta palavra.

Quando se pretender criar uma Europa, é indispensável quebrar ao mesmo tempo as autonomias hoje separadas e antinomicas, nas quaes se divide o continente europeu.

Não se federam grandes países dos quaes um só ou dois reunidos podem fazer frente aos outros todos.

Provam-no as confederações germánicas.

Sem dúvida a forma monárquica era-lhe obstáculo, mas maior obstáculo era ainda o comportar a federação duas poderosas nacionalidades: a Prússia e a Austria.

Os estados confederados do Sul, na guerra da separação da América, mostram-no.

O que se passa actualmente no Brasil, é uma nova prova disso—que ainda mesmo com os pequenos estados a guerra pode nascer e ameaçar a federação.

Com os grandes estados é inevitável, e a federação não é então se não uma carta no papel sem existência objectiva.

No dia pois, em que as necessidades da defeza abrirem os olhos aos mais providentes, será mistér chegar às ideias de Augusto Comte e de Saint-Simon; será preciso suprimir as nacionalidades existentes, substituindo-as por pequenas repúblicas, de quatro ou cinco milhões de habitantes o máximo, unidas todas na confederação dos Estados Unidos da Europa do Ocidente, fundando assim a grande pátria europeia, a patria da civilisação.

Como se vê, eu sou pela unidade contra o federalismo, e espero, depois de se ter constituído sob uma forma tede-

ral, que a Europa, em poucos séculos chegará a uma nova unidade. E' em vista dessa unidade nova, que eu desejaria vêr desaparecer as unidades actuaes.

E agora, meu caro amigo, que me puz de acordo consigo no ponto de vista prático — assim o creio pelo menos — sem o estar no ponto de vista especulativo, permita-me ainda uma última palavra.

Dir-me-hão talvez, assim como lhe disseram a V., que não sou patrióta.

Não! Se o patriotismo é feito dum espírito sectário e estreito, do ódio contra os outros povos, de aspirações militares, eu não sou patriota.

Mas se o patriotismo consiste em amar profundamente o país onde se viu o dia, cuja língua se fala e onde se encontraram os elementos dum trabalho humanitário, eu sou profundamente patriota e creio mesmo, que mais inteligentemente patriota do que aqueles que me accusam de não ter patriotismo.

Amo apaixonadamente a França. Amo-a porque foi o seu espírito que modelou o meu sêr, e porque as minhas aspirações, os meus sentimentos, e os meus instintos, me vieram dela; amo-a porque ela é um factor indispensável do grande trabalho humano, e que, ainda mesmo, por cosmopolitismo teria de ser patriota.

Amo-a bastante para que me custasse arriscar a minha fortuna, a minha liberdade e a minha vida em sua defesa, no caso em que ela fosse ameaçada.

Mas estou convencido que a pátria europea será também superior às pátrias de hoje, assim como a França é superior à Borgonha, à Espanha, à Andaluzia, e o Reino Unido à Inglaterra e à Escocia.

E no dia em que se dêsse a possibilidade de substituir esta pátria nova às pátrias antigas, rendendo homenagem ao papel por elas representado no desenvolvimento da humanidade e guardando delas uma piedosa lembrança de glória e de amor, nêsse dia, entre o que foi grande e que

terá de ser ainda maior, a minha escolha não poderia tornar-se indecisa.

Essa hora radiosa, não tenho esperança de a ver. É provável que eu morra francês pensando quasi exclusivamente além das minhas meditações filosóficas na defeza, na grandeza, na prosperidade dêste belo e nobre país.

Mas invejo aqueles que tiverem a felicidade de assistir à criação dos Estados Unidos da Europa. E se a felicidade me não é dada, agradeço, todavia, a V., meu querido e excelente amigo, o ter-me levado a pensar nela, com o seu belo livro.

Isto faz bem; isto eleva-nos acima das pequenezas, das mesquinhas da hora actual; isto fortifica a fé da humanidade.

Receba, meu caro e excelente amigo, a expressão dos meus sentimentos de affecto, de estima profunda e de admiração pelo seu belo talento e pelas suas grandes ideas.

ALFREDO NAQUET.

Henri Rochefort

Êste notável jornalista e famoso crítico de arte, a-pesar-de todas as desilusões, que o levaram a atacar os govêrnos republicanos, sentiu com a proclamação da República Portuguesa um vivo prazer.

Várias vezes nos nossos almôços íntimos me falou no desejo ardente de visitar Lisboa. Considerou a proclamação da república como um alto acontecimento internacional. Notei desde esse facto uma aproximação maior comigo. O povo português passou para êle a ser um povo heroico. Êle e Max Nordau foram de todos os estrangeiros os que

mais intensamente vibraram com a nossa república, assim como Tarrida del Marmol, um companheiro raro.

Falávamos freqüentemente em arte, em antiguidades e no seu admirável passado. A cada momento interrompia a conversação para fazer a apologia da revolução do 5 de Outubro.

Rocheftort já não era o mesmo homem da *Lanterna*. Os seus entusiasmos tinham afrouxado. Grande amigo de M.^{me} Juliette Adam, a quem beijava carinhosamente, os seus processos de combate contra o império haviam-se transformado em processos de combate contra o que êle chamava escândalos da república. Houve quem quizesse atribuir a última fase da vida do antigo e vibrante panfletário a aproximações com o elemento reaccionário. A verdade é que Rocheftort, no ponto de vista moral, se manteve sempre o mesmo character, com uma sêde ardente de justiça. Existe a prova nas relações, que nunca foram quebradas, com Luisa Michel, que êle, com justa razão, considerava uma santa. Tinham sido ambos deportados para a Nova Caledonia. Embora Luisa fosse uma anarquista, êle encarou-a sempre pelo lado moral. E era êste lado moral o que mais o preocupava nas suas polémicas e discussões.

Falando comigo um dia a respeito da sua vida combativa, disse-me:

— «Nunca hesitei um instante em ferir quem reputava desonesto. Tive muitos duelos e nunca

me arrependi de os ter tido. Fui ferido e algumas vezes gravemente. Mas penso que um jornalista nunca deve recuar diante das afirmações que faz».

Rocheftort tinha um grande amor à sua língua. Contou-me que em Inglaterra se via em apuros quem não falasse o inglês. Êle, porém, a-pesar-das dificuldades que isso por vezes lhe trouxe, nunca quiz aprender a língua de Byron para conservar a pureza da sua própria. Nunca passou do *yes* sacramental, segundo a sua expressão.

Além de um jornalista insigne, Rocheftort era um notável crítico de arte, como acima disse. Os jornais americanos de grande tiragem disputavam a sua colaboração. E foi o que mais lhe valeu nos últimos anos da existência, quando não tinha outro jornal em França, além da *Patrie*, dada a incompatibilidade criada com a imprensa e com os grupos políticos. Mantinha uma independência moral que nem todos compreendiam, salvo os amigos, que, como eu, lhe foram fieis até aos seus últimos dias. Para bem se apreciar êste raro combatente era preciso viver na sua intimidade. Ninguém pode calcular quanto me afligia o seu isolamento, acompanhado apenas por um velho criado fiel que nunca o desamparou.

Rocheftort e Jules Vallés igualavam-se, cada um no seu gênero, pelo belo espírito que os caracterizava. Foram dois franceses que podem ser aproximados e que por igual ilustraram a sua gloriosa pátria.

Rochefort era um revolucionário. Todos os movimentos em favor dos povos pequenos o seduziam. Quando se deu a revolução de 31 de Janeiro, no Pôrto, interessou-se muito pelos episódios que a revestiram e pelos seus homens. A cada passo me pedia notícias a respeito dos deportados, interessando-se sinceramente pela sua sorte. O menor incidente o encantava, como um velho lôbo do mar, que tem prazer em ouvir contar as façanhas dos camaradas.

Max Nordau

Políglota e sociólogo eminente, êste homem de origem austriaca chegou a seduzir a sociedade parisiense com o encanto do seu incomparável espírito. Era um soberbo conversador, erudito, podendo bem dizer-se um sábio.

Um caso interessante se deu entre êle e Sousa Martins. Êste último havia-lhe escrito uma carta em francês, a propósito de uma questão académica. Em resposta recebeu uma bela carta, escrita em puro português. Foi enorme a surpresa do nosso grande compatriota. Max Nordau escrevia admiravelmente a língua portuguesa e era correspondente em Paris da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

Vivi com êle intimamente. Marcelino Mesquita, o celebrado dramaturgo, era um dos seus maiores admiradores em Portugal. Mostrou-me desejo de que Max Nordau lesse a sua obra dramática. Fui

um dia de propósito a casa dêle para entregar os volumes que Marcelino, por meu intermédio, lhe enviára com uma dedicatória digna do grande mestre.

Consegui, depois da leitura, que Max Nordau escrevesse uma carta, formulando a sua opinião àcerca de Marcelino Mesquita.

Foi uma das maiores alegrias que podia proporcionar ao nosso dramaturgo. Marcelino guardava essa carta como uma reliquia sagrada. Havia alcançado o que desejava: a coroação da sua bela obra por um mestre que êle tanto admirava.

Se houve alguém que vibrasse no estrangeiro com a proclamação da República Portuguesa, foi certamente Max Nordau, que conhecia a nossa história a fundo, e que apreciava Teófilo Braga como uma alta mentalidade. Surpreendeu-o o procedimento da chamada *canalha*, guardando os bancos, e, por mais de uma vez, me disse que não havia revolução na história universal que pudesse comparar-se à do 5 de Outubro, em Portugal.

Austriaco, viu-se obrigado a abandonar Paris, que tanto amava e onde possuía tantos admiradores, por ocasião da guerra de 1914.

Emigrou para Madrid, donde me escreveu ainda várias cartas. O nosso conhecido Benoliel encontrou-o num restaurante. Quando lhe disseram que era Max Nordau dirigiu-se a êle para lhe apertar a mão. Tratando-se de um português, que residia em Lisboa, perguntou-lhe, naturalmente, por mim.

Maldita guerra! O que aconteceu com Max Nordau, sucedeu igualmente com outros sábios estrangeiros das minhas relações, que nunca mais vi. Foi uma das dôres profundas da minha vida. Não há compensação para a ausência daquêles que mais contribuíram para a minha felicidade espiritual.

Anatole France

Um aniversário que equivaleu a um centenário

Os 80 anos do genial escritor foram festivamente celebrados em todo o mundo culto. Foi uma consagração mundial.

Anatole France, assim como Gabriel d'Annunzio e Ernesto Renan, são os admiráveis interpretes do génio latino. São três símbolos, como tão bem os acaba de classificar o ilustre professor Aulard. Cada um com o seu temperamento, o seu processo, o seu método e a sua mentalidade, é certo, mas sendo os três a expressão máxima da latinidade, que foi o facho da civilização no passado, que o é ainda e continuará a sê-lo através dos tempos pela sua supremacia moral.

Não é, porém, nosso intento fazer uma apreciação da maravilhosa obra de Anatole France, quer no ponto de vista da técnica literária, quer no ponto de vista da altíssima concepção que caracteriza o génio.

O nosso fim é apenas recordar a sua visita a Lisboa na sua passagem para o Brasil. Tivemos o

raro e excepcional prazer de o saudar, em nome da «Associação dos Jornalistas e Homens de Letras». O seu maior desejo era conhecer e abraçar Teófilo Braga, que enternecidamente beijou.

Foi uma data histórica. Recordando-a, revivemos na admiração carinhosa que nos provocou o seu convívio de algumas horas, juntando, assim, a nossa voz de portugueses ao câro de homenagens que tornaram os seus gloriosos 80 annos um jubileu universal.

Palavras do Mestre

A fome levou os bárbaros ao assassinio, arrastou-os ás guerras e ás invasões. Os povos civilizados são como os cães de caça. Um instinto corrompido excita-os a destruir sem proveito nem razão. Á sem razão das guerras modernas chama-se interesse dinástico, nacionalidade, equilíbrio, honra. Este último motivo é, talvez, de todos, o mais extravagante, pois que não há povo no mundo que não esteja manchado de todos os crimes e coberto de todas as vergonhas. Não há um único que não tenha sofrido todas as humilhações que a fortuna pode inflingir a um bando de homens. Se, todavia, subsiste ainda honra nos povos, é uma extranha maneira de a sustentar, fazendo a guerra, quer dizer, cometendo todos os crimes que desonram um particular : o incêndio, rapina, violação e assassinio.

Amilcare Cipriani

Era nas vespertas do 14 de Julho. Paris apparecia-nos transformada num imenso bazar. A cidade assemelhava-se a um delicioso caleidoscópio. Por toda a parte um borborinho surdo, um movimento precipitado da população, que ria, folgava e brincava, nas ruas, nos *squares*, nas praças públicas, onde se dançava até de madrugada, no meio de aplausos e aclamações da multidão. Estavamos em vespertas da grande festa nacional. Os prédios vistosamente embandeirados; a cada canto da rua uma filarmónica toca a *Marselheza*. Estrugem os ares vivas prolongados e patrióticos: *Viva a França! Viva a República!* Não há um único francês que deixe de tomar parte, com sua mulher e com seus filhos, na brilhante solenidade.

O 14 de Julho é, sôbre tudo, uma festa do povo e para o povo. E é, por isso, que ela é tão communicativa e expansiva, a ponto de não haver estrangeiro que deixe também de se associar a esse glorioso jubileu, como se fôra um filho do país. A França é, com efeito, a pátria adótiva de todos aqueles que pensam, sentem e amam a liberdade, o progresso e a civilização.

O espectáculo da noite lembrou-nos, por vezes, guardadas as devidas proporções, é claro, os populares festejos do Santo António e do S. João, de Lisboa, em que a alma do povo se expande e

afirma na sua simplicidade infantil e na sua grandeza moral.

Chegado a Paris, a primeira visita foi a de Cipriani, o qual me deu o prazer de almoçar comigo.

Amilcare Cipriani, o famoso e simpático revolucionário, era um homem alto, de longas barbas até ao peito, como o conde de Tolstoi, denunciando, em todos os seus gestos e em todas as suas palavras, a bondade e a meiguice de um coração adorável e encantador.

Êie supunha, e muito bem, que só por um movimento internacional poderão os povos ocupar o lugar que legitimamente lhes pertence, em frente dos seus antigos e criminosos usurpadores. E com êste fim fundou a *Federação universal dos povos*, para contrapor à *Santa Aliança dos reis*. Esta sociedade contava grande número de adeptos e celebrou na Itália, em Espanha e em Paris grandes comícios populares a que assistiram algumas individualidades da democracia europeia. Particularmente devemos referir os *meetings* realizados em Milão e em Barcelona.

Cipriani, verdadeiro homem de acção e de iniciativa, era um character superior, indiferente às vaidades do mundo, e exclusivamente preocupado com as ideas que tão calorosamente defendia e com a propaganda a que consagrou a sua existência, sem receios nem hesitações.

Cipriani foi condenado às galés para a Nova Caledónia, por motivos meramente políticos. Ali

sofreu as maiores crueldades a que um homem pode estar exposto e a que difficilmente poderia resistir se não dispuzesse, como elle, de uma saúde de ferro e de uma compleição excepcional. No vapor em que os condenados seguiam para o seu destino, o capitão, pelo único *delito* de ter respondido a uma pergunta que lhe fizera, mandou-o encerrar num cubículo, por baixo da máquina, onde Cipriani se conservou com o pescoço curvado, durante quinze dias, abafado pelo fumo do vapor. A este infame trato resistiu, porém, o valente republicano, como depois resistiu também a dez anos de Nova Caledónia.

Quando regressava à Itália, do seu degredo, foi novamente condenado, sob um fútil pretexto político, a vinte e cinco anos de prisão.

Os seus compatriotas juraram desafontá-lo da infamante perseguição, e apresentaram o seu nome — o nome de um bravo e de um spartano — como candidato às eleições gerais para deputados.

Cipriani foi eleito nove vezes successivas pelo círculo de Ravenna, a-pezar-da guerra contra elle movida pelos governos e pelos reaccionários de todas as côres e matizes. O governo, vendo que era impotente contra a vontade popular, concedeu-lhe a amnistia, privando-o, contudo, dos seus direitos civis e políticos, para que não pudesse ter assento na câmara o mais genuíno e nobre representante das imunidades e regalias populares.

Foi então que elle resolveu ir para Paris, a-fim-

-de iniciar a sua gloriosa campanha em favor dos povos oprimidos contra os povos opressores.

Charles Lemmonier

Que singeleza na sua existência e que nobreza no seu procedimento ! Que modestia no seu viver íntimo e que grandeza na sua alma de poeta ! Bom e simples, como todos os apóstolos, viveu pelo seu ideal sagrado !

Honrado, puro e santo, como uma criança, morreu, legando ao mundo a sua obra de justiça e o seu imenso amor pela humanidade.

Queria a paz e o desarmamento universal, porque era um forte e um democrata !

Queria a federação e a arbitragem entre as nações, porque era um sincero e um crente !

A última vez que o visitei na sua casa da rua Chailot, em Paris, foi nas vésperas do Congresso da Paz, que se realizou em Roma.

Lemmonier caminhava com dificuldade, apoiado a uma bengala e arrastando uma das pernas, pesadamente.

Preguntei-lhe qual era a sua doença e de que sofria.

—Ah ! meu amigo, respondeu-me êle com o seu sorriso habitual — a minha doença chama-se velhice e não tem cura.

«Trabalhei quanto pude e cumpri o meu dever no mundo. Que os meus continuadores façam o

mesmo e terão merecido e conquistado o aplauso da propria consciência !

Preguntou-me depois porque não ia ao congresso de Roma.

— Por absoluta impossibilidade — respondi.

— Mas, se a questão é de meios, não se preocupe com isso. Tudo se poderá arranjar, sem dificuldade — acrescentou delicadamente.

Agradei, comovido, esta prova da sua bondade e esta manifestação de solidariedade que tanto me desvaneceu e honrou, e passámos a conversar dos assuntos que mais nos interessavam e que ali me levavam e atraíam. Nêste traço íntimo, porém, estava o homem e estava o apóstolo. Em altruismo, ninguém o igualou ; e em abnegação, ninguém o excedeu.

Em 1885 fundou, com Charles Faúvet, a *Revue philosophique et religieuse*.

Esta publicação, que foi suprimida em 1888, marca o primelro àlerta do espírito liberal, sob o império de Napoleão III.

Advogado, escritor e propagandista exímio, consagrou todo o tempo de que dispunha à defesa dos direitos da mulher e foram inúmeros os serviços por êle prestados a essa nobre e santa causa.

Mas foi, principalmente, em 1867, alguns anos depois do falecimento da sua querida mulher, que Charles Lemmonier se consagrou inteira e exclusivamente à propaganda pacífica e humanitária, de que foi um dos mais notáveis e insignes apóstolos,

como organizador do congresso da paz que, por esse mesmo ano, se realizou em Genebra, no mês de Setembro, sob a presidência honorária de Garibaldi, e, mais tarde, como um dos fundadores da *Liga da Paz e da liberdade*, gerada e nascida nesse memorável congresso. No ano de 1868 celebrou-se, em Berne, o primeiro congresso da *Liga*, onde também, pela primeira vez, foi aprovada uma proposta de Madame Marie Goeg, para que as mulheres pudessem tomar parte nas deliberações da assemblea, ficando equiparadas aos homens para os efeitos das votações e resoluções.

A *Liga internacional da paz e da liberdade* teve a honra de ser a primeira associação da Europa que admitiu mulheres a tomarem parte nas suas decisões. O seu exemplo e a sua iniciativa foram depois seguidos por outras associações.

Trabalhador infatigável, Lemmonier foi primeiro eleito vice-presidente, e, mais tarde, presidente da *Liga* e director do jornal *Os Estados Unidos da Europa*, desde 1871. A esta obra gloriosíssima, consagrou não só o seu tempo e as suas fôrças, senão também a sua fortuna.

Com o seu belo espírito claro e luminoso, trabalhou e dirigiu todos os seus esforços, até avançada idade, para assegurar um tratado de arbitragem permanente entre os Estados Unidos e a França, tendo também tomado uma parte e um interesse particularíssimo no tratado formulado e assinado pelo congresso americano internacional de

Washington. Não foi só dedicado aos interesses da França, senão também aos da humanidade.

Oxalá houvesse vivido par ver restaurada a autonomia da França e proclamado o desarmamento universal!

No seu belo prefácio à *Tentativa-filosofica sobre a paz perpétua* de Kant, que Lemmonier intitulava o *Evangelho da paz*, é que o seu crêdo e os seus princípios se destacam com uma clareza e nitidez incomparáveis.

Ora vejamos como êle coordena e estabelece as ideias do grande filosofo alemão :

Cada um de nós pode constatar pela reflexão e pela observação o conhecimento que tem da sucessão e da diversidade dos seus estados de consciência.

Cada um sabe pois, ou pode saber, que tem sensações, instintos, necessidades, movimentos das paixões, e ainda mais que é dotado de razão, isto é que pode conhecer princípios, fazer comparações e juízos, e destes juízos tirar conclusões.

Cada um sente, enfim, um certo império sobre os seus instintos, sobre as suas paixões, reconhecendo, por conseguinte, que é responsável para com os outros, responsabilidade que se afirma também reciprocamente.

Os instintos, as necessidades, as paixões, sendo sensivelmente as mesmas em todos os homens, e sendo forçosamente limitada a quantidade das coisas necessárias à satisfação destes instintos, destas

necessidades e destas paixões, em qualquer parte onde um homem se encontre em face doutro homem, há concorrência pela vida, guerra, por consequência, ou associação. E as forças físicas, intellectuais e morais que possuem, podem êsses homens que a fatalidade pôs em concorrência, aproveitar, para mútuo extermínio, ou combinar num interesse comum.

¿ O que lhes aconselha a razão ?

¿ Quem ousará ou quem poderá responder que a razão aconselhe o extermínio ?

A razão diz-lhes que devem associar-se ! Que todos os homens se associem pois !

¿ Mas sob que condições ?

Que fale a razão e que dite as cláusulas fundamentais do contrato.

A lei comum será feita por todos aquêles a quem tem de caber o encargo de a preparar ; em qualquer dos casos, será compreendida e livremente consentida por todos.

Eis a primeira condição : a *Liberdade*. Todos sem excepção, os que se submeterem a esta lei, terão que obedecer-lhe, tendo cada um a certeza que qualquer outro associado lhe obedecerá do mesmo modo. Nada de privilégios.

E' esta a segunda condição : a *Egualdade*. Mas isto não basta. Associar-se o mesmo é tornar-se solitário nos limites e para os fins convencionados ; é contrair a obrigação de se servir e respeitar reciprocamente.

Todo o indivíduo será pois, um *fim*, e nenhum será ou poderá ser um *meio*. Nada de exploração do homem pelo homem.

Tal é a terceira condição a *Fraternidade*. Estas tres palavras, que encerram a carta do dever e do *direito*, são, ao mesmo tempo, a fórmula da moral, a fórmula da política, e, poderíamos mesmo acrescentar, a fórmula da economia social.

E eis aqui está o motivo, porque a forma republicana é a melhor de todas as formas do governo, por isso mesmo que é a única cujo princípio é idêntico ao princípio da moral, a única que pode resolver o programa social, e a única legítima, rigorosamente falando.

¿ Passando porém, do direito civil, do direito público nacional ao direito internacional, sobre que bases estabelecerão os povos os seus direitos e os seus deveres recíprocos ?

A resposta é fácil.

¿ De que elementos se compõe um povo senão de pessoas humanas ?

¿ O que são os povos senão agrupamentos humanos ?

Tomando pois, a razão por árbitro, quando os povos queiram passar do estado de guerra e de barbarie em que ainda hoje se encontram, para o estado da paz e da associação, êsses povos deverão regular as suas relações, os seus direitos mútuos, segundo os mesmos princípios ; e a forma da associação jurídica, o governo que instituirão entre

si, não poderá ser senão uma federação republicana, cujos membros exercerão, recíproca e mutuamente, os direitos e os deveres de liberdade, de igualdade e fraternidade.

Dêste modo, o princípio da moral converte-se em princípio de política e de economia, e o direito internacional, sendo fundado sobre as mesmas bases do direito civil, quando as nações passarem, por sua própria vontade, do estado de guerra ao estado jurídico, a paz será também fundada sobre a liberdade, sobre a igualdade e sobre a fraternidade, ou, para melhor dizer, sobre a justiça.

Sem abandonar a idea superior da constituição de uma federação dos povos livres, apregôada e aconselhada por Kant, como a única e verdadeira solução do problema, a *Liga internacional da paz e da liberdade*, tem indicado, desde 1872, o meio prático de preparar esta federação, propondo, como transição, a negociação e a conclusão, entre dois ou mais povos, de tratados de arbitragem permanente. A cláusula essencial destes tratados seria uma cláusula análoga à seguinte :

«Durante 30 anos, a partir de hoje, as partes contratantes renúnciam a usar de qualquer meio de guerra, umas contra as outras, obrigando-se a submeter todas as contendas que possam levantar-se entre si à decisão soberana dum tribunal arbitral em última instância».

Semelhante convenção não seria mesmo sequer um tratado de aliança e defensiva, por isso que

deixava, absolutamente intactas, a independência, a autonomia e a soberania das partes, não as obrigando a qualquer armamento ou a qualquer desarmamento, e não impondo outro compromisso que não fosse resolver, por via de arbitragem, as dificuldades que pudessem originar-se entre os dois povos, durante a vigência do tratado.

E como não ganharia a causa da paz e da liberdade, com a conclusão de semelhantes tratados!

Negociados, a princípio, entre povos que apresentassem conformidade de vistas, de interesse e sentimentos, conquistariam, a pouco e pouco, aderentes e imitadores. Habituar-se-iam esses povos às doçuras e às vantagens da paz. Contrair-se-iam novos costumes internacionais. Os povos reconheceriam que a verdadeira dignidade consiste em obedecer voluntariamente à justiça, e que o único meio de fazer reinar a justiça é restabelecer, de comum acôrdo, uma legislação exterior que constitua um direito internacional positivo.

Quando êste progresso se realizar, os *Estados Unidos da Europa* estarão próximos, porque serão consentidos e queridos.

Desde o seu princípio pôs a *Liga* a questão política e a questão sócial no mesmo plano, declarando que deveriam ser tratadas e resolvidas pelos mesmos princípios.

Não há evolução económica, sem uma evolução correlativa da moral, com os princípios já indica-

dos, em considerar, por toda a parte e sempre, a pessoa humana como fim, e nunca como um meio.

Em 1867, em Genebra, e em 1868, em Berne, a *Liga* afirmava vagamente os princípios mais generosos, e levantava de novo, depois de Cataneo e Victor Hugo, esta bela fórmula: *Os Estados Unidos da Europa*.

No ano de 1869, em Lausane, precisava as condições para a formação de uma Federação europeia.

Dois anos mais tarde, ainda em Lausane, depois da guerra franco-alemã, depois da Comuna, e da guerra civil francesa, a *Liga* mostrava, no julgamento dos terríveis acontecimentos que se acabavam de produzir, a evidência, a força, o poder gerador e conservador dos seus princípios, afirmando que a autonomia, isto é, a plena liberdade da pessoa é o princípio fundamental da moral, da política e da economia social.

Em Lugano, em 1872, a *Liga* concluía pela abolição da pena de morte, em virtude dum argumento, tirado dos seus princípios, a saber: que o direito de punir tem por limite o direito de defesa.

Enfim, depois de ter estabelecido, em Genebra, nos anos de 1873 e 1874, as bases do direito internacional, proclamando a fórmula dum tratado de arbitragem permanente, cuja conclusão, ainda mesmo que não fosse consentida senão por dois povos, seria já um primeiro passo considerável para uma constituição jurídica europeia, a *Liga* não deixou passar, desde então, facto algum social ou po-

lítico, de qualquer importância, sem o submeter a este critério supremo: *o justo*.

Charles Letourneau

Abstenho-me de qualquer comentário acerca dêste mestre da sociologia, em França, por que a carta que êle teve a bondade de me enviar e que reproduzo, substitue eloqüentemente tudo que dêle pudesse dizer:

«Nasci no ano de 1831, em Aurey, pequena cidade da Bretanha, muito atrasada e muito católica, com hábitos e costumes do século XVI. Meus parentes eram uns pobres e pequenos comerciantes. Minha mãe, no entretanto, era oriunda de uma família da pequena nobreza bretã, arruinada pela grande revolução. A minha primeira educação, foi, pois, extremamente católica e assás violenta. Após alguns estudos feitos no Colégio de Vannes, fui para Paris, na idade de 20 anos, a-fim-de estudar medicina. A minha vida de pobre estudante foi bem dolorosa, e nem sequer mudou quando comecei a exercer a clínica.

Só na idade dos 30 anos principiei a respirar. Foi, por esse tempo, que fiz as minhas primeiras provas como publicista, escrevendo num jornal de medicina e noutros pequenos jornais — *La Libre Pensée*, *La Pensée Nouvelle* — onde com alguns outros amigos, defendi a filosofia materialista, o que levantou contra mim a opinião pública, e, principalmente, a opinião governamental daquela época.

Em 1867, publiquei a minha primeira obra, a *Fisiologia das paixões*, colaborando depois numa *Enciclopédia nova*, fundada para sustentar a idea republicana e materialista. Esta publicação foi suspensa, em virtude dos acontecimentos de 1870.

Ao mesmo tempo entrava na *Sociedade de Antropologia*, onde me tenho conservado desde então, trabalhando activa e assiduamente.

Após os acontecimentos da Comuna de 1871, em que tomei parte, na minha qualidade de médico, simplesmente, vi-me obrigado por causa da minha má reputação de republicano e livre-pensador, a refugiar-me em Florença, onde permaneci seis anos. Ali traduzi do alemão a obra de Luís Büchner, *O Homem segundo a Ciência*, e os dois principais tratados de E. Haeckel, *A História da criação natural e a Antropogênia*.

Escrevi também uma *Biologia* para a *Biblioteca de Ciências Contemporâneas*.

Os acontecimentos de 1871 haviam atraído fortemente a minha atenção para as questões sociais. Daí datam verdadeiramente as minhas convicções socialistas.

Pelo que diz respeito à guerra e à paz, as minhas opiniões estão fixadas desde há muito. Alguns anos antes de 1870, havia sido eu um dos fundadores da sociedade dos *Estados Unidos da Europa*, e nunca deixei de lhe prestar o meu concurso.

Depois da minha *Sociologia*, publiquei um certo número de volumes, primeiro duas obras de L. Büchner: *A vida psíquica dos animais* e *Luz e vida*, em seguida, as *Cartas de um viajante*, de Haeckel, e enfim, uma série de outros da *Biblioteca de Ciências Contemporâneas*, a saber: *a Evolução do casamento e da família*, *a Evolução da propriedade*, *a Evolução literária*, *a Evolução política*, *a Evolução jurídica*, *a Evolução religiosa*. Dentro de algumas semanas espero publicar a minha obra sobre a *Guerra nas diversas raças*, e a seguir a *Evolução da escravidão*. Estes dois volumes estão escritos; apenas falta imprimí-los. Deixo em claro um grande número de pequenos trabalhos, artigos de jornais, revistas, dicionários, enciclopédias, comunicações a sociedades científicas, etc.

Notarei, entretanto, o dicionário das ciências antro-

lógicas, de que fui um activo colaborador e cuja publicação dirigi durante seis ou sete anos.

Eis tudo!

Os pequenos acontecimentos da minha vida não interessam senão a mim mesmo, e não merecem, por isso, ser relatados.

Tive uma existência bem activa, como vê. Procurei ser sempre conseqüente e digno. Tenciono trabalhar emquanto as forças não me abandonarem. Até hoje a minha velhice tem sido bastante robusta. Espero poder ainda continuar a minha obra, embora o mundo seja tão difficil de transformar e de melhorar».

Nêstes rápidos traços transluz a bela e luminosa fisionomia do grande e austero filósofo. É um character que se retrata. É uma alma que vibra e um espírito que se revela em toda a plenitude do talento, da vida, do altruismo e do amor pela santa causa do progresso e da humanidade.

A um instinto da justiça, instinto irracional, como todos os instintos, deveu a sua primeira libertação intelectual. Vieram depois os acontecimentos de 1871. As suas convicções de livre-pensador não as abandonou, nem as podia abandonar, por isso que repousavam sôbre o granito da verdade scientifica e eram inabaláveis.

Mas compreendeu que, por mais importantes que sejam as questões filosóficas, um problêma há que se lhes sobrepõe e avanta — é o problêma social.

Sob êste ponto de vista, a verdade não se

chama materialismo : chama-se justiça, — mas, no fundo, é sempre a verdade.

Trata-se de aplicar o método científico à solução das questões sociais, extremamente complexas. Dêstes esforços sairá, finalmente, uma sociologia científica, cujas soluções se hão de impôr. Esta ciência nova mostrará aos espíritos, ainda aos mais renitentes, como as sociedades humanas fizeram a sua evolução no passado e como a farão no futuro, evitando os conflitos e as resistências cegas ; às reivindicações indicará um fim definido ; aos legisladores ensinará as tendências que se devem estimular e aquelas que se devem impedir e evitar.

Se o materialismo científico é o começo da sabedoria, o socialismo, também científico, é o seu fim.

Nêste simples período se resume toda a evolução intelectual de Charles Letourneau.

Emílio Castelar

Toda a política de Castelar podia resumir-se na seguinte frase, que destacamos de um dos seus últimos discursos :

«Até agora podíamos querer a liberdade como amantes e fazer por conquistá-la toda a casta de aventuras. Hoje, porém, que já a possuímos, devemos quere-la e servi-la com affecto da esposa

amantíssima, que há de ser a casta mãe de nossos filhos e a companheira eterna da nossa vida».

Disse-o a algures um dos seus amigos mais íntimos :

— «Castelar há de ser em tudo o primeiro. Se vai a um enterro quer ser o morto ; se vai a um casamento quer ser a noiva».

A par de tantas grandezas, tinha Castelar um defeito pouco comum nos grandes homens.

Não era soberbo ; era vaidoso. Por isso não admitia conselhos, nem tolerava que no seu partido pensasse mais alguém que não fôsse êle, nem suportava dissidência, nem falava no congresso, senão quando a presidência lhe concedia a palavra às quatro horas em ponto, e se as tribunas se encontravam apinhadas de espectadores.

Convidados a assistir a um almoço em sua casa, Calle Serrano, 40, Alves da Veiga e eu, ali se falou largamente do partido republicano português, das suas fôrças e das probabilidades de sucesso que existiam em seu favor.

Mas qual havia de ser o meu espanto quando, três meses depois, vi publicado no *Globo* um artigo firmado pelo próprio punho de Castelar, em que se afirmava que, em Portugal, não havia mais que dois republicanos e que o movimento federalista era insensato e inoportuno. Êste homem parece que se comprazia com a contradição e a incoerência, desfazendo num dia o que tinha afirmado na vespera e expondo-se assim à censura

dos seus amigos e aos comentários dos adversários.

— «Estou com a República, sim! — dizia-me êle no *Buen Retiro*, — mas não estou com os republicanos».

Esta simples frase explicava a estranha situação em que se encontrava o ilustre orador.

Para não deixar passar despercebida a singular asserção, entendi dever dirigir-lhe, de Paris, a carta que foi publicada no *Liberal*.

Reproduzo-a aqui como documento curioso para a história do meu partido :

Carta a D. Emílio Castelar

«Excelentíssimo senhor e ilustre colega :

Sob o título — *Deus proteja Portugal* — publicou V. Ex.^a um artigo no seu periódico *O Globo*, que eu peço licença para discutir e comentar.

Conhece-me V. Ex.^a desde 1874. Foi nêsse ano, que, visitando Portugal, tive a suprema honra de o saúdar, em Coimbra, em nome da Academia portuguesa. Era eu, então, um simples estudante do quarto ano de direito, V. Ex.^a um professor de reputação universal. Ao cumprimentar V. Ex.^a, em nome de centenaes de estudantes, que se aglomeraram em frente do Hotel Mondêgo, não tive outro propósito que não fôsse o de prestar homenagem ao professor exímio e ao grande tribuno da Revolução. Se V. Ex.^a fôsse monárquico, nem eu nem a Academia o teríamos festejado tão solene e ruidosamente.

Aproximemos os factos. Isto passava-se em 1874, Dezes seis anos mais tarde, V. Ex.^a que naquela época, havia pre-

senceado todo aquele entusiasmo e aquela vibração juvenil e republicana, V. Ex.^a escreve um artigo intitulado— *Deus proteja Portugal*,— como se o país carecesse de outra proteção que não fôsse a dos seus próprios filhos e a dos seus próprios esforços.

Dezeseis anos mais tarde, com uma ironia, muito próxima do insulto, V. Ex.^a diz que *em Portugal não há mais que dois republicanos!* Dezeseis anos mais tarde, V. Ex.^a, antigo e convicto federalista, aparece-nos condenando o federalismo!...

Não me ocorre agora indagar dos motivos especiais ou especiosos que o levaram a escrever semelhante artigo. Porém, o que desde já posso afirmar-lhe é que V. Ex.^a, ou procedeu por sugestões de algum mal intencionado, ou em virtude de um completo e absoluto desconhecimento dos factos.

Engana-se V. Ex.^a, quando supõe que em Portugal não há republicanos. Ao contrário, o partido republicano é o único partido que conta com o apoio do povo e da nação, e que representa as legítimas aspirações do país.

Não há já negá-lo. São os factos de todos os dias que o demonstram, e a mesma imprensa conservadora não se recusa a confessá-lo.

A memória, Ex.^{mo} Sr., é-nos muitas vezes ingrata.

Não me surpreende que V. Ex.^a haja olvidado os republicanos portugueses que, em 1874, o festejaram e saudaram, tanto em Lisboa, como no Porto, como em Coimbra.

O que realmente me surpreende, porém, é que, sendo V. Ex.^a um professor de história e um periodista considerado, haja, por um momento sequer, esquecido a história gloriosa do partido republicano português, que teve o seu jubileu e o seu baptismo redentor na brilhante e luminosa celebração do centenário de Camões em 1880; que em 1881 combateu ao lado do povo, contra a Inglaterra, a quem arrancou o vilipendioso tratado de Lourenço Marques; que depois tomou uma parte principalíssima no centenário do

Marquês de Pombal; que prestou a Fernandez Tomás, o famoso patriarca da revolução liberal de 1820 a mais fervorosa homenagem que um povo pode prestar a um dos seus filhos mais queridos; que, em suma, durante estes últimos doze anos, tem lutado heroicamente em favor do direito postergado, da honra ultrajada, da moralidade ofendida, da liberdade profanada e da pátria insultada.

A última campanha contra a Inglaterra — campanha de reivindicação nacional e de independência pátria — não foi senão um triunfo a mais para o partido republicano. E por tal forma esse triunfo se assinalou, que a República seria hoje uma realidade em Portugal se os republicanos não quizessem tornar impossível, no futuro, toda a intervenção estrangeira e toda a restauração interna, deixando ao regime monárquico a consumação da sua própria ruína.

A situação do partido republicano não é, pois, só uma situação patriótica; é também uma situação lógica que as circunstâncias hão de justificar e corroborar plenamente.

Melhor que eu, sabe V. Ex.^a que todo o acontecimento político reveste hoje um character mais ou menos internacional. Certamente que foi, em nome do princípio de nacionalidade, que a Alemanha e a Itália realizaram a sua unidade. A prova, porém, que as nações não podem hoje isolar-se, sob pena de viverem num estado de incerteza, é que justamente os dois países que lograram consolidar-se em nome daquele princípio, se viram mais tarde obrigados a estabelecer a tripla aliança como elemento equilibrador e compensador na Europa, segundo a frase consagrada.

E eis aí está o motivo porque, defendendo a República no interior, como meio de restabelecer o crédito, a liberdade e a independência do meu país, defendo ao mesmo tempo a federação latina, e, como premissa, a federação ibérica. Sou, como V. Ex.^a, inimigo da *união ibérica*. São-não igualmente todos os republicanos portugueses.

União quer dizer absorpção. E, acima de tudo, queremos a pátria livre e independente. Queremos a República

Portuguesa cheia de prestígio, prospera e progressiva. Para evitar, porém, futuros atentados contra a integridade de território e a independência nacional, são-nos necessárias alianças ofensivas e defensivas com as nações que estão ligadas a nós por afinidades de raça, de ideias e de civilização. E, neste caso, está certamente a Espanha, pela sua situação geográfica, pelas suas tradições históricas e pelas suas condições etnológicas e etnográficas.

Por último só me resta dizer a V. Ex.^a que se engana, ainda, quando supõe que não encontraremos apoio na Europa para a nossa República. Os factos, melhor que as palavras, se encarregarão de demonstrar a V. Ex.^a, em breve, o contrário do que pensa e afirma. A democracia é essencialmente comunicativa.

Ante a acção revolucionária, transformadora, não há povo indifferente, por mais abatido que esteja.

E ainda bem que assim é! Aos povos assiste o mesmo direito que aos reis e imperadores de se federarem e unirem.

Da compreensão deste princípio depende, a meu ver, o triunfo da Democracia na Europa.

Desculpe V. Ex.^a estas humildes linhas, escritas com o desejo de esclarecer alguns pontos para mim obscuros do seu artigo, e considere-me, como sempre

Seu antigo admirador e colega reconhecido,

MAGALHÃES LIMA.

Kropotkine

Num arrabalde de Londres, vivia o príncipe Pedro Kropotkine. Era um condenado da Sibéria que, havia mais de trinta anos, tinha adoptado a capital britânica como sua residência.

Tratando-se de um emigrado, preparei-me de

ante-mão para subir a uma mansarda. Qual não foi, porém, a minha surpresa, quando me encontrei diante de um *cottage*, com um lindo jardim à frente. Supuz haver-me enganado e verifiquei. Eram, com efeito, o número e a rua indicados.

Toquei à campainha. Veiu abrir-me a porta uma elegante senhora, vestida de preto. Era Madame Luísa Kropotkine, espôsa do ilustre exilado.

Convidou-me a entrar para um gabinete atape-tado. Kropotkine recebia aos domingos os emigra-dos russos. A sala enchera-se. Serviu-se um chá *Lipton* e uns *kakes* deliciosos. A minha impressão é que estava no salão de um *lord*. Falou-se em li-teratura. Kropotkine, o homem mais erudito que encontrei na minha vida, disse-me:

— Conheço todas as literaturas do mundo, e não conheço a literatura portuguesa, o que muito sinto.

— Isso não impede, retorqui eu, que o seu nome seja muito conhecido entre nós e que algumas das suas obras tenham sido traduzidas em português.

— Constou-me isso, efectivamente. Apesar dos tradutores me não terem enviado um exemplar da tradução, lisongei-me o facto. Pouco importa o resto: o principal é a propaganda das minhas ideas.

Aquela tarde revestiu para mim um encanto especial, porque aprendi, e sempre que se aprende é um dia vivido.

Kropotkine era um cérebro poderoso. Sua espôsa representava a companheira e a confidente

de um homem superior, o que não sucedia com sua filha, nascida em Inglaterra, com o feitio, os caprichos e as tendências de uma *miss*.

Berthe de Suttner

À celebrada autora da *Waffen Nieder, Abaixo as armas*, em cujo salão, de Viena da Áustria, se reunia a intelectualidade mundial, devo provas de consideração, entre as quais conto a carta que segue :

Agradeço infinitamente a honra que me concedeu, enviando-me a sua interessante obra. Ocupar-me hei dela, na minha revista, cujos leitores, apreciarão, sem dúvida, as suas levantadas vistas.

Faço, porém, uma reserva sobre as competências das sociedades da paz, e particularmente da nossa, em querer cooperar com as actuais formas de governo, e faço também uma reserva sobre a federação das raças, sendo o meu ideal a federação dos Estados, visto como os grupos separados, (quere estejam unidos em virtude de uma conformidade de raças, ou de uma conformidade de interesses políticos) não impedem a guerra com os grupos opostos.

Lutas épicas—embora indignas da nossa civilização—poderão travar-se entre os latinos, os slavs e os germanos, se não se unirem todos numa solidariedade universal. Bem sei eu que V., vê, na união de duas ou três nações, simplesmente uma étape para uma federação mais vasta, e pode ser que tenha razão; na natureza, tudo se desenvolve por gradações.

Reiterando-lhe os meus agradecimentos, na esperança de o ver brevemente, queira receber os protestos da minha maior consideração.

Louise Michel

Estive em sua casa, rua de Victor Hugo, 95. Era um modesto quarto andar, muito arejado, alegre, donde se disfrutava a deliciosa paisagem de Neuilly e de outros arrabaldes de Paris.

Mademoiselle Louise era de uma simplicidade encantadora, no seu viver doméstico. Rarissimamente saía de casa, a não ser quando tinha de fazer alguma conferência no salão do *Boulevard* des Capucines.

Quando batemos à porta do seu quarto andar, havia, dentro de casa, um ruído de todos os diabos. Eram dois ou três cães que ladravam, um papagaio que berrava, um gato que miava, um inferno, uma verdadeira *ménagerie*...

Xavier de Carvalho explicou-me o estranho e singular espectáculo :

— Cada um dêstes animais tem a sua história, disse-nos êle. ¿ Vê êste gato? Estava condenado. Uns rapazes haviam-no dependurado pelo pescôço com o fim de o matarem à pedrada. Louise Michel, que passava casualmente, condoeu-se do triste animal, e levou-o para casa. O gato está hoje gordo e nédio, assim como os cães, que também teem a sua lenda e as suas tradições.

Louise Michel era de uma bondade extrema. Rochefort enviava-lhe mensalmente cem francos, que ela distribua pelos miseráveis com um ardor verdadeiramente evangélico.

Não temos a mínima intenção de discutir aqui a mulher política. Louise Michel foi apreciada de modos diversos e variados: havia uma cousa, porém, em que todos estavam de acôrdo, ainda mesmo os seus inimigos — era no reconhecimento das suas generosas qualidades de espírito e de coração.

Havia quem a considerasse uma doida, uma exaltada, uma fanática; mas ninguém deixava de fazer justiça ao seu talento e à sua honestidade.

— *Quando chegará o grande dia?* — dizia-nos ela em tom comovido. — E se as cousas se regulassem de modo a fazer-se a Revolução em todos os países à mesma hora!... Era esse o meu maior desejo...

Nestas poucas palavras, proferidas com uma simplicidade verdadeiramente infantil, revelou-se-nos a mulher fanática, a *Virgem Vermelha*, em toda a magnanimidade do seu grandíssimo coração.

Ao terminar estas linhas, depara-se-me um artigo do vibrante jornalista F. da Silva Passos, que completa o meu pensamento:

.....

«Não foi só a gravura aludida que celebrou na Imprensa francesa os gestos dessa que foi, no dizer dum fôgo e grande orador nacional do constitucionalismo: *A mais admirável de todas as Irmãs de Caridade*. Se me não engano, num número do mesmíssimo suplemento do *Petit Journal* uma outra gravura mostrava Louise Michel já velha, sentada no rebordo do passeio duma velha fonte, tendo

sobre os joelhos a cabeça dum cavalo de carroça, ferido gravemente e abandonado. Da legenda me não lembro eu, mas julgo bastar a descrição da gravura, para que se calcule a admiração que a Caridade excepcional daquela linda alma inspirava aos contemporâneos, até mesmo áquelles, cuja orientação política e social as ideas de Louise Michel chocavam violentamente.

Era, afinal, o mesmo espírito de universalidade no amor que animára S. Francisco de Assis, o mesmo cándido comunismo, apenas diverso nas modalidades, que as suas épocas tão diferentes haviam imprimido naqueles dois Grandes Corações.

E não era só na grande compaixão pelos irracionais sofredores, que Louise Michel expandia a sua ardente sêde do Bem. A sua própria revolta contra o existente, era o produto do seu anseio de Amor, de fraternidade, que se estendia a todo o ser vivo.

Quantas e quantas vezes a sua boca se secou, sedenta, na fome provocada pela sua generosidade!

Porque escondia de sua boca os alimentos que distribuía aos pobres, que tanto amou e que tanto a amaram.»

A. Millerand

Conheci-o na *Justice*, de Clemenceau, ao lado de Camille Pelletan e de Jaclard. Jornalista de pulso, revelou-se na Câmara um notável parlamentar. Presidente de conselho chegou à presidência da República.

Sabem todos o que depois se passou. Millerand constituiu com Viviani, também socialista, a corrente intervencionista do parlamento francês.

Meu caro e eminente confrade:

Escrevendo a *Federação Iberica*, V. praticou um acto de que devem felicitá-lo todos os republicanos socialistas.

Trabalhando para a federação das duas nações irmãs da Península Ibérica, não prepara só a federação latina, colabora também para o triunfo da Internacional Socialista, que é para alguns ainda a utopia de hoje, e que será para todos a verdade de amanhã. Receba aqui os meus agradecimentos.

O seu dedicado

A. MILLERAND.

bibRIA

bibRIA

AS MINHAS CONFERÊNCIAS EM ESPANHA

PRELIMINARES DA REPÚBLICA

Não saúdar, em Bruxelas, um congresso a que presidia, no ano de 1909, eu disse: "E agora, meus senhores, até ao próximo ano em que a República já estará proclamada em Portugal".

E a mesma profecia fiz nas manifestações internacionais em que tomei parte nos anos anteriores.

PRELIMINARES DA REPÚBLICA

bibRIA

AS MINHAS CONFERÊNCIAS EM ESPANHA

No dia 11 de Fevereiro de 1912, saí de Lisboa, acompanhado pelos meus queridos amigos, Botelho de Sousa, Tavares de Melo e Ventura Coelho, em direcção a Faro, onde pernoitei. No dia 12 continuei a viagem, dirigindo-me, por Vila Real de Santo António, directamente a Ayamonte. Ali me foi feita uma recepção carinhosa por várias agremiações, entre as quais figuravam a «União da Cultura», o «Centro Republicano» e o *Jornal da Juventude*. De Ayamonte, acompanhado pelos mesmos amigos, passei para Huelva, onde recebi na estação os cumprimentos da «Sociedade Colombina», e onde gosei um delicioso dia para visitar *la Rabida*, o famoso convento donde Cristovão Colombo partiu para o descobrimento da América. Em todas estas digressões fui acarinhado por Marchena Colombo, o presidente da «Sociedade Colombina», e director da interessante revista *La Rabida*.

No dia imediato tomei o combóio para Sevilha, onde me foi feita à chegada uma calorosa recepção.

Da *gare* até ao «Hotel de Inglaterra», onde me hospedei, fui acompanhado por numerosos trens, que conduziam as personalidades gradas da Andaluzia, que me foram apresentar os seus cumprimentos. Á porta do hotel, durante a recepção, tocou uma filarmónica, tendo-se juntado muito povo, que

soltou vivas a Portugal e ao povo irmão. Na noite dêsse dia, realizei a minha primeira conferência na «Casa do Comércio», presidida pelo ilustre deputado Montarroso, grande amigo de Salmeron, com uma admirável concorrência.

Depois de um dia consagrado à visita dos monumentos da linda cidade gaditana, na qual a Giralda se ergue como um magestoso farol, e o Alcazar nos convida à contemplação da arte árabe, continuei a minha digressão, parando em Cordova, onde me foi dado o prazer de celebrar a segunda conferência. Depois de uma visita à célebre mesquita, que encheu a minha alma de artista, tomei novamente o combóio, directamente para Madrid, tendo-me sido feitas manifestações populares em várias estações.

Na Vila Coronada as demonstrações de affecto trasbordaram. Morayta, que havia disposto as coisas de modo que nem um só membro da sua legião liberal faltasse, imprimiu grande relêvo à recepção. Não só êle, como presidente da «Sociedade Anticlerical Espanhola», com outros amigos, entre os quais devo citar Luís Morote, Alfredo Vicenti, Miguel Moya, Rodrigo Soriano, como muitos jornalistas, deixaram de me acompanhar um só instante durante os dias que permaneci em Madrid, instalado no «Hotel de la Paix», onde me foi concedida uma hospitalidade principesca. Entre as excursões recorro a de Toledo, que deixou no meu espírito uma inolvidável impressão.

Em Cordova, no regresso de Sevilha, efectuei nova palestra. O meu principal intuito era corresponder ao amável convite de Morayta com duas conferências: — uma celebrada no «Ateneu» de Madrid e outra na «Associação da Imprensa», da mesma cidade.

No «Ateneu» expuz os seguintes princípios:

O livre pensamento, segundo a opinião autorizada de Ferdinand Buisson, não é uma *doutrina*; é antes um método, quer dizer — uma maneira de cada um dirigir o seu pensamento, e, por conseguinte, a sua acção, em todos os domínios da vida individual e social.

Longe de ceder à tentativa de construir prematuramente um sistema definitivo, o livre pensamento propõe à humanidade, como quer a natureza das coisas, a investigação indefinida da *Verdade* pela *Sciência*, do *Bem* pela *Moral*, e do *Belo* pela *Arte*.

Uma sociedade, que se inspira nêste sentido, tem por primeiro dever arrancar a todos os serviços públicos (administração, justiça, instrução, beneficência, etc.) todo o character congreganista.

O laicismo integral do Estado é a pura e simples aplicação do livre pensamento à vida colectiva da sociedade, que consiste em separar as Igrejas do Estado, não sob a forma duma partilha de attribuições entre duas potências, que tratam de igual para igual, mas garantindo às opiniões religiosas a mesma liberdade que a todas as outras opiniões, recusando-lhe, todavia, o direito da intervenção nos negócios públicos.

Foi sob esta inspiração dos grandes mestres de sociologia que bordei a minha prelecção no «Ateneu» de Madrid, intitulada *Livre Pensamento Internacional*, sob a presidência do antigo presidente do conselho o sr. Moret, com um auditório escolidíssimo e numeroso, onde figuravam notáveis professores das escolas da capital de Espanha.

Atravessei — foram as minhas primeiras palavras — há pouco tempo a Itália, não para admirar as suas ruínas, o seu Capitólio, que foi a fortaleza dos Cezares, mas para auscultar o seu coração, onde palpitam, como num imenso laboratório, o génio latino, a vida moderna, com todas as suas variadas modalidades, a indústria, as artes e sobretudo a ciência do direito, reveladora duma alta mentalidade nos povos que a cultivam.

Percorri a Suíça, não à maneira do turista infatigável, escalando as suas montanhas, sentinelas vigilantes da Liberdade, e descendo aos seus lagos, poético refugio dos amantes, mas para fortalecer, para tonificar o meu espírito no banho da luz das suas escolas modelares e das suas instituições cívicas.

Visitei a França, não para me prostrar — como um feticchista ante os seus ídolos, — diante das imagens de Joana de Arc ou de Napoleão I, senão para celebrar o benéfico influxo do seu cosmopolitismo humanitário, que, desde a memorável data dos «Direitos do Homem», chegou até aos nossos dias engrandecido e glorificado.

Viajei pela Inglaterra, não para admirar a sua actividade commercial, senão para estudar os seus costumes, como elemento primordial da civilização dum povo.

Na Bélgica conheci o poder das suas cooperativas, e o espírito de solidariedade, que as vivifica.

Encontro-me em Espanha de tradições fidalgas e cavalheirosas, a pátria gloriosa do Cid; a Espanha, que deu a Roma Trajano, o mais simpático dos seus imperadores, e à literatura universal *D. Quixote*, uma das suas mais belas ficções; a Espanha, que tem em Velasquez o primeiro, o mais autêntico e o mais legítimo dos seus representantes no mundo da Arte.

Divaguei depois largamente sobre o racionalismo, definindo o espírito láico e o espírito racionalista, o anti-clericalismo e o livre-pensamento. Ser láico, segundo Lavissee, não é limitar o pensamento humano ao horizonte visível, nem proibir ao homem o sonho e a perpétua investigação de Deus: é reivindicar para a vida presente o esforço do dever.

Ser láico, segundo o mesmo autor, não é odiar tal ou qual igreja, ou todas as igrejas conjuntamente: é combater o espírito de ódio espalhado pelas religiões, que foi a causa de tantas violências, assassinios e ruínas.

Espraiei-me depois a respeito do espírito emancipador, concluindo com as seguintes palavras: «o

que se impõe é expulsar o prejuízo e substituí-lo por uma consciência esclarecida».

Falando sôbre o livre pensamento internacional, considere-i-o como uma nova «Internacional», que compreende os trabalhadores intelectuais do mundo inteiro, um número incalculável de chefes de Estado, homens políticos, publicistas, oradores e milhões de adeptos espalhados por toda a superfície do globo.

Discutindo o ensino e a beneficência invoquei as palavras de Waldeck Rousseau no seu discurso de Toulon :

«Há dois partidos e dois métodos um em frente do outro ; um que se reduz a uma só doutrina concebida e exclusivista, o outro susceptível de abarcar todas as doutrinas ; o primeiro fundado sôbre a autoridade, o segundo sôbre a liberdade ; um que adopta a lei religiosa como directora suprema da vida individual e da vida colectiva, outro que proclama a consciência e a lei civil como regras soberanas ; um que converte o homem em instrumento, em máquina, em autómato, outro que o torna uma providência de si mesmo pelo conhecimento das leis da vida e do universo ; tendo ambos os seus símbolos, que se repelem : a revolução e a reacção».

Esta conferência foi reproduzida na íntegra nos principais jornais de Madrid — *El Liberal*, *El Imparcial*, *El Heraldo*, e outros, foi publicada em opúsculo, largamente distribuído, sendo ainda propagada numa edição especial em S. Tiago do Chile.

A Ciência do internacionalismo

Segunda conferência

Com este título realizei na «Associação da Imprensa», de Madrid, uma outra conferência, que alcançou igualmente um grande êxito, tendo sido também reproduzida, quasi na íntegra, nos diários desta capital. Presidiu à reunião o insigne director de *El Liberal*, Miguel Moya, acolitado por outros notáveis jornalistas, como Alfredo Vicenti, Luís Morote, Rodrigo Soriano, e outros.

Aproximados pela situação geográfica — principi — pelas tradições históricas e por afinidades etnológicas e etnográficas, tudo contribue para nos unir num laço de amor e de fraternidade, que a própria natureza glorifica com o seu eterno e saudável influxo.

Assistimos a um espectáculo consolador e fortificante. Por toda a parte se acentua a tendência para um fim determinado: a unidade espiritual da humanidade. Acontece muitas vezes, escreveu Silvio Pellico, que os homens se odeiam porque se não conhecem reciprocamente; se trocassem entre si algumas palavras, dar-se iam as mãos com toda a confiança.

Fiz a seguir uma larga resenha do jornalismo em Portugal, que foi um dos primeiros países a acompanhar o glorioso invento de Guttemberg.

Restringi-me depois à ciência do internacionalismo.

A palavra *internacional* foi criada por Bentham em 1780. Passou à Inglaterra e à França em 1840, e só em 1877 apareceu no Dicionário da Academia Francesa. O internacionalismo da nossa época não é apenas um sistema ideal. É o resultado de uma convergência de factos, que se baseiam sôbre um conjunto de realidades.

Terminei com uma apreciação da consciência universal de que a imprensa deve ser o órgão. Estabelecendo um paralelo entre D. Quixote e Hamlet afirmei: D. Quixote não morreu — símbolo da loucura cavalheirosa, é o apóstolo, o fanático, convencido, que trabalha pela regeneração social, como único meio de chegar à concordia entre os povos. Á imprensa da península cumpre realizar esta aspiração generosa.

* * *

Já antes da proclamação da República eu tinha percorrido a Espanha, havendo realizado em Barcelona, em Valladolid, e em outros pontos, conferências públicas, relativas aos dois países peninsulares.

Em Valladolid

Odon de Buen tinha-me pedido para eu não deixar de parar em Valladolid na minha passagem para Lisboa. Mas o que estava longe de supôr é que também em Burgos havia de ter acolhida tão simpática e generosa, por parte dos seus valentes

e honrados habitantes. Centenares de pessoas aguardavam na estação a minha chegada, aos gritos de *Viva Portugal! Viva a Federação!*

Burgos, a capital de *Castilla la Vieja*, passa por ser a pátria do Cid. É ali que se encontram os seus restos, a sua casa e o seu monumento. Diz assim a inscrição: «Era aqui o logar onde existiu a casa em que nasceu, no ano de 1026, Rodrigo Dias de Vivar, chamado o *Cid Campeador*, que morreu em Valência em 1099, sendo o seu corpo transportado para o mosteiro do S. Pedro de Cardena, próximo desta cidade».

Com razão, observa Edmundo de Amicis, que jámais guerreiro lendário foi mais querido do seu povo, do que este terrível Rodrigo Dias de Vivar. A poesia fez dele um semi-Deus. A sua glória vive no sentimento nacional dos espanhóis, como se êle tivesse existido, não há oito séculos, mas há oito anos apenas.

O poema heróico que corre com o seu nome é o primeiro monumento da poesia espanhola, e é ainda a obra mais acentuadamente nacional da sua literatura.

Não me cabe a mim falar da recepção, mais que entusiastica e imponente, que me dispensaram em Valladolid. Cedo, por isso, a palavra ao periódico *La Revancha*:

«Há já muitos anos que a nossa capital não realizava um acto de tanta importância e transcendência política,

como foi a manifestação, feita pelos partidos republicanos ao eminente propagandista lusitano, que acaba de honrar-nos com a sua visita.

«Muito antes da chegada do *Sud-express*, já a estação e suas imediações se achavam apinhadas, por numerosa e compacta multidão, que ia engrossando a cada momento, e que era composta de indivíduos de todas as classes sociais, de todas as idades e de ambos os sexos.

«Quando o trem chegou, a estação foi invadida por uma verdadeira avalanche humana, sendo impossível dar um único passo. Um enorme aplauso, atroador e espontâneo, substituiu o ruído do trem que acabava de parar.

«O ilustre viajante foi recebido pelo decano da democracia federal D. Lucas Guerra, o deputado republicano D. José Muro, os nossos queridos confrades D. Manuel e Rafael Ortiz, Alvarez Taladriz, Damion Martinez, D. Emilio Garcia, Eguiluz, Díez (D. Eleutério) e outros.

«A manifestação foi crescendo extraordinariamente, ao ponto de ser incalculável o número de manifestantes, quando o cortejo chegou à rua de Obispo, à redacção da *Revancha*, onde se hospedou o sr. Magalhães Lima. Acompanhava-o o sr. João Jacinto Fernandes, rico negociante de Lisboa, cavalheiro de trato afável e distinto, de rara penetração e conhecimento do mundo».

Valladolid, a *rica*, como lhe chamava Quevedo, é uma das cidades de Espanha mais dignas de serem visitadas pelas suas tradições, pelo seu nome e pelo character especial dos seus habitantes. Gôngora, Cervantes, Leonardo de Argensola e todos os grandes poetas, sábios e historiadores espanhóis ali viveram no tempo da côrte da monarquia. E, por singular contraste também, é hoje Valladolid uma das cidades mais acentuadamente republicanas

daquele grande e valoroso país, como se quizesse provar e demonstrar, por esse mesmo facto, quanto vão mudando os tempos, desde a era nefasta dos Filipes até a era gloriosa das actuais liberdades.

O grande *meeting*, realizado no teatro de Calderon, em honra de Portugal e presidido por D. Lucas Guerra, foi uma prova eloqüentíssima do modo como os republicanos de Valladolid compreendiam a solidariedade política e apreciavam a generosidade das ideas e a coerência dos princípios.

Depois do presidente ter feito a minha apresentação, falaram, no meio do mais vivo e ardente entusiasmo, os srs. Zapatero, Cernuia e Pinedo, como representantes da *Juventude republicana*; Manuel Ortiz, Herrero, Taladriz, Blanco e D. José Muro, que foi ministro da Justiça no tempo da República, sendo um dos seus primeiros actos mandar retirar o embaixador espanhol que estava em Roma, junto do Vaticano.

Era então o *leader* do grupo progressista, no Congresso. Propagandista pelo facto e pelo argumento, Muro era uma das individualidades mais dignas do partido republicano espanhol.

«Não há dúvida — disse eu — que Portugal e Espanha são dois povos irmãos: são os factos de todos os dias que o provam e demonstram.

«Por ocasião dos terramotos da Andaluzia, a alma portuguesa derramou sobre as vítimas da horrorosa catástrofe as flores mais ternas e delicadas do seu affecto e da sua grande e imensa dôr; por

ocasião do incêndio do teatro Baquet, do Pôrto, a alma castelhana, como se fôra um éco daquela outra alma, sua irmã, repercutiu o mesmo sentimento de dôr e de caridade.

«Mais tarde veio a tremenda catástrofe moral do tratado com a Inglaterra, que trouxe ao meu país dias de luto e de ângustia acerba.

«Os estudantes de Salamanca e de Madrid, num arranco de nobre entusiasmo, declararam aos seus irmãos da nação vizinha, que, se fôsse necessário, transporiam a fronteira para vir defender com êles a nação, injuriada pela insolência britânica.

«Tudo isto prova que um mesmo coração vibra e palpita nos dois povos irmãos.

«O futuro é da federação, repito-o, mais uma vez. Todos os países da Europa caminham para a realização dêste grande e supremo ideal: a Inglaterra, como a Bélgica, e a Holanda como a Itália, como a Noruega e Suécia, como a própria Áustria e a Alemanha.

«Diante do perigo que ameaça a democracia, o verdadeiro protesto está na solidariedade dos povos. É por isso que os republicanos não podem nem devem, neste momento, dividir-se em seitas e escolas. O princípio republicano atinge com a federação o seu máximo grau de perfectibilidade e de progresso. Assim o compreenderam os eminentes publicistas Latino Coelho e Teófilo Braga. Em Portugal foi Henriques Nogueira o primeiro a conceber esta doutrina, como vaga aspiração da democracia

na península. O seu nome ainda hoje é invocado como lema da bandeira republicana no meu país.

«Encontrando-me, há anos, em Madrid com o velho general Sousa Brandão, êste disse-me que estava naquela cidade em comissão do govêrno, por causa da linha férrea de Malpartida e que tinha aceitado a incumbência do ministro *por julgar, com ela, servir o seu país e as suas ideias.*

«A mocidade das escolas aceita com entusiasmo a federação peninsular, desde que a República esteja proclamada em um e outro país. Uma única coisa se opõe a ela — o interêsse dinástico. Mas a dinastia representa o privilégio de uma família, em oposição ao interêsse da nação.

«¿Relanceando os olhos pelo velho mundo, que vemos? Vemos a fôrça, oprimindo o direito, erigida em máxima; vemos a Europa egoísta, carregando-se, hoje mais do que nunca, de soldados e exércitos, de metralhas e canhões; por toda a parte o trabalho e a sciência applicados à destruição humana. — Tal é o espectáculo!

«Olhai, porém, para o novo mundo. Os Estados Unidos, finda a guerra, venderam os seus navios, recolheram as armas aos arsenais, e reenviaram para a oficina, para o escritório e para a charrua, aqueles milhões de homens que tão denodadamente haviam combatido pela pátria.

«Eis o exemplo! Eis a lição!

«Assegurar o reino da democracia na Europa é assegurar o reino da paz e da fraternidade. As

generosas utopias de Henrique IV, do abade Saint Pierre, de Kant, de Mazzini, de Garibaldi, de Victor Hugo e de tantos outros filantropos constituem hoje uma aspiração nobilíssima para todos os sábios e poetas e jornalistas, e serão amanhã uma bela e gloriosa realidade.

«Aplaudo-me pois, por ver reunidas esta noite todas as *nuances* do partido republicano espanhol, unidas e confundidas num só pensamento, e faço votos ardentes, para que todos os republicanos, num e noutro país, cumpram, em breve, o seu dever e compreendam a sua missão».

bibRIA

Em Barcelona

Havia muito tempo que tinha projectado uma visita a Barcelona. Deu-se até, a propósito dêste facto, um episódio curioso. Em Novembro de 1889, escrevera eu ao meu querido amigo Salas Anton uma carta em que afirmava a necessidade de uma boa inteligência entre os republicanos espanhóis e os republicanos portugueses. Essa carta foi lida num comício popular, e o seu conteúdo transmitido por telegrama ao *Liberal*, de Madrid.

A imprensa monarquica apoderou-se do assunto, acusando-me de *traidor*, de *conspirador* e não sei de quantas coisas feias mais.

Limitei-me à publicação da carta na íntegra, e, encolhendo os ombros, disse de mim para comigo :

«todos êstes patriotas que hoje me acusam hão de vir ainda um dia a pedir uma aliança com a Espanha».

Mal podia, porém, imaginar que tão cedo se havia de realizar o meu vaticínio.

Dois meses depois, chegava-nos o *ultimatum* inglês.

Os mesmos jornais, que tinham levantado uma campanha de difamação contra a minha humilde pessoa, foram os primeiros a pedir uma aproximação com a Espanha. Na câmara dos pares, o sr. Augusto Fuschini propunha uma aliança ofensiva e defensiva com a Espanha.

O tempo encarregara-se, por si, de me justificar, mais cedo mesmo do que eu podia esperar. Assim, creio, há de succeder também com relação àqueles que vêm na federação ibérica um manejo contra a pátria. Há uma cousa superior às declamações dos especuladores: é a lógica terrível dos factos e dos acontecimentos.

Em Barcelona realisava-se, no *Circo Equestre*, um grande *meeting*, afim de manifestar ao nobre povo português a simpatia do povo espanhol, a parte que êle tomava nas suas desditas, e os votos que fazia pelo triunfo da sua causa, que era a causa do direito. Com iguais intuitos celebrava-se também no mesmo dia, em Madrid, outro comício.

Convidado a assistir a ambos preferi o de Barcelona, por antecipadamente haver contraído o compromisso de ir àquela cidade presidir à inaugu-

ração do Casino do Centro progressista. Infelizmente o comboio em que tinha partido de Paris atrasou-se no caminho, por causa de grandes inundações, no meio dia da França, e só me foi dado chegar ao lugar do meu destino à noite, com doze horas de atraso. Êste facto não obistou, porém, a que muitas centenas de pessoas aguardassem na estação a minha chegada e acompanhassem a caruagem em que ia até ao hotel, defronte do qual foram levantados calorosos vivas a Portugal.

Entre os muitos republicanos que tomaram parte nesta brilhantíssima manifestação de fraternidade e amor, aprez-me citar os nomes dos meus affectuosos amigos Juan Salas Anton e Odon de Buen, aos quais, principalmente, devi a recepção com que me honraram.

Com o primeiro, encontrei-me uma manhã, em casa de M.^{me} Emma Nevada, a deliciosa cantora que todos nós ouvimos e aplaudimos, há anos, em S. Carlos, e que o Pôrto aclamou e vitoriou ruidosamente. Vivía na rua Panquet, 26, uma esplêndida casa, primorosa e artisticamente decorada.

M.^{me} Nevada tinha pelo nosso país uma viva e ardente simpatia. Americana por nascimento, o seu temperamento era todavia o temperamento de uma meridional, com todas as impressões e paixões da raça latina. Seu marido, um médico americano, viveu quinze anos em Paris, exprimindo-se em francês com extraordinária dificuldade.

M.^{me} Nevada não era só artista eminente, senão

também uma conversadora adorável e inteligentíssima.

Discutiu-se a Exposição, naturalmente por ser, nessa época, o assunto obrigado de todas as conversações.

Falou-se no Japão, na Índia, na China.

O Japão tem feito progressos incontestáveis, assimilando os costumes e a civilização da Europa. Ranchos de japoneses passeiam em Paris, vestidos como verdadeiros parisienses, de *frak* e chapéu alto. Mas a sua representação na exposição de 89 era relativamente inferior por ser demasiadamente local, e haver mais a esperar de uma nação, que tão ciosa se mostra de progredir, enviando todos os anos à Europa dezenas e dezenas de nacionais que vêm cursar as universidades estrangeiras, e preparar-se para dirigir, governar e administrar o seu país pelos processos que a evolução hoje impõe a todas as nacionalidades.

Depois veio a China. Em S. Francisco — disse-me M.^{me} Nevada — houve em tempo um verdadeiro terror por se supor que a população chinesa quizesse invadir a América.

Mas não é positivamente para a América que os chineses lançam as suas vistas — obtemperou Salas Anton. Se um dia essa medonha população se lembra de procurar a Europa, com a sua sobriedade e hábitos de temperança e de trabalho, teremos uma nova invasão, como a dos bárbaros do norte, na Idade-Média.

Concluímos, que a China era, relativamente à Índia e ao Japão, o país mais atrasado pelo que se via na exposição — excesso de côr na pintura e nas tapeçarias; as incrustações em madeira, inferiores às do Japão.

bibRIA



bibRIA

O BANQUETE DA "INDEPENDÊNCIA BELGA,"

Fui convidado para presidir ao 18.º banquete parisiense da *Independência Belga*. Rodeado por muitos representantes da imprensa de Paris e por numerosos portugueses, encontrei-me num meio ao mesmo tempo sugestivo e consolador, e exclamei, ao principiar o meu discurso:

— «Um jornal de grande tiragem, que se publica nesta capital, dizia recentemente, falando da questão do Oriente: «sejamos europeus». A hora sôou. A disposição da alma actual, escreveu Max Nordau, o eminente autor da *Degenerescência*, é extranhamente confusa, constituída por igual de agitação febril e de triste desilusão, de receio pelo futuro e de alegria desesperada, que se resigna. Sômos todos compatriotas, por isso que pertencemos à mesma pátria moral e intelectual. A propósito devo citar a conhecida frase de Lamartine:

Sou compatriota de todo o homem que pensa. A verdade é o meu país.

«Acrescentarei, pela minha parte, que sou compatriota de todo o homem que sofre, de todo o homem que luta e se revolta contra as violências e contra as iniquidades sociais, e é esta a razão, sem dúvida, do gracioso convite, que me foi feito pelo meu excelente amigo Jean Bernard para presidir a

êste banquete. Jean Bernard é cosmopolita pelo espírito e internacionalista pelo coração. Visitou duas vezes Portugal, onde conta grandes simpatias. Quási o posso proclamar cidadão português. E visto que falo dum redactor da *Independência Belga*, seja-me permitido enviar aos redactores do grande jornal a expressão dos meus sentimentos fraternos. Conhecer-se é compreender-se. Em redor desta mesa afigura-se me que todos formam uma única família.

«Lord Salisbury disse que os países pequenos estavam destinados a desaparecer. Os últimos acontecimentos políticos encarregam-se de provar o contrário».

Neste sentido falei de Portugal, da sua história gloriosa, do seu heroísmo e da sua influência na civilização mundial, por entre as aclamações de todos os convivas.

Terminei com novas saudações aos presentes, entre os quais se encontravam o famoso ministro Delcassé, Max Nordau, bem como outras personalidades em evidência, e exclamei :

— «Se é verdade, como disse um filósofo, que não se aprende a vida senão vivendo, viver não é mais do que fraternizar: eis o motivo porque penso que os banquetes não são nunca inúteis; representam sempre uma afirmação de solidariedade humana».

No fim desta manifestação foi-me oferecida a medalha do *Souvenir Republicain*, a primeira que se ofereceu a um estrangeiro em Paris.

A GRANDE NOVA

O artigo do «*Matin*»

No dia 4 de Outubro de 1910, tinha eu assistido a um banquete que se realizou num dos restaurantes dos grandes *boulevards*. Quando pela madrugada cheguei ao hotel, aguardava-me a *grande nova*.

Um radiograma recebido pela torre Eiffel anunciava a proclamação da República em Portugal. Se foi grande em Lisboa a vibração da alma republicana, a minha comoção não foi menor. Estava enfim realizado o meu sonho.

Do *Matin* tinham-me chamado a toda a pressa. Ignorando ainda o que se passava, tomei um *taxi* e corri, voei à redacção do jornal francês. O próprio ministro dos Estrangeiros, sr. Pichon, não conhecia o facto. Embora esperasse a grande nova, o meu alvoroço não teve limites. Receando qualquer fracasso, tratei de me assegurar sobre a veracidade da notícia. Como o *Matin* tinha fios directos com o *Times* de Londres, comunicámos com o grande jornal londrino que confirmou a notícia com poucos pormenores.

— Não há tempo a perder, gritou o sr. Hedeman, director da secção estrangeira do *Matin*. Vamos ao que importa!

E, delicadamente, conduziu-me pelo seu braço ao seu gabinete de trabalho.

— O que é preciso é fazer o jornal, exclamou

—Aqui tem, meu amigo, papel e tinta. É indispensável, sem demora, escrever o artigo de amanhã.

Pedi ainda para me consentir que fôsse ao hotel, afim de verificar se tinha chegado algum telegrama. Mas tudo foi inútil. Tive que me resignar. Fechada a porta à chave, aproximei os factos e comecei a escrever o artigo que saíu rigorosamente exacto nos seus pormenores. Á proporção que ia escrevendo, espetava os *linguados* num gancho que estava ao lado da minha mesa e que vertiginosamente descia para a tipografia. Assim conclui o meu artigo mantendo a redacção a minha completa incomunicabilidade. Fui ao telégrafo num dos *autos* do jornal e sempre acompanhado de um redactor.

Nada pude apurar. De madrugada dirigi-me ao local onde costumam reunir-se os vendedores dos jornais parisienses na rua Montmartre. Percorri de relance e alvoroçado todos os jornais parisienses. Apenas o *Echo de Paris* inseria um pequeno telegrama sem pormenores. O triunfo do *Matin* era completo. Não podia já haver dúvida sobre a *grande nova*. Senti-me orgulhoso pelo facto e respirei em fim.

No dia imediato caíram-me no hotel os jornalistas, amargurados, e attribuindo-me má vontade contra êles.

Tive que explicar largamente o ocorrido, afirmando que o telegrama em questão não era meu, mas sim do ministério dos Estrangeiros; que o próprio ministro ignorava o seu conteudo, e que o

Matin o obtivera por intermédio dum empregado da *torre Eiffel*. Durante dias o *Hotel Central*, da *Cité Bergère*, onde residia, foi ponto de reunião da imprensa mundial. Na janela do meu quarto foi içada a bandeira verde rubra, a primeira que no estrangeiro foi arvorada.

O telegrama do *Matin* foi sensacional. Toda a imprensa o reproduziu, e a República Portuguesa esteve, durante semanas, na boca de todos, como um dos grandes acontecimentos da época. Pode bem imaginar-se quantas entrevistas me foram pedidas. Além da conferência do café do *Globo*, no *boulevard* de Strasburgo, outras realisei em muitos centros políticos e literários no meio dum entusiasmo febril. A República Portuguesa sentia-se e glorificava-se por toda a parte. Os *camelots du Roi* tentaram perturbar algumas dessas manifestações, sem resultado. Todos os grandes jornais sem excepção dedicaram ao acontecimento longos artigos.

Portugal renascia, e a sua história era lembrada, como a do primeiro povo marítimo do mundo. Nesta atmosfera vivi os dias mais felizes da minha vida, podendo exclamar como o poeta mantuano: *vi enfim o que desejava ver...*

RÉVOLUTION EN PORTUGAL

UNE GRAVE DÉPÊCHE
du "MATIN"

L'armée et la marine passent aux républicains

Des navires de guerre
bombardent
le palais royal

Une très grave nouvelle nous arrive à la dernière heure du Portugal: la révolution a éclaté à Lisbonne; la marine et l'armée sont passées du côté des révolutionnaires.

Voici le très important télégramme que nous avons reçu par radiotélégraphie, et par une voie détournée, vers minuit, de notre correspondant à Lisbonne:

(«DU CORRESPONDANT PARTICULIER DU MATIN»)

Message envoyée par télégraphie sans fil, d'un bateau mouillé dans les eaux portugaises, aux Saintes-Maries-de-la-Mer (Bouches-du-Rhône), et réexpédié au "Matin,, à Paris.

LISBONNE, 4 octobre.—*La révolution a éclaté.*

La ville est interdite.

À deux heures de l'après-midi a commencé le bombardement du palais royal par les navires de guerre.

Une grande partie de l'armée et toute la marine sont du côté des républicains.

Impossible de donner des détails.

La révolution au Portugal ne surprendra pas les lecteurs du Matin. Depuis longtemps, nos informations ont fait prévoir l'imminence de ce mouvement. L'assassinat du roi et du prince héritier, le 1.^{er} février 1908, était le commencement de la fin du régime actuel. Depuis cette date, les partis monarchistes n'ont pu résister au flot montant du républicanisme portugais. Les partis monarchistes, sans vouloir se rendre compte du danger qui menaçait le trône, se querellaient entre eux; les cabinets se constituaient pour tomber presque immédiatement après; c'était le véritable gâchis politique à Lisbonne.

Les envoyés spéciaux du Matin au Portugal ont fait ressortir la gravité de la situation, Les informations du Matin furent démenties par les milieux diplomatiques et officiels. Mais rien ne fait mieux ressortir l'exactitude de nos renseignements

que la déclaration suivante du député républicain M. A. Costa, que nous publiâmes le deux septembre dernier.

«La situation du jeune roi est intenable : il faut être aveugle pour ne pas le voir. Les partis monarchistes se disloquent, se bouleversent et se pé-nètrent dans un enchevêtrement qui dissimule mal leur effondrement à tous. On voit des alliances monstrueuses. Sans doute des conservateurs se cramponnent désespérément à l'étiquette, nouvelle pour eux, de libéraux ; mais on voit par contre des hommes politiques, de tradition plutôt libérale, qui consentent, au vingtième siècle, à se confondre avec les réactionnaires impénitents.

«Le roi n'a donc aucun parti sur lequel s'appuyer solidement.

«Dans la nouvelle Chambre, tant du côté des amis du gouvernement que du côté de ses adversaires monarchistes, nous pressentons déjà des fautes, des imprudences telles que nous pourrions presque nous croiser les bras, et les regarder consommer ensemble la ruine de la dynastie, si nous ne considérons comme un devoir de conserver la direction morale et politique du pays — direction que nous exerçons déjà en fait — pour la défense des libertés nécessaires et la protection des deniers publics.

«Le changement est donc certain ; il est fatal, il ne peut tarder longtemps encore. Si l'on nous

réduit à l'opérer par la force, nous sommes résolus à le faire à l'instant précis qui sera logiquement, scientifiquement indiqué par les circonstances. Cet instant, si la monarchie veut en hâter la venue, elle n'a qu'une chose à faire : c'est de rap-peler les réactionnaires au pouvoir ; cela le peuple ne le tolérerait pas ; ce serait la révolution immédiate.

« Nous sommes dès à présent en mesure d'accomplir les substitutions de règne et de personnes qui s'imposent. Mais, quel que soit l'esprit de modération et d'humanité qui anime ce peuple, quelque admirable que soit sa discipline, encore constatée à l'assemblée de nuit de la semaine dernière, à laquelle 60.000 personnes ont pris part dans l'ordre le plus absolu, l'acte révolutionnaire sera toujours un peu brusque ; un peu de sang, innocent peut-être, coulera ; c'est presque inévitable. Pourquoi ne pas l'épargner ? Pourquoi ne pas ménager au pays une transition plus douce ?

« Si j'étais l'ami du roi dom Manuel, c'est avec sincérité la plus entière que je lui montrerais la seule voie vraiment noble qu'il ait à suivre : celle de l'abdication, pratiquée en temps utile, avec une dignité à laquelle le pays saurait rendre hommage, et qui, pour la première fois depuis longtemps, mettant le prince en communion de sentiment avec le peuple, imposerait le Portugal à l'admiration du monde ».

Ajoutons que depuis quelque temps déjà, le bruit nous était parvenu que les républicains étaient sur le point d'agir. Avant-hier, un député républicain, M. Bombarda, fut assassiné à Lisbonne par un lieutenant d'infanterie; c'est sans doute cet événement qui a décidé le parti républicain à précipiter les événements.

Opinion d'un chef du parti républicain

M. Magalhães Lima, un des principaux chefs du parti républicain portugais, qui se trouve actuellement à Paris, nous communique dans la nuit les impressions que voici sur la révolution qui vient d'éclater à Lisbonne.

L'événement fatal s'est produit.

La révolution est à Lisbonne. Elle ne nous surprend pas. Nous, membres du parti républicain en Portugal, nous l'avions prévue et annoncée depuis longtemps. Nous avons toujours espéré que le changement de régime pourrait s'effectuer dans le calme, dans l'ordre, par le simple effet de la volonté populaire librement exprimée. Mais l'obstination des hommes au pouvoir et l'aveuglement du trône ne l'ont pas permis.

Après la mort de dom Carlos, on pouvait espérer que les partis monarchistes comprendraient la leçon des événements. Il n'en a rien été.

L'accumulation d'erreurs, de fautes et d'abus qui avait provoqué le geste désespéré du peuple contre la dictature de Franco s'est encore aggravée.

Toute l'œuvre dictatoriale voulue par la royauté est restée debout.

Les lois d'exception contre la presse ont été appliquées sans merci. Des journalistes ont dû s'exiler pour échapper aux condamnations des tribunaux. On a inventé des sociétés secrètes. Et leur découverte a permis de persécuter les républicains. Tous moyens d'oppression ont été employés pour étouffer la voix du peuple.

Des citoyens paisibles ont été arrêtés comme suspects sur de simples dénonciations. Des perquisitions domiciliaires ont été journellement pratiquées. Tous ces attentats à la liberté et à la dignité d'une population laborieuse ont été commis par l'arbitraire d'un juge d'instruction criminelle dont les pouvoirs sont ceux d'un inquisiteur.

Et ces faits monstrueux, cette rénovation des pires époques de la tyrannie se produisaient à l'heure où l'avènement du jeune roi avait fait espérer à des hommes trop crédules qu'une aétente allait se produire.

Nous, républicains, uous ne nous sommes jamais laissé prendre à ce leurre. Nous avons continué dans le pays notre propagande, convaincus

que le salut du Portugal ne pouvait être que dans la République. La propagande des républicains, les scandales des gouvernements successifs compromis dans des affaires louches, les déceptions accumulées de tout un peuple ont forcé le roi, il y a quelques mois, à appeler au pouvoir des hommes qui se disaient libéraux.

Cette dernière déception a comblé la mesure. Tout l'arbitraire du passé a continué sous l'étiquette hypocrite d'un libéralisme mensonger.

Sous le prétexte d'un complot imaginaire, le juge d'instruction criminelle a continué son œuvre de réaction tyrannique. Et la révolte de l'opinion a été telle que les plus grandes associations commerciales ont dû prendre l'initiative d'un formidable mouvement de protestation allant, s'il le fallait, jusqu'à la grève générale.

Les partis monarchistes, formant le bloc conservateur, avaient raillé l'entrée au Parlement de députés républicains, dont le nombre avait doublé en trois ans. Ils ne comprenaient pas que c'était la volonté du peuple qui se manifestait, malgré la pression formidable des autorités et l'iniquité d'une loi électorale faite contre les républicains.

Le président du conseil, M. Teixeira de Sousa, qui avait jadis conspiré contre la dictature avec les vrais libéraux, a fait nommer pair du royaume un des collaborateurs les plus en vue de Franco.

C'était l'aveu formel que le gouvernement n'avait

de libéral que le nom, et qu'il était vendu à la réaction.

Au-dessus de ce gâchis politique, la volonté du roi, prisonnier des cléricaux, était impuissante.

Dès lors, la situation était inextricable.

Pour gouverner contre le pays, il aurait fallu au gouvernement l'appui de l'armée et de la marine. Mais l'armée et la marine, composées de patriotes éclairés, venaient à la République comme à la seule forme de gouvernement capable de relever le pays.

Il ne fallait qu'un incident pour susciter la révolution.

L'assassinat du député Bombarda a comblé la mesure.

Le peuple a voulu voir dans ce meurtre du chef de la ligue libérale une vengeance cléricale.

Il n'en fallait pas plus pour déchaîner l'indignation du peuple et le porter aux mesures extrêmes.

La marine, qui fut toujours à l'avant-garde du libéralisme, a pris la tête du mouvement, et l'armée l'a suivie. Quels événements se déroulent actuellement à Lisbonne ? On ne peut pas le savoir exactement. Mais on doit prévoir que la République, dont l'espoir était dans toutes les cœurs, sortira triomphante.

Espérons seulement que cet avènement de la République pourra se faire sans que des vies humaines soient vainement sacrifiées. Parce que la

force brutale ne pourra plus jamais prévaloir contre l'espoir et la volonté d'un peuple décidé à défendre son indépendance et sa liberté.

MAGALHÃES LIMA

bibRIA

PORTUGAL NA GUERRA

A entrada de Portugal na guerra, ao lado dos aliados, foi a continuação da nossa história, a afirmação da nossa raça e do espírito de solidariedade internacional que caracterizou sempre os feitos portugueses.

PORTUGAL NA GUERRA

bibRIA

PROCLAMANDO A NOSSA INTERVENÇÃO NA FRANÇA

Em Toulouse

Quando em Agosto de 1914 o dr. Bernardino Machado, então presidente do ministério, proclamou do alto da tribuna parlamentar a nossa intervenção na guerra, o meu coração de português vibrou ardentemente, e logo fiz tenção de percorrer uma parte da Europa para mostrar aos povos o que representava o esforço nacional, a meu ver, superior ao esforço de qualquer dos aliados. Fômos para a guerra em atenção ao nosso tratado secular com a Inglaterra, e ainda pela simpatia que nos inspirava a França mártir. Cumprimos ao mesmo tempo um dever e uma devoção, que reverteram em nossa honra e em nossa glória. Foi um sacrificio financeiro? Sem dúvida, e o maior que podíamos fazer. Moralmente a nossa situação foi a de um país que só teve em vista, com o maior desinterêsse, honrar a sua história e a sua tradição.

Dêsse sacrificio resultou o aplauso do mundo civilisado. Era, porém, necessário explicar os factos, repondo-os nos seus devidos termos: foi o que eu tentei fazer numa série de conferências realizadas em França e na Itália.

Com êste intuito, parti de Lisboa no dia 8 de Maio de 1916, acompanhado pelo meu velho amigo Tavares de Melo, que foi um excelente auxiliar, directamente para Toulouse, onde encetei a minha missão de propaganda. A «Dépêche», que se publica naquela cidade, e que pode considerar-se um grande jornal europeu, noticiou a minha chegada nos seguintes termos :

«Fiel ao nosso país, que adora, amigo fraterno do nosso grande Anatole France, Magalhães Lima é o campeão da idéa francesa. Chefe incontestado da democracia portuguesa, o grande tribuno trás aos aliados a adesão completa da sua pátria à causa sagrada do direito e da liberdade».

Uma delegação de estudantes portugueses e brasileiros foi ao «Grande Hotel» saudar-me.

A conferência «Portugal e a guerra» realizou-se no dia 20 no Teatro do Capitole. Depois da execução pela orquestra dos hinos nacionaes dos aliados, o *maire*, snr. Rieux, fez a minha apresentação em termos que me confundiram. A seguir, tomando a palavra, saudei calorosamente o general, o perfeito da polícia e o *maire*, que me deram a honra de presidir à conferência.

«Pensar e agir pelo bem público, viver para o meu semelhante, tal é o meu fim, vindo hoje aqui.

Saúdo com palavras calorosas e enternecidas a Bélgica mártir, mutilada, supliciada, que se constituiu a sentinela vigilante da civilização latina ; saúdo a valentia da Servia, que escreveu com o seu san-

gue uma página sublime da história; saúdo a Inglaterra, salvaguarda da Causa dos aliados, pelo seu poder sobre o mar; saúdo a Rússia, a Itália, o Monte-negro. E que dizer da vossa pátria, da *nos*-sa pátria, acentuei, no meio dum trovão de aplausos, por isso que a França é a pátria universal e há de ser sempre a França, que proclamou os direitos do homem. Em breve as nossas tropas irão misturar-se na frente com os *poilus* das nações aliadas. Unidos e solidários marchemos para a frente. Acima de tudo dominará a consciência humana.

Viva a França! Viva Portugal!

Uma aluna do Conservatório M.^{elle} Juste, com um chapéu de Toulouse, avançou, lendo uma poesia intitulada «A Portugal». Não tive outro modo de agradecer senão beijando-lhe a mão.

Em Montpellier

De Toulouse dirigi-me directamente a Montpellier a velha cidade universitária.

«Le Petit Meridional» acolheu a minha conferência com simpatia e amor:

«Não apresentaremos aos nossos leitores o sr. Magalhães Lima. Todos os conhecem e admiram.

Limitar-nos-hemos a reproduzir as interessantes declarações do homem que deu o magnífico exemplo de desinteresse político recusando a presidência da República».

Com a assistência do que de mais distinto havia em Montpellier, incluindo as autoridades militares, realisei a minha conferência na sala de uma das principais academias da cidade.

«Declarando-nos a guerra—comecei eu— a Alemanha provou que a nacionalidade portuguesa existe e que o nosso concurso nas circunstâncias atuais não é um facto para desprezar. Napoleão fez o maior elogio às tropas portuguesas, chamando-lhe um exército de eleição. Gomes Freire de Andrade foi um dos seus maiores amigos e admiradores.

Nêste momento, continuei, nota-se em Portugal uma verdadeira efervescência política. Toda a gente se prepara para bem servir a pátria. E a pátria de hoje não se resume no nosso território, nos nossos interesses, na nossa independência, por isso que a sorte da Pátria Portuguesa está ligada à sorte das pátrias aliadas. Pode bem dizer-se que os aliados não constituem senão uma única pátria.

É por uma Europa livre e por um mundo libertado que nós trabalhamos com os nossos melhores esforços. Aceitamos todas as responsabilidades e não faltaremos ao dever que nos é imposto pela honra, pelos sentimentos e pelas afinidades espirituais, que nos ligam à Inglaterra e à França.

Perante a guerra, os partidos abateram as suas bandeiras e a União Sagrada fez-se no exército, na marinha, em todas as classes sociais. A marinha simbolizou sempre a nacionalidade portuguesa, e será ainda no mar que nós encontraremos o nosso

futuro e a nossa imortalidade. Estamos convencidos que a garantia do triunfo para os aliados está na posse do mar.

Os portugueses colocando-se, pois, ao lado dos aliados para a defesa das suas próprias vidas, compreendem muito bem que realizam uma missão civilizadora, defendendo ao mesmo tempo a independência moral e política do seu país, e a liberdade do mundo».

Em Bordéus

No grande anfiteatro do «Ateneu», realizei a minha conferência; sob os auspícios da «Liga Francesa para a Defesa dos Direitos do Homem». A esta manifestação de união republicana e de solidariedade latina assistiram os snr: Julian Sauve, secretário geral da Perfeitura, representante do perfeito da Gironde; Gruet, maire de Bordéus; de Quilliman Machado, consul geral de Portugal; Iriquim, presidente da Federação Radical e radical socialista; Lucien Victor Meunier; Hanrigot, conselheiro municipal; Bandruy e os representantes dos diversos agrupamentos republicanos.

Presidiu o sr. Baylet, presidente da Federação girondina da Liga para a Defesa dos Direitos do Homem, que me saudou, proclamando a sua admiração pelos democratas portugueses, que fizeram a república em Portugal. Quaisquer que sejam, porém, as glórias de Portugal, afirmou, nenhuma foi

maior do que aquela que os levou a enfileirar ao lado dos aliados na defesa da civilização ameaçada.

«Irmãos latinos, comecei eu, a França e Portugal, conjugam sempre, através dos séculos, as suas culturas, as suas aspirações e os seus sonhos de liberdade. Hoje marchamos juntos e lutamos lado a lado para abater o imperialismo da barbaria, afim de que a paz reine para sempre na superfície da terra. A guerra atual será a ultima das guerras, pois é para defender os direitos dos pequenos que nós nos batemos; é pela paz que os nossos soldados derramam o sangue. A brutalidade e a perfidia dos nossos adversários constrangeram-nos a empregar a força. Não se pode ter na mão uma balança, quando o adversário tem uma espada.

Outrora aqueles que iam morrer saíam com o Cesar. Hoje os nossos *poilus* caem amaldiçoando o cesarismo, dando-lhe o último golpe.

A guerra fez ao mundo apavorado sublimes revelações: o heroismo da Bélgica, a valentia da Sérvia, a nobreza da Inglaterra, a energia da Rússia, a fidelidade da Itália às suas tradições, a coragem do Montenegro, a grandeza, enfim, da França, dessa França de que não deveríamos falar senão de joelhos, pela sua beleza moral e pelo muito que a ela devemos.

Portugal está ao lado dos aliados. Os seus arsenais trabalham dia e noite, a sua marinha prepara-se para o combate, os seus soldados ardem por

se encontrarem ao pé dos seus irmãos de armas. Portugal quer ir até ao fim, até à vitória, com aqueles a quem a sua raça, a sua história e a sua tradição o ligam.

Unamo-nos, exclamei, para a grande cruzada dos civilizados, em que todos os latinos devem cooperar como semeadores que fertilizam o mesmo campo. E vós, feridos da guerra, supliciados, sêde abençoados na vossa dôr e nos vossos sofrimentos, por isso que representais o laço que nos liga no comum esforço para libertar a Europa.

É graças a vós que a consciência humana dominará o fragor das batalhas».

Em Paris

Na Sorbonne

Com a presença de Afonso Costa, presidente do conselho, Augusto Soares, ministro dos estrangeiros, João Chagas, Ministro de Portugal em França, efectuei na «Sorbonne», no anfiteatro Richelieu, a minha conferência sobre Portugal e a guerra, sob a presidência do senador Henri Michel.

Para narrar o que se passou, socorrer-me hei dos grandes jornais parisienses. *Le Temps*, escreveu: Falando da Pátria portuguesa o orador evocou a recordação dos grandes homens do seu país, da sua heroica história, elogiando o exército português e a bela e nobre atitude do povo e explicando porquê, e como tanto política como moralmente, a

SORBONNE -:- AMPHITHÉÂTRE RICHELIEU

ENTRÉE : 17, Rue de la Sorbonne

Le Mardi 13 Juin 1916 — à 4 h. 1/2 du soir

CONFÉRENCE de MAGALHÃES LIMA

Ancien Ministre de l'Instruction Publique du Portugal

sur le **PORTUGAL et la GUERRE**

SOUS LA PRÉSIDENCE DE

M. le Sénateur HENRI MICHEL

Président de l'Union Latine

des Vers de CAMOENS et des Poètes modernes portugais
seront dits par des Artistes des Grands Théâtres de Paris.

ENTRÉE pour une Famille

guerra entre Portugal e Alemanha se tornou inevitável. O proceder de Portugal é baseado no concurso fiel que traz à obra comum e sôbre a manutenção do patrimonio colonial. É um facto ao mesmo tempo lógico e jurídico, uma questão de honra, uma questão de princípios, de razão, de sentimento, de raça, de língua, de civilização, de defeza da existência. Entreviemos na guerra com tudo o que valemos e com tudo que podemos».

O «Figaro»: «O snr. Magalhães Lima é um orador de primeira ordem. Conhece admiravelmente a nossa lingua e fala-a com a maior facilidade.

A sua conferência sobre os esforços de Portugal de ontem e de hoje na grande guerra mundial foi interessantíssima e frequentemente saditada com repetidos bravos. Amigo de sempre do nosso país, fez-se o propagandista da causa dos aliados atravez do mundo. Portugal, dêsdê o princípio da guerra, manifesta os seus sentimentos em favor das potências aliadas para destruir o militarismo prussiano. Com muita felicidade, o conferente, lembrou o ataque da Alemanha contra as colónias portuguesas de Angola, a questão dos navios alemães apreendidos nos portos de Portugal, e mostrou que o seu país se levantou contra a Alemanha não só por causa da sua aliança secular com a Inglaterra, mas também por um motivo de honra. Portugal deu já aos aliados munições, canhões e navios. A neutralidade, acrescentou, teria sido uma abdicação.

Numa magnífica peroração o conferente invocou

os *poilus* de Verdun, que hão de viver eternamente na memória dos homens civilizados e cujo heroísmo deve inspirar os poetas. Estas palavras foram coroadas por uma calorosa ovação.

Com o título sugestivo «O Snr. Magalhães Lima aclamado na Sorbonne», o «Petit Parisien» publicou: «O que caracterizou a magnífica conferência que o snr. Magalhães Lima fez ontem na Sorbonne, o que acima de tudo a tornou comovedora, foi a *ideia da guerra* que o eminente orador quiz associar ao assunto que tomou por tema: Portugal político e moral.

Aplaudido entusiasmamente pelo numeroso público que enchia o anfiteatro, o fervoroso amigo da França atingiu o patético quando lembrou os motivos que levaram Portugal a entrar no conflito.

O senador Henri Michel presidiu a esta admirável manifestação franco-portuguesa».

Todos os jornais parisienses, sem excepção, se referiram em termos análogos à minha conferência, devendo citar, entre outros: «Le Matin», «Le Petit Journal», «L'Oeuvre», «L'Événement», «L'Eveil», «Le Rappel», «Le Radical», etc.

Em Lyon

Por não ter sabido a tempo a data da minha conferência a ela não presidiu o snr. Herriot, que, na sua qualidade de *maire*, me havia oferecido a hospitalidade municipal.

O «Lyon Républicain» exprime-se nos seguintes termos acerca dos factos: O conferente poudo convencer-se quanto a sua generosa propaganda contribuíra para apertar os laços de amizade entre os cidadãos de Portugal e da França. A nossa cidade estava inscrita no itinerário do viajante. A atitude de Portugal, comecei eu, foi franca e aberta e não pode prestar-se a qualquer baixa interpretação. Se não tomámos lugar mais cedo ao lado dos aliados, foi porque tivemos acontecimentos internos a resolver, além do envio de tropas aguerridas para as costas da África onde éramos cubiçados pelo inimigo. Quando nos julgámos prontos para prosseguir na nossa tarefa com brio e dignidade, declaramos guerra à Alemanha e mobilisámos 60.000 homens. Dois motivos nos levaram a tomar esta atitude: O respeito pelos nossos tratados seculares com a Inglaterra e as nossas simpatias pela França.

Portugal é um pequeno país, mas o seu concurso não é para despresar. A União Sagrada está feita no nosso país. O que todos desejam é o engrandecimento da pátria, e a nossa intervenção na guerra ressuscita as mais belas páginas da nossa história.

Da assistência, onde havia muitos professores, representantes do município, jornalistas, etc.. romperam dois vivas unísonos:

Viva Portugal! Vivam os Aliados!

Em Marselha

A minha conferencia na Opera Uma bela manifestação franco-portuguesa

Relata «Le Soleil du Midi» :

A conferência do snr. Magalhães Lima foi preparada pelos snrs. Hubert Giraud, secretário da Câmara do Comércio e Houblevigne, professor da faculdade de sciências.

Ao lado destes senhores, rodeando o conferente, encontravam-se Schramek, perfeito de polícia, Eugène Pierre, *maire* de Marselha, capitão do Estado Salinée, representante do general governador, Lucien Estrine, Adolphe Fouque Gaffarel, adjunto do *maire*, etc.

Os Aliados, diz o orador, são invencíveis porque representam a civilização moderna, que nenhuma força poderá vencer ou fazer parar. Estudando as correntes dos séculos, verifica-se que o século XX é o século da paz. O conferente expremiu em seguida o seu amor sincero, exaltado, pela França, pátria universal, pátria do género humano. Se pudesse substituir o seu pensamento por uma imagem, acentuou que só de joelhos poderia falar da França (uma trovoadade de aplausos acolhe esta afirmação).

Depois de algumas palavras de agradecimento, dirigidas pelo conferente aos que tão nobremente representavam ali a cidade de Marselha, seguiu-se

um magnífico concerto em que tomaram parte insignes artistas. À noite realizou-se um banquete no *Univers Bristol*, oferecido ao sr. Magalhães Lima, que foi alvo duma grande manifestação de aprêço.

Em Itália

A minha estada em Roma

À minha chegada à capital italiana foi-me dado o prazer de celebrar, nos seguintes termos, a altíssima figura de:

GIORDANO BRUNO

Faz hoje justamente três séculos, e quinze anos que um dos mais raros exemplares do pensamento humano, porventura o mais nobre, o mais audaz e o mais glorioso — *Giordano Bruno* — foi queimado vivo pela Roma papal, na mesma praça da cidade eterna que, por um singular contraste das coisas humanas, se denomina presentemente Campo das Flores — *Campo di Fiori* — como querendo significar que no perfume da flôr, essência das almas, está o culto inextinguível dos vivos pelos seus mortos queridos e amados. Nessa mesma praça, não longe do Vaticano, onde foram também immolados à fúria sanguinária do fanatismo, Arnaldo de Brescia, o protesto vivo contra o poder temporal dos papas e Jacques, a represália contra a opressão feu-

dal, ergue-se o famoso monumento de Giordano Bruno, obra inegualavel de Heitor Ferrari, o Grão Mestre da Maçonaria italiana. Da frente do jovem martir irradiar o clarão augusto e triunfante da razão soberana. Se há soberanias na terra, é esta certamente uma delas—a soberania que deriva do espírito dos mortos que governam cada vez mais os vivos.

Não longe daquela praça e não também do Vaticano, pensam os livres pensadores italianos em erigir um monumeno a Francisco Ferrer, o supliciado da Inquisição, vítima da firma Torquemada, Loyola, à semelhança do que fizeram os livres pensadores franceses, erigindo, em frente do *Sacré Coeur* de Paris, um monumento ao Cavalleiro La Barre, cruelmente assassinado por não ter tirado o chapéu à passagem duma procissão que passava. Como se vê, apesar da distância que separa as duas épocas, os processos clericais persistem os mesmos!

A igreja romana não quiz nunca compreender que, mandando queimar um pedaço de carne viva, lhe era impossível reduzir a cinzas a razão, o guia, o farol e o luzeiro da humanidade, neste mar revólto de mentiras convencionais.

A igreja romana não quiz nunca compreender que a razão, elemento impessoal, se assemelha ao coração de Prometheu, de que nos fala o poeta, que palpita e renasce sem cessar, sob as garras do abutre celestial, que em vão tenta devorá-lo.

Assim como a história pode comentar-se mas não se pode rasgar, assim também o progresso, o pensamento pode ser interrompido mas nunca aniquilado. E é aí que está a grandeza e a superioridade da força moral que nem o fogo, nem as baionetas de todos os exércitos do mundo, nem o garrote inquisitorial poderão nunca destruir, porque é imortal, como a aureola dos mártires. A força moral transforma cada homem num verdadeiro herói, no sentido moderno da palavra, que afronta todos os poderes da terra.

Estas datas, embora tristes e nefastas, embora sinistras e trágicas, devem ser sempre recordadas pela democracia, para provar à igreja gananciosa que não esquecemos os seus atentados monstruosos, os seus feitos sanguinários, e para demonstrar aos senhores católicos apostólicos romanos que conhecemos as suas mentiras, as suas ciladas e os seus crimes.

Nem de outro modo se pode compreender o livre pensamento, porque o livre pensamento não é, não pode ser, uma declamação vã: é o produto do raciocínio esclarecido e do livre exame. O livre pensamento não substitue uma religião a outra religião, nem uma crença a outra crença. É o homem emancipado substituindo o homem escravo. É a verdade substituindo o erro e a mentira, os prejuízos e os preconceitos. As sociedades éticas em Londres (*Ethical societies*) por sobre as quais paira o espírito de Herbert Spencer, que são a mais alta

expressão do livre pensamento, considerado à luz da filosofia, da história, da crítica e da ciência, ocupam-se principalmente da vida dos grandes mártires da ciência e do pensamento, pela sugestão que exercem na sociedade; da moral laica e da moral racionalista, da moral religiosa; do ensino livre e do ensino congreganista; da incompatibilidade entre a razão e a fé; das religiões comparadas etc., fazendo do homem uma providência de si mesmo e levando-o a amar a vida que não é um vale de lágrimas, como dizem os padres, mas um campo aberto da actividade humana e uma fonte inexgotável de sensações e sentimentos novos. O homem não nasceu para um eterno sofrimento como quer a Igreja. Giordano Bruno viu a luz do dia nesse país maravilhoso das musas, a terra santa da filosofia e da poesia, que outrora foi a Grande Grécia.

Ao sopé de uma pequena e encantadora montanha, que é como que um dos suportes do Vesúvio, a hora e meia de Nápoles, ergue-se no meio das oliveiras e das laranjeiras sempre em flôr a pequena cidade de Nola, que foi célebre na antiguidade pelos seus vasos finíssimos que fizeram as delícias dos habitantes de Pompeia, e célebre ainda hoje por causa da extraordinária fertilidade do seu solo.

Foi aí que, segundo a biografia traçada pelo dr. Manzoni, que seguimos à risca, Espartaco, o escravo glorioso, como gloriosos são todos os rebeldes e todos os insubmissos, reuniu as suas tro-

pas para as lançar contra os tiranos, e foi aí também que nasceu Bruno, êsse outro Espartaco do pensamento. Ainda criança, passava freqüentemente uma parte da noite, no seu querido monte Cicala, para contemplar o fumegar do vulcão que lhe falava a *linguagem misteriosa e poderosa da natureza*, bem superior à máquina a vapor que nos revela a humanidade insofrida e febril na sua ambição e na sua ganância.

Um pouco mais abaixo, a algumas horas de ali, nas margens do mar Thyrreno, nesse jardim de Armida que se chama Sorrento, uma outra criança sublime havia visto a luz, quâsi à mesma hora que Giordano Bruno e que, como êle, levava no coração o reflexo das chamas do Vesúvio: era Torcato Tasso, o poeta das batalhas e das procissões, o imortal poeta da *Jerusalem Libertada*.

O pai de Giordano Bruno era soldado. Mas amava mais a filosofia e as letras do que a guerra, e, como se tivesse recusado a marchar contra aqueles que a Santa Inquisição perseguia então com o seu ódio feroz e fazia massacrar nas montanhas da Calábria e para escapar à suspeição do abutre papal, como que para coonestar a sua situação, internou seu filho no convento de S. Domingos, em Nápoles, e foi aí, com efeito, que na idade de 14 anos Bruno vestiu o hábito Dominicano, uma libré, porque há a libré dos papas e a libré dos reis. No ano seguinte tomou ordens sacras.

Uma crise profunda ia, porém, operar-se no es-

pírito de aquele jovem que não se acomodara à vida do claustro senão no intuito de se entregar ao estudo. E foi, com um ardor extremo, como ele próprio o confessa, e com uma angústia crescente que ele estudava Copernico e Erasmo. *Cada dia — conta ele — via cair em volta de mim um ramo ressequido da árvore mística das minhas crenças. Mas, ai de mim! quanto mais estudo o vasto campo da natureza, quanto mais me esforço por prolongar nela o olhar da minha inteligência, mais me apercebo que me seguram, que me suspeitam e que me vigiam de todos os lados.*

À semelhança do que havia sucedido com Arnaldo de Brescia, com Savonarola, com João Huss, com Campanella, era a razão que por si mesmo se revelava e o preparava a abandonar o claustro para protestar com toda a veemência, contra os absurdos do dogma. Preadivinhando o filósofo Descartes, Bruno dizia: A dúvida é essa virtude providencial que nos leva a despojar-nos das nossas falsas opiniões, a mantermo-nos simples ouvintes e não nos arrogarmos nunca o papel de mestres. Onde está, porém, o limite da dúvida? Qual é o sinal da verdade? A verdade não está fora de nós; não devemos aceitar uma autoridade, qualquer que ela seja, (nestas palavras lavrou a condenação das religiões reveladas); a verdade está em nós. A essa luz interior, irresistível, chama-se evidência.

A pequena cela que o jovem monge ocupava no convento era, como as outras, atapetada e guar-

necida de toda a espécie de imagens sagradas e de ídolos. Um belo dia arrancou-os todos e distribuiu-os pelos seus camaradas, não guardando para si senão um crucifixo de madeira que cobriu com um crepe negro. Era o sinal da revolta ao mesmo tempo que o comêço da perseguição. O prior chamou-o ao capítulo e submeteu-o a um longo interrogatório. Perguntando-lhe o que pensava do mistério da encarnação, respondeu francamente que era, a seus olhos, um resto da superstição egípcia que havia encarnado outrora no crocodilo, no gato, no boi. Não—exclamou—*Deus não tem nada que ver com estas comedias cabalísticas.*

Pode bem imaginar-se o escândalo que êste facto produziu. Desde aquelle momento ficou decidido que o blasphemo fôsse denunciado ao Santo Officio e perseguido.

Começou então a vida errante, o Calvário de Giordano Bruno. Quando em fuga ia a transpor os muros da cidade um dos sicários da Santa Inquisição lançou-se sobre êle com o fim de o apunhalar.

Estabeleceu-se uma luta corpo a corpo e Bruno, que era sólido e vigoroso, teve artes de o sobraçar e de o lançar ao Tibre. Mas que refúgio lhe restava? Não lhe restava senão o campo romano, infestado de bandidos. E os bandidos nada tinham a recear dele, assim como êle nada tinha a recear dos bandidos. *A minha miseria era tão grande que os bandidos nem sequer se dignavam olhar para mim.*

Bruno não perdeu, porém, a coragem, e assim, como um judeu errante, vagueou de terra em terra, tendo percorrido sucessivamente, e sucessivamente perseguido pelo Santo Offício, Civita Vecchia, Génova, a pequena república de Noli, onde nasceu Cristóvão Colombo que transpôs as Colunas de Hércules, descobrindo um novo mundo, do mesmo modo que o nosso peregrino, transpondo os círculos estreitos da escolástica, proclamou que a nossa terra não é senão um grão de areia no universo infinito, que as estrêlas são outros tantos sóis e que cada sol é o centro de uma pluralidade dos mundos habitados.

Como um foragido, Bruno continuou a sua marcha forçada, visitando Turim, Veneza, Genebra, Toulouse, Paris, Londres, etc.

Em algumas destas cidades expoz largamente a sua doutrina, tendo sido acolhido carinhosamente em Inglaterra, asilo de todos os refugiados políticos, pela rainha Elisabeth.

Vejamos agora qual era essa doutrina que êle resumiu em duas palavras: *Religione della mente* — a religião do pensamento. Note-se que em italiano *mente* significa, ao mesmo tempo, alma, espírito, inteligência, coração, razão...

Como Hegel, mais tarde, êle tem uma confiança absoluta no valor da razão. Procurando directamente a solução do grande problema do Universo supõe havê-lo encontrado na conciliação entre a grande doutrina de Pythagoras e a nova doutrina

de Copernico, depois reforçada por Galileu, também vítima do Santo Ofício.

O Universo é para êle a Unidade, a Monada perfeita. É êste, no seu estado embrionário, todo o sistema de Herbert Spencer e podemos também dizer o monismo de Haeekel. É o homogénio que sai do heterogénio para voltar à homogeneidade primordial.

Partindo do princípio *que a substância, isto é: que a natureza da alma é a mesma em todos os sêres, ensinava que o que as distingue uma das outras não é senão a sua organização particular.*

Cláudio Bernardo não nos disse outra coisa, quando proclamou nas suas célebres *Lições* que a vida, em todos os seus graus, *é uma simples criação orgânica*. Antecipando-se quasi três séculos a Darwin, acrescentou explicitamente: *que se há seres inferiores com relação a outros é porque os primeiros não adquiriram ainda todos os meios, isto é, todos os órgãos que os demais possuem. Entretanto, dizia êle, como a morte não é senão uma simples dissolução, permitindo novas aggregações, os seres podem modificar-se, desenvolver-se ou decair, segundo a lei da transformação orgânica*. É no seu germen, o princípio cardeal da *Origem das Espécies*.

A sua obra monumental *A Derrota da Besta Triunfante* significa, nem mais nem menos, do que o desaparecimento de todos os Deuses, a morte

de todas as superstições, a vitória definitiva da Razão.

Instruir o povo, melhorar as suas condições económicas para fortificar a sua fibra—eis o que Bruno logicamente propõe para curar o mundo do mal das religiões.

Traído, como Jesus, por um dos seus discípulos que o denunciou para *salvar a sua alma* (sic), a agonia do jovem mártir durou sete anos desde 29 de fevereiro de 1593 até 17 de fevereiro de 1600. O seu contemporâneo e compatriota Campanella conta que Bruno foi suspenso, durante quarenta horas a seguir, com os braços atados atrás das costas, ligado a um pôtro crivado de pregos que se lhe cravaram na carne até aos ossos.

Mas êle encarou sempre de frente os seus carascos; e, quando o tribunal do Santo Ofício pronunciou a sua sentença de morte, exclamou: *Vós experimentais talvez mais terror em pronunciar a minha sentença do que eu em ouvi-la!*

Quando o sol de 17 de fevereiro se ergueu, inundando a Cidade Eterna com os seus raios primaveris, os executores do Santo Ofício entraram na prisão do filósofo e tentaram em vão ligar-lhe a língua: cortaram-na porém, e, com os pés nus e o corpo apenas coberto por uma longa camisa branca, sobre a qual haviam pintado demónios vermelhos, forçaram-no a marchar.

Pálido, extenuado, a fisionomia iluminada por uma beleza serena, a beleza dos justos, avançava

lentamente, de tal maneira—diz a lenda—que parecia não tocar a terra.

Quando se encontrou deante da fogueira, rompeu só e corajosamente, denodadamente para ela. Um dominicano aproximou-se e apresentou-lhe um crucifixo para beijar : *Impostor*—exclamou—*afasta de mim esse ídolo.*

Uma chama envolveu a sua bela cabeça. E, como o náufrago devorado pela onda do mar, assim desapareceu o primeiro livre pensador do mundo.

O mesmo frade que lhe havia apresentado o crucifixo, juntou um punhado das suas cinzas, ainda quentes, e arremessou-as ao vento. Clemente VIII proibiu que o seu nome fosse pronunciado, sob pena de excomunhão maior.

Conta-se que a rainha Elisabeth quando soube do seu fim trágico, voltando-se para Shakespeare, dissera : *E então, que lhe parece ?—Parece-me que um vento soprará e que todos esses misera-veis serão varridos como vil poeira da superficie da terra.*

A profecia ainda não se *realisou*. Mas realizar-se-ha.

A Conferencia

Informou o jornal *Itália* que se publica em Roma :

Magalhães Lima veio à Itália para nos trazer a palavra de solidariedade de seu povo, combatente pela liberdade e pela justiça contra os impérios centrais. No tea-

tro *Quirino* realizou a anunciada e notável conferência. A Mesa da presidência estava ornamentada com a bandeira portuguesa e outras bandeiras das nações Aliadas. O público era numerosíssimo. Na assistência figuravam altas personalidades da política, das letras, das artes, do professorado, do jornalismo, etc.

O conferente entoou um hino vibrante à liberdade, não esquecendo todos aqueles que na Itália tem lutado heroicamente por ela, entre os quais citou num frémito de entusiasmo, Garibaldi, Mazzini, Cavallotti, Imbriani, Barzilai, etc.

Nesta altura, o secretário da secção romana da *Latina Gens*, Sr. Ferro, leu as adesões àquela manifestação dos Srs. presidente do conselho, ministros e deputados. O ilustre advogado Giuseppe Leti, num improviso brilhante, fez a apresentação do conferente e da sua obra.

Depois destas homenagens, Magalhães Lima declarou que a sua vida é a dum idealista convicto, apesar dos anos e das desilusões. Fez o elogio dos aliados que serviram a causa da democracia e da civilização. Descreveu o que tem sido a alma latina, através dos séculos, consubstanciada na lealdade, na sinceridade e no idealismo, concluindo por saudar a bandeira italiana e os seus soldados que, com vigor romano, combateram pela independência da pátria.

Em Florença, em Bolonha e em Milão

De Roma dirigi-me a Florença. Por acaso a minha visita coïncidiu com a celebração do 14 de Julho.

Numa sociedade literária em que pontificava o célebre historiador, Guilherme Ferrero, realizou-se uma brilhante manifestação latina em que tomaram

parte os dois ilustres deputados belgas, Georges Lorand e Jules Destrées, exímios propagandistas a favor da guerra.

Aproveitei a ocasião para exaltar o meu querido Portugal, reclamando para êle a justiça que lhe é devida, pela sua tradição, pela sua história e pela sua bravura. Dali segui, com o mesmo intuito, para Bolonha, onde encontrei um público compacto a aclamar a intervenção portuguesa no grande salão do animatógrafo *Ambrósio*. Dois oficiais da marinha portuguesa acompanharam-me na patriótica tarefa, e uma senhora, também de origem portuguesa, que há muitos anos habita aquela cidade universitária, encheu-me de carinhos e homenagens. O êxito foi completo, e levou-me a prosseguir a minha viagem com inteira confiança. No dia imediato tomei o comboio para Milão. A propósito recortamos do «Mundo», as palavras amáveis do seu correspondente naquela cidade:

«A palavra grandiosa do tribuno que é Magalhães Lima continua a dizer em Itália a razão de ser da nobre atitude do nosso país ante a guerra da conflagração. Empolgantemente o grande democrata, que honra a nossa democracia e a nossa raça, tem levantado o espírito da solidariedade latina nos principais centros do pensamento e da opinião. E esta delegação, nobremente patriótica que Magalhães Lima se impôs, está produzindo os seus magníficos frutos, traduzidos no movimento de simpatia e de admiração que em Itália se está intensificando

a nosso respeito. A apresentação do prestigioso republicano em Milão é mais uma glória na série dos seus triunfos de propagandista. A conferência que ali efectuou teve um grande eco em toda a cidade, referindo-se-lhe com enorme louvor todos os jornais, de todas as côres políticas entre os quais: «Corriere della Sera» (conservador), «Il Popolo d'Italia» (socialista), «Italia» (católico), e «La Ferseverança» (moderado). Do «Il Secolo» transcrevemos o seguinte tópico do interessante trabalho do nosso ilustre correligionário:

Vim expressamente para vos demonstrar que na extremidade ocidental da Europa há um pequeno povo que é digno de vós, pela sua tradição e pela sua história gloriosa, e que está decidido a combater pela causa sagrada dos aliados, através de todos os perigos e todos os sacrifícios. O que distingue hoje os povos é toda uma questão de mentalidade, de cultura, de educação, de concepção da vida.

Há-os que amam a verdade, a beleza, a justiça, que constituem o espírito do século; e há-os que amam a mentira, a duplicidade e que vivem em plena treva. Há-os que consideram o homem um automato, uma máquina, um escravo, e os que o consideram como um ser livre, consciente e responsável. É isto o que distingue os bárbaros dos civilizados. Ora Portugal sofria da sua neutralidade, mas repeliu-a com alegria, como um fardo insuportável. Deitando por sua vez a mão à sua espada, quiz reatar a cadeia das suas alevantadas tradições. Até agora não tinham podido testemunhar a sua solidariedade com os aliados senão cedendo à Inglaterra a sua artilharia Canet, as suas espingardas, as suas munições. Era beligerante efectivamente, mas de uma forma imperfeita. Isto não contentava os repu-

blicanos portugueses, que entendiam que a pátria devia combater, ter a sua parte de sacrifício no conflito para ter direito a reclamar no dia certo do triunfo a sua parte de glória.

Ésses republicanos queriam também—e esta era a sua mais nobre ambição—derramar o seu sangue. E assim é que está agora pronta para partir uma divisão de 22.000 homens. É o princípio. Os soldados portugueses são valorosos, sóbrios, pacientes. O próprio Napoleão fez o seu maior elogio.

A Germânia declarando-nos guerra, reconheceu que nós existíamos e que a nossa colaboração não é um facto depreciable. E bem brevemente isto se poderá constatar. Esta guerra é a guerra das nacionalidades que procuram defender-se e que não querem deixar-se empolgar por uma vontade arbitrária. Como os indivíduos, as nações têm direito à vida.

Portugal vive, quer viver e viverá.

Nós, portugueses, temos uma história e uma epopeia marítima dos séculos XV e XVI; nós, como vós, somos os herdeiros da civilização greco-romana e queremos continuá-la dignamente.

E, provando que Portugal, com a sua intervenção na guerra, contribuiu para que os transportes marítimos se facilitassem auxiliando a tarefa dos beligerentes seus amigos, o conferente concluiu a sua magnífica oração.

A grande assistência saudou com aplausos clamorosos o termo da bela e entusiástica conferência e votou por aclamação uma moção àcerca de Cezare Batisti, o precursor do *irredentismo*, assassinado na Áustria, em que o conferente falara, significando o mais veemente protesto contra o assassinio.

Entre a assistência estavam os cônsules de Inglaterra, França e Brasil, que felicitaram vivamente o nosso ilustre compatriota,

Outras peregrinações na Itália

Em Ravena

Em 1911 fui convidado pelos republicanos italianos para realizar conferências naquele país, sobre a República Portuguesa. Parti de Lisboa directamente para Ravena, a linda cidade do Adriático, afim de assistir à inauguração da *Casa do Povo*. Fui esperado na Gare por uma multidão enorme à frente da qual se encontravam os deputados republicanos, e conduzido para a casa, mandada construir pelo grande poeta inglês, Lord Byron, em frente do túmulo do divino Dante. Ali passei oito dias deliciosos em contacto permanente com representantes das sciências e das artes italianas.

Na sessão solene da *Casa do Povo* assisti a um espectáculo formidável do operariado italiano que tinha ocorrido àquele local em representação de sindicatos, das federações e das instituições trabalhadoras de todo o país. Pela primeira vez me foi dado o prazer de pronunciar um discurso em italiano, que, embora imperfeito na dicção, foi acolhido com o maior entusiasmo.

De Ravena segui, acompanhado por alguns amigos, para Florença, onde continuei a minha propaganda que depois se prolongou por toda a Itália até Génova, pátria de Mazzini. Nunca passo por esta cidade que não suba ao montículo do cemitério, onde existe o túmulo do grande patriota que tanto contribuiu para a unidade da Itália.

Em todas as viagens me prometi certas devoções que ao meu espírito se impunham como uma necessidade e um dever. As visitas ao túmulo de Dante em Ravena e à sepultura de Mazzini em Génova entravam neste culto que vinha da minha mocidade de Coimbra. A viagem à Itália entrou nos meus sonhos de rapaz. E não me arrependo de ter repetido essas peregrinações onde colhi lição proveitosa para a minha vida política. As relações que travei e cultivei com Cavalotti, Imbriani, com Guilherme Ferrero, com Heitor Ferrari, com Labriola, com Barsilai, com Bovio, com Colajani, com Turati, e tantos outros foram-me muito uteis.

As duas peregrinações, que empreendi, em 1911, para anunciar a proclamação da República em Portugal, e outra em 1914 para fazer a propaganda da nossa intervenção na guerra, ficaram assinaladas como verdadeiras páginas da nossa democracia, pelo eco que obtiveram em toda a imprensa italiana sem excepção.

Já em 1904 eu tinha assistido ao congresso internacional do livre pensamento que se realizou no *Colégio Romano* com o concurso de algumas das principais personalidades científicas da Europa, entre as quais seria imperdoável esquecer o abalissado Haekel, fundador do *monismo*.

Tive ocasião de apreciar os professores Sergi, Eurico Fossi, Napoleone Colajani, e perguntava a mim mesmo como explicar a admirável mentalidade italiana, sobretudo em matéria de sociologia. Em

nosso juízo, o estranho descobrimento deve-se não só ao culto do Direito que floresce naquela terra, abençoada pela natureza e pela arte, como em nenhuma outra, senão também ao seu espírito assimilador. A Itália, sendo uma nação latina, possuindo o temperamento apaixonado e ardente dos povos latinos, assimilou com extraordinária facilidade o critério sereno, ponderado e reflectido dos alemães com quem está em contacto e de aí deriva evidentemente a sua incontestável superioridade na civilização do nosso tempo.

Apreciações

Abstenho-me de publicar as numerosas apreciações que foram publicadas por essa ocasião pelos principais órgãos da imprensa francesa e italiana.

Quero, apenas prestar uma homenagem devida ao sr. Henri Michel, que presidiu à minha conferência na Sorbonne. Ácerca da intervenção de Portugal na guerra, perguntou êle: *que posição tomou Portugal desde o princípio das hostilidades? Que posição entende que deve tomar hoje, que está em guerra com a Alemanha?*

Pequeno pelo seu território europeu, grande pelo seu império colonial, maior ainda pela sua história e pelo seu passado, pela irradiação mundial do seu génio, pela audácia dos seus navegadores e pelo brilho que sôbre êle projectaram os seus homens de ciência e os seus homens de estado,

Portugal não esperou para manifestar as suas preferências que a vitória do Marne tivesse definitivamente suscitado a avalanche teutónica. Desde os primeiros dias do conflito, fiel à sua aliança secular com a Inglaterra e à sua inalterável amizade para com a França, enquanto outras nações muito mais poderosas se calavam, não tendo sequer a coragem para protestar contra a odiosa violação da sublime Bélgica, enfileirou briosamente, imperterrito, ao lado dos aliados.

«Será sincera a fé que não se converte em acção?

Portugal revelou-se. É por actos que afirma as suas simpatias. O meu amigo Jean Finot na «Revue», de que era director, tornou conhecidos êsses actos. O seu enérgico proceder devia exasperar a Alemanha. A apreensão dos navios alemães fundeados no Tejo, forneceu aos países centrais ocasião de testemunhar ao heroico, pequeno povo o seu descontentamento.

Foi a guerra. Portugal, longe de se intimidar, acolheu a declaração quasi com alegria: esperava-a. O seu lugar estava marcado ao lado dos aliados nos campos de batalha, onde lutámos não só pela nossa existência senão também para defender o direito à vida das pequenas nações que o pangermanismo pretendia esmagar.

Os soldados e os marinheiros portugueses, a cuja valentia Napoleão I por mais duma vez prestou homenagem, já deram a medida do seu valor

na África oriental. Amanhã combateremos, lado a lado, com os mais heroicos *poilus* de Verdun, de Champagne e do Norte, com os Tommies ingleses tão tenazes e tão frios perante a metralha, com os belgas obstinadamente resolvidos a escorraçar do seu território as hordas teutónicas. Será a vitória. Os brilhantes éxitos dos russos na Galícia e na Bukovina constituem sinais precursores. Portugal contribuirá para o mesmo fim. E o sr. Magalhães Lima disse-o, na Sorbonne, em magníficas palavras.

Este artigo publicado no «Petit Provençal», foi reproduzido noutros jornais de Marselha.

O ilustre advogado, presidente da «Latina-Gens», José Leti, que presidiu à minha conferência no Teatro Quirino, de Roma, exprimiu-se quasi nos mesmos termos, exaltando os feitos da história portuguesa e consagrando a minha conferência de modo a exercer a maior influência, como exerceu, nas demais cidades italianas. Foi ele ainda que à minha partida de Roma me dirigiu as seguintes eloquentes palavras no meio da multidão, apinhada na gare:

«No momento em que o ilustre senador Magalhães Lima, nosso respeitável hóspede, deixou Roma para continuar em Turim, em Florença e em Milão a propaganda da comunhão sempre mais forte dos elementos latinos durante a guerra e depois da guerra, a «Latina-Gens», grata e como-vida para com o grande jornalista de Lisboa, encarrega-o e pede-lhe instantemente que exprima

ao povo português os protestos do seu reconhecimento, grata especialmente ao ardoroso propagandista do idealismo, da liberdade e da justiça. Magalhães Lima deixa em Roma, nos espíritos cultos e literários, um sulco profundo e uma revelação fulgida do entusiasmo e da comoção mais viva, suscitada pela sua passagem.

Ao mesmo tempo exorta-o a testemunhar ao valente e generoso povo da nação latina do extremo ocidental da Europa a plena e cordeal solidariedade da «Latina-Gens», interprete fiel do povo italiano.

Homenagem de reconhecimento

No Teatro de S. Carlos

Por iniciativa da sr.^a D. Maria Clara Correia Alves, a convite da Junta Patriótica de Arroios, realisou-se no dia 5 de Maio de 1917 uma manifestação de reconhecimento pela campanha que empreendi no estrangeiro a favor da nossa intervenção na guerra.

A propósito convém relembrar os altos serviços prestados à Democracia Portuguesa pela sr.^a D. Maria Clara. Estando em Paris e a pedido de Madame Avril de S.^{te} Croix, presidente da Federação Abolicionista, escrevi-lhe afim de que exercesse, a sua influência no sentido de se organizar em Lisboa um Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

As suas admiráveis deligências conquistaram a cooperação das feministas portuguesas à frente das quais se encontrava a sr.^a D. Adelaide Cabette. Ao cabo de pouco tempo o Conselho Português inaugurava as suas sessões, tendo como órgão na imprensa a interessante revista *Alma Feminina*. Foi uma obra coroada do melhor êxito para que concorreu aquela sr.^a com o seu talento e a sua actividade. Destacamos do *Século* a fiel narrativa do que se passou naquela memorável tarde:

«Promovida pela Junta Patriótica de Arroios, realizou-se ontem em S. Carlos a anunciada festa de homenagem a Magalhães Lima, festa que resultou numa brilhante e entusiástica afirmação de fé republicana.

Já muito antes da hora marcada para o começo da festa, o largo de S. Carlos regorgitava de gente, que não tardou a tomar de assalto todos os lugares do teatro, vendo-se entre ela muitos deputados e senadores, mocidade das escolas, muitas senhoras e representantes de quasi todas as agremiações políticas republicanas de Lisboa, ministros das colónias, trabalho, instrução, interior e marinha, governador civil, representantes do corpo diplomático, presidente em exercício das duas câmaras e do município, comandante da divisão naval, officialidade de terra e mar, e muitas individualidades em destaque, que iam ocupando camarotes reservados.

A profusão de flôres punha uma alegre nota de côr e frescura na sala, completamente cheia,

ocupando o palco os estudantes dos liceus e Politécnica, que tão brilhantemente tomaram parte na festa.

A meio do sarau deu entrada na sala, acompanhado pelo chefe do governo, o sr. presidente da República.

A banda executou o hino nacional, erguendo-se entusiásticos vivas à Pátria, à República e aos dois homens de estado, a quem foi feita uma imponente manifestação de apreço.

O sr. presidente da República era também acompanhado pelo oficial às ordens e o seu secretário, sr. Luís Barreto da Cruz.

Às 14,30, sob a regência do maestro Fão, a banda da guarda republicana abriu o sarau executando algumas peças de concerto.

O programa que já publicámos, cumpriu-se à risca, sempre em contínuos aplausos do público, por entre o qual circulavam senhoras vendendo flôres para os feridos da guerra.

Quando na devida altura, surgiu no palco o grande republicano, Dr. Magalhães Lima, toda a sala se ergueu numa vibrante e entusiástica apoteose ao ilustre democrata.

O aspecto era soberbo! As senhoras agitavam lenços e os vivas estrugiam, à Pátria, à República e a Magalhães Lima, sendo depois de tão prolongada ovação que parecia não querer terminar, que o ilustre orador iniciou a sua brilhantíssima conferência:

—A disciplina moral, torna os homens cidadãos como na Inglaterra que é, no fundo, uma República, pelo seu respeito pelas garantias individuais e pelo seu amor à liberdade.

Terra santa de liberdade é a Rússia, irrompendo como a lava de um vulcão de um subterrâneo secular, que equivalia à morte lenta, para sorver a vida dum hausto redentor :

Terra santa da liberdade é a formosa e ridente Itália, onde palpita, sempre vivo, ardente, exuberante, o génio latino, e onde, graças ao valente exército do general Cadorna, ela se tornará a Itália una e indivisível, *toda a Itália*, sonhada por Mazzini e Garibaldi.

Terras santas da liberdade são a pobre Roménia e o pequeno Montenegro e a poderosa República dos Estados Unidos da América, que veio juntar-se ao exército civilizador da França e cuja adesão à guerra significa ao mesmo tempo um valor moral e um valor económico e financeiro.

Outra terra santa da liberdade é o Brasil, berço da origem do conferente, onde Portugal tem a sua imortalidade, e cuja história gloriosa o orador relembra, salientando, ao mesmo tempo, o valioso significado da sua possível intervenção na guerra.

E, analisando ainda, largamente, o nosso esforço militar que é a continuação da nossa História, tem para os nossos soldados e marinheiros a mais entusiástica saudação, a que o público se associou com calorosos aplausos, fazendo em seguida

o conferente um largo estudo da nossa política futura, e concluindo com estas vibrantes e patrióticas palavras :

«Bendigamos a hora da vitória. Acima dos países devastados ; para além das trincheiras ; mais alto ainda que o ruído dos canhões e o horror sublime das batalhas ; acima de tudo o que a ciência inventou de mais destruidor e de mais terrífico, está a consciência humana, tão brilhantemente descrita por Victor Hugo, naquele olhar fixo, imóvel, coruscante, que, por toda parte, seguia Caim, o fraticida.

E essa consciência julgará. E, sob o arco de triunfo, numa esplêndida Aleluia, os aliados, vencedores, só terão um pensamento de amor e concórdia».

Uma grande, entusiástica, interminável salva de palmas sublinha as palavras da empolgante conferência, de que apenas damos um pálido resumo, erguendo-se entusiásticos vivos ao conferente, frequentes vezes interrompido com manifestações de apreço, extensivas aos ilustres representantes da França e Inglaterra quando, às passagens alusivas a êstes países aliados, a banda executou os respectivos hinos ouvidos de pé e calorosamente aplaudidos.

Restabelecido o silêncio avançou no palco a comissão promotora da festa e a sr.^a D. Maria Correia Alves leu a seguinte mensagem de saudação, que ao conferente foi entregue dentro de uma linda

pasta juntamente com belos ramos de flôres oferecidos pelo centro escolar republicano que tem o seu nome.

«Ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Magalhães Lima, devotado paladino da justiça e da liberdade.

Um grupo de amigos e admiradores do grande tribuno Dr. Magalhães Lima, desejando manifestar-lhe, uma vez mais, o seu reconhecimento pelo muito que a Pátria e a República devem ao seu esforço generoso, sauda, em seu nome e em nome dos milhares de pessoas que o acompanham, o cidadão ilustre que, com larguíssimo dispêndio de talento, de boa vontade e sacrifício, tem levantado bem alto, nos centros europeus, o nome de Portugal, impondo-o ao reconhecimento de todos.

É certo que, depois das palavras de carinho de que S. Ex.^a tem sido alvo aqui, na nossa terra, e está, com certeza, na memória de toda a gente a grandiosa manifestação promovida por mil e trezentos marinheiros, sob o pretexto de lhe fazerem entrega da primeira bandeira republicana arvorada a bordo do cruzador «S. Rafael» e não menos entusiástica recepção que lhe foi feita pelo povo à sua chegada a Lisboa, logo após a implantação da República, sem dúvida a mais importante que jamais se realizou, bem como no estrangeiro onde S. Ex.^a o Sr. Dr. Magalhães Lima tem sido recebido sempre pela forma mais brilhante e afectuosa; fazendo o confronto é assás modesta, indiscutivelmente, esta nossa exteriorisação. Se alguma

coisa vale, é apenas não só como agradecimento comovido, a quem tanto nos tem edificado com os mais belos exemplos de fortaleza de ânimo, de desinterêsse e dignidade pessoal, mas ainda como uma prova de gratidão para com os milhares de estrangeiros que em S. Ex.^a têm prestado a mais sentida e calorosa homenagem à nossa querida pátria e à República Portuguesa.

Terminamos, formulando um dos votos mais veementes da nossa alma: é que S. Ex.^a o Sr. Dr. Magalhães Lima, que, lutando apaixonadamente pelo ideal que abraçou, tanto se tem dignificado, dignificando-nos a todos nós, possa ver sempre feita justiça inteira e completa aos valiosos serviços, que com uma isenção verdadeiramente modelar e a mais alta compreensão cívica, tem vindo prestando, vai para meio século, ao país e à democracia. Vitoriando a Pátria e a República, assinamos:

(Seguiram-se milhares de assinaturas, abrindo-as a do Sr. Dr. Teófilo Braga)».

Não esqueceremos o singular artista, Julio Cardona, que imprimiu á festa um alto relêvo com a sua magistral direcção da parte musical.

bibRIA

REVIVENDO

Aquele que descarta os deveres morais decai, ainda que observe todos os deveres religiosos.

(LEIS DE MANOU)

RECIBIDO

bibRIA

RECORDAR É RESUSCITAR

La foi à l'idéal reste le levier le plus puissant du progrès et du bonheur.

JEAN FINOT

Le courage, c'est de chercher la vérité et de la dire; c'est de ne pas subir la loi du mensonge triomphant qui passe, et de ne pas faire écho, de notre âme, de notre bouche et de nos mains, aux applaudissements imbéciles et aux huées fanatiques.

JEAN JAURÉS

A crise moral que o mundo atravessa domina todas as outras crises: as sociais, as económicas, as políticas são de ordem secundárias e derivam geralmente da acumulação de erros que, numa vertigem de demência, passam imperceptíveis para aqueles em quem não podem actuar as forças espirituais, inspiradas num princípio de abnegação, de renúncia, de sinceridade, de equilíbrio, de disciplina, de fraternidade humana.

FRANCISCO ANTÓNIO CORREIA

(A Evolução Económica e a Crise Social)

O Espírito da Época

Napoleão, no seu desterro da ilha de Santa Helena, proferiu uma frase lapidar, quando atribuiu a sua queda à falta de compreensão do espírito do seu tempo. «Se tivesse aceitado as ideias liberais teria consolidado o meu poder para sempre» — exclamou.

Quem se adapta, progride — escreveu Gustavo Le Bon; quem não se adapta, suicida-se.

O maior êrro é não ajustarmos as nossas aspirações ao espírito da época. Alguns republicanos supõem que se pode ainda hoje fazer a propaganda, como a fizeram os revolucionários de 89.

É um absurdo. Tudo se modificou.

Não se trata de oportunismo : trata-se de observar as leis científicas. No meu espírito operou-se uma evolução profunda no ponto de vista da *hipótese*, mas não no ponto de vista da *tese*. Atravessamos uma crise, não há dúvida, mas uma crise transitória, como todas as crises. É um estado de febre que não pode durar, sob pena de matar o doente. Em todos os países se nota uma sobre-excitação. É um estado anormal. É como dizem os franceses : *chassez le naturel, il revient au galop*. Nem as leis da natureza nem as leis da história se podem iludir. Estão acima da vontade dos homens. Assim eu posso modificar os meus processos, mas não a minha finalidade.

A vida moral prevalece no meu espírito acima de todas as considerações. Continuo a pensar que a crise moral é a maior de todas as crises. O que decide os homens é o character. Por isso penso á maneira antiga e encontro na existência espiritual a consolação para as minhas amarguras. Não concebo um propagandista que não seja ao mesmo tempo um homem recto e desinteressado. As palavras abnegação, renúncia e sinceridade não são apenas trôpos de retórica : são realidades vivas. E' certo que a sociedade se materialisou demasiadamente.

Mas também não é menos certo que os princípios permanecem luminosos e salutareos. Admitamos que a maioria da humanidade se materializou, não tendo em vista senão o seu egoísmo e o seu interesse. Pouco importa isso. Há sempre uma minoria que reage, e isso basta. O sufrágio universal dá a vitória às maiorias numéricas, mas o sufrágio moral dá-a aos *escolhidos*. *Pauci sed fortes*, escrevia Tito Livio. *Poucos mas bons*, diz o nosso povo. Pela minha parte, nunca me preocupei com o número. A qualidade é tudo. Homens de bem, dedicados, possuindo o amor da ideia têm sempre a certeza do triunfo que pode ser mais ou menos longo mas que não falha. Eis o motivo porque me entrincheirei nos velhos princípios em que eduquei a minha alma.

Alguns chamam *gá-gás* a esta espécie de homens.

Outros chamam-lhes homens coerentes, e nêsse caso a *coerência* é o símbolo da *teimosia*.

O espírito da época pode efectivamente variar. Mas o que não varia é o problema moral, que se tem mantido o mesmo através dos séculos. E aqui está porque eu pensei sempre que o procedimento mais honesto é o procedimento mais digno.

O optimismo é a filosofia dos fortes. D. Quixote, o crente, é superior a Hamlet, o scético.

A Independência Moral

Sendo criança ainda, ouvi dizer a meu honrado pai que passara muitas vezes diante das camisarias

do Rio de Janeiro, para onde fôra em procura de fortuna, perguntando a si mesmo quando é que poderia vestir uma camisa engomada todos os dias.

Êste prurido de independência ficou no meu espírito como uma sugestão que nunca mais se apagou. Penso que é pela independência material que se consegue a independência moral.

A minha propaganda não se resumia só a palavras que nada representam sem actos correspondentes. A independência é uma condição da liberdade. Homem livre sem independência é um contrassenso. Por isso puz sempre como objectivo da minha existência: obter os recursos necessários para conseguir uma absoluta independência moral. Desta noção deriva o prestígio em que tenho vivido. Não depender de ninguém—tal foi sempre a minha aspiração! Muitos são escravos, sem disso se aperceberem. Tudo que fiz na terra o devo a êste critério.

O que teria sido a minha propaganda, sem uma inteira liberdade de acção? Nunca poderia corresponder ao pensamento que a ditava. As verdadeiras convicções não sofrem nem toleram peias de qualquer natureza que sejam: apenas obedecem aos ditames da razão e aos impulsos da consciência. Como poderei ser um propagandista sincero? perguntava a mim mesmo. E logo tinha resposta nos factos de cada dia: alcançando os recursos necessários para o ser. Neste sentido dirigi a minha vida política, preparando um certo pecúlio para garantir a minha liberdade de acção.

A independência moral constitue para mim a base do meu caracter. Uma consciência escravizada pode obedecer a conveniências, a imposições, mas não realizará nunca uma obra honesta.

A cada passo se lamenta a falta de caracter na nossa sociedade. Essa dependência é funesta, e influe poderosamente nos actos dos homens. Eis o motivo porque, tendo eu feito da independência moral o fundamento de toda a minha vida, me considero, com autoridade, para apregoar êstes princípios que são os princípios duma sã democracia.

bib*^{*}*^{*}RIA

Depois de concluir a minha formatura na Universidade de Coimbra, pensei em ir a concurso para os consulados.

Havia então duas vagas: uma em Hong-Kong e outra em Changai. Era ministro dos estrangeiros Andrade Côrvo, que tendo sabido dêste meu desejo por Jaime Artur da Costa Pinto, me mandou chamar, aconselhando-me a que não hesitasse. Procurei o meu querido companheiro e amigo, Trigueiros de Martel, narrando-lhe o meu intuito e pedindo-lhe para me acompanhar ao ministro. Resolvemos ir ambos ao concurso, visto haver dois consulados vagos. E nesse propósito começámos a habilitar-nos sèriamente para apresentar uma boa prova e

que não se podesse nunca dizer que tinha havido o mínimo favor. Mas um dia, estando a jantar em casa do referido amigo, o que sucedia frequentemente, na minha ingenuidade observei, que, sendo nós republicanos, alguém poderia malsinar o nosso acto como um favor ministerial. Nestas circunstâncias afigurava-se-me que o melhor seria desistir do concurso. Note-se que já se tinham passado alguns meses de trabalho e estudo.

Trigueiros de Martel refletiu e acabou por me dar razão. No dia imediato fomos ao ministério e retirámos os nossos requerimentos, com o que muito folgaram os sete concorrentes que havia. O ministro voltou a chamar-nos para nos aconselhar a que desistíssemos do nosso propósito, no que foi secundado por Costa Pinto, testemunha do facto.

Apesar destas instâncias que muito nos penhoraram, mantivemos intransigentemente a resolução tomada.

Nem todos teriam feito o mesmo, e de alguns amigos recebemos até censuras.

Mas a nossa independência moral, de que a coerência é um dos aspectos, obrigava-me a manter o mesmo procedimento.

Quantos erros funestos se teriam evitado na República, se todos procedessem assim. A falta de escrúpulo concorre geralmente para isso, e a incompetência que se observa nas nossas secretarias é ainda uma resultante da ausência de independência moral.

* * *

Nunca pensei em aceitar da República qualquer lugar renumerado. Deve servir-se uma causa com paixão e desinterêsse. Nestas virtudes se revela a pureza do apóstolo.

Embora me tivessem crismado com o epíteto de *maior diplomata da República*, considero-me feliz por nunca ter exercido qualquer função dentro do novo rigimen. Fui ministro da instrução, no ministério de 14 de Maio, por imposição do povo. — *Se não quizer vir pelo seu pé, virá de maca* — dizia um marinheiro, defronte da minha casa, naquele dia memorável.

Nada tenho de que a consciência possa acusar-me. Os meus honorários, como deputado, como senador, como membro do tribunal de honra, eram distribuídos pelo meu administrador e amigo, Eduardo José Gaspar, pelos centros escolares republicanos.

Não, meus senhores, a República não se fez para saciar a voracidade famélica de certos tubarões. A República fez-se para dignificar princípios. De não se ter praticado êste preceito rudimentar derivou para o regimen um grande e justificado desprestígio. Ter-se-iam evitado certos acontecimentos posteriores, se se houvessem observado êstes simples artigos de moral. Queria Platão que a República fôsse a virtude. Para mim bastar-me-ia que ela assentasse numa base moral.

O que vi apavorou-me. Nunca, é certo, deixei de protestar. Mas a minha voz perdeu-se no deserto.

* * *

A primeira virtude de um republicano deve ser a sinceridade. Na nossa propaganda, tivemos sempre em vista a difusão da verdade contra o êrro e contra a mentira. No regimen republicano não podem admitir-se os processos de um regimen monárquico. O que prejudicou a República foi terem-se conservado alguns dos vícios do antigo regimen. Muitas vezes o dissemos e não cessaremos de o repetir: não basta mudar a fachada do velho edifício; é preciso renová-lo nos seus alicerces. Proclamar um novo estado de coisas e conservar os antigos costumes, não faz sentido. Proclamou-se, mas não se fez a República. E o que é preciso, para evitar perturbações, é fazê-la.

Para isso, porém, é necessário construir e não destruir, como se tem feito. Não se compreende que na população portuguesa, haja ainda 71 % de analfabetos. Êste facto é criminoso. Não basta possuir uma República. E' indispensável que a República se transforme em democracia, e a democracia não se compadece com a ignorância. O primeiro dever é educar, afim de obter a disciplina necessária à estabilidade das novas instituições. A fé mesmo, indispensável numa democracia, mantém-se dentro

duma disciplina mental que só a escola pode dar.

Da escola renovada é que há-de derivar a transformação social que se impõe. Enquanto isto se não fizer, os processos continuarão a ser os mesmos, o que não quer dizer que a República não tenha praticado actos dignos de registo e que merecem arquivo especial.

Entre muitas obras de educação mencionarei algumas que o povo consagrou: os *Jardins-Escolas João de Deus*, devidos à iniciativa do Dr. João de Deus Ramos e que podem e devem considerar-se um complemento da *Associação de Escolas Moveis*. Casimiro Freire, o iniciador destas missões, compreendeu que não se tratava só de prestar uma homenagem carinhosa ao glorioso poeta, senão também de servir a democracia na sua base e nos seus fundamentos. Se a iniciativa do honrado republicano tivesse sido compreendida, a nossa situação política seria bem diferente do que é.

O Dr. João de Deus Ramos tornou-se um brilhante continuador da obra imortal de seu querido pai. Noutro qualquer país teria sido aclamado e glorificado. Com dificuldade e um esforço patriótico que nada pode igualar, conseguiu organizar no país quatro *Jardins-Escolas*: um em Lisboa, outro em Coimbra, outro em Alcobaça, e outro na Figueira da Foz. O auxílio oficial tem-lhe faltado quasi por completo, e, se não fôsse a sua vontade indomável, teria sucumbido na luta. Como sintoma,

o facto é deplorável e prova que a democracia não foi ainda praticada em Portugal.

Seria ingratidão esquecer o nome de Elísio de Campos, um verdadeiro apóstolo da intrução, e que tão veementes serviços prestou à *Associação das Escolas Moveis* nos seus primeiros anos.

Vai longe o tempo da *ingenuidade*, em que todos profiavam em rivalisar uns com os outros em ideias, em afirmação de princípios.

Havia alguma coisa de religioso naquelas aspirações, uma *creancice sublime*. Entre os muitos documentos que conservo daquela época, desenterto a reforma que abaixo segue (éramos todos reformadores por essa ocasião) do meu velho e dedicado amigo, João Paganí, um dos patriarcas da democracia.

A Magistratura de Chefe de Estado nas Democracias

Nas comunidades nacionais e nas confederações de Estados, em regimen democrático-social, a instituição de funções de Chefe de Estado—rei ou presidente, como magistrado supremo—não tem fundamento racional. Estruturalmente, é o Chefe de Estado um «quisto» ou deformidade social; estriba-se imoralmente num estado social impreciso e precário das comunidades, prevalecendo-se sempre da incipiência dos homens ou da força de que conflituosamente e com vaidade lança mão egoísta e orgulhosa.

Na organização do governo de uma Nação, nas bases esboçadas noutro capítulo, cabe a solução da tése que ilimina a Magistratura Suprema do Presidente da República.

Basta que uma Assembleia de altas e especiais funções —que deverá ser o Congresso Federal da República, constituído por uma Comissão permanente da Câmara Legislativa, outra da Confederação das Federações das Juntas de Paroquia e por delegados das federações estaduais dos municípios, eleja três Comissários, que entre si distribuam a presidência nominal de cada um dos três grandes ramos de Negócios dos Estados Federais, e sejam investidos nas funções de «fiscais do cumprimento das leis e nas de superintendência geral na gerencia e administração dos Negócios, com jurisdição concreta sobre os serviços especializados e definidos nos três grupos».

—Em parentese, enuncie-se que: o «Senado da República não deverá ser câmara legislativa, mas sim técnica e de garantia de seqüência na orientação do plano de Administração Pública, e que aos municípios está indicada a federação nos respectivos Estados Federados.

A presidência do Conselho de Ministros compete, logicamente, ao Comissário-Presidente do ramo administrativo, pois que na sua esfera de acção gravitam os serviços na sua técnica executiva.

A história antiga, moderna e dos nossos dias—a grande mestra dos povos—, quando outros marcos morais não houvessem, dá a realidade sintética que fulmina o regimen monárquico, realengo ou republicano, absoluto ou híbrido.

Assistência infantil

Quando Ricardo Covões fundou o jornal o *Povo*, a sua vontade revelou-se, por modo a merecer os elogios de todos os republicanos. Como membro e mentor de freguesia, compreendeu que a assistência infantil se impunha como a base da educação cívica.

Promoveu banhos para os alunos das escolas, na Trafaria.

O exemplo frutificou e encontrou em Alexandre Ferreira, quando vereador, o admirável executor dum vasto plano que muito honra o município lisbonense e a República.

«Queremos nós viver?—perguntava o infatigável republicano, no seu relatório de 1926. Se queremos, temos que mudar de rumo.

Se com água benta e outras concumitâncias se podem salvar as almas, os corpos é que se não salvam. E se é preciso cuidar daqueles, é indispensável não esquecer êstes no interesse de todos. E' preciso encarar o problema de frente, atacá-lo desde o início, que é a criança, com decisão, com alma, com energia, com dedicação e sem descontinuidade. Aplausos, devem bastar-nos a consciência do dever cumprido.

Em sessão plenária de 30 de Novembro de 1923, apresentei ao Senado Municipal, três propostas para a criação duma escola infantil e primária—tipo municipal—a qual compreendia as bases a seguir na construção dos respectivos pavilhões e funcionamento das escolas.

A Câmara Municipal de Lisboa, dentro das fracas possibilidades do seu orçamento e com a colaboração de várias entidades oficiais e particulares, têm procurado efectivar uma obra tão larga quanto as circunstâncias lhe têm permitido e estou certo que continuará a desenvolvê-la cada vez mais.

Em 14 de Maio de 1924, aprovou a Comissão Executiva, por unanimidade, uma proposta que tive a honra de lhe apresentar para que a Câmara procurasse ministrar banhos de mar ao maior número de crianças das escolas oficiais e das subsidiadas. Assim se iniciou esta obra de assistência de que beneficiaram naquele ano, cerca de 3.500 crianças. Para início era alguma coisa.

Para as necessidades da população infantil era uma insignificância, urgindo alargá-las até ao maior número possível. Mas não bastavam os banhos do mar: era necessário promover outras modalidades de assistência. Com êsse fim apresentei em 29 de Outubro uma proposta para que a Câmara, entre outras coisas, promovesse também a realização de excursões escolares, solicitando para isso colaboração do Estado, por intermédio da Direcção Geral do Ensino Primário Normal, colaboração que me não foi dada, mas não deixando por isso de realizar seis excursões escolares, em que tomaram parte cerca de 2.400 crianças pertencentes a 53 escolas.

A Colónia de Férias que se instalou na Casa de Santo Eloi—Paiã—foi a primeira tentativa no género levada a efeito em Portugal e por isso mesmo as dificuldades de ordem material e moral a remover foram muito maiores. Mas venceram-se e os resultados alcançados foram de molde a estimular a sua repetição.

Os lactários municipais, também da minha iniciativa, desde o dia 2 de Maio de 1925 até 31 de De-

zembro último contemplaram 597 crianças, às quais foram distribuídos 54.119 litros de leite.

As 597 crianças foram submetidas a 6.797 pesagens, 669 consultas médicas, 212 vacinações, 4.322 banhos, sendo-lhes fornecidos 628 enxovais e 244 receitas.

Os 54.119 litros de leite distribuídos nos lactários, de Maio a Dezembro de 1925, a 1\$83 centavos cada litro, importaram em Escudos 99.037\$77 centavos.»

Alexandre Ferreira acentou, como base dos seus humanitários trabalhos, a declaração dos direitos da criança, chamada a declaração de Génèbra. Por esta declaração os homens e as mulheres de todas as nações, reconhecendo que a Humanidade deve dar à criança o que tem de melhor, afirmam os seus deveres, acima de quaisquer considerações de raça, nacionalidade ou crença.

1.º—A criança deve ser posta em condições de se desenvolver material e espiritualmente, de uma forma normal.

2.º—A criança que tiver fome deve ser alimentada, a criança doente deve ser tratada, a criança transviada deve ser reconduzida; o orfão e o abandonado devem ser recolhidos e socorridos.

3.º—A criança deve ser a primeira a receber socorros em tempo de calamidade.

4.º—À criança devem facultar-se os meios que lhe permitam ganhar o seu pão, protegendo-a contra toda a exploração.

5.º—A criança deve ser criada no sentimento de que as suas melhores qualidades deverão ser postas ao serviço dos seus irmãos.

E aqui está, como o espírito republicano encontrou, em Casimiro Freire, em F. Grandela, em Ricardo Covões, no dr. João de Deus Ramos, em Alexandre Ferreira, em José Maria de Sousa e em Eduardo Barbosa, autênticos intérpretes da sua obra.

Convém acrescentar que, graças à benéfica influência da *Universidade Livre* se organisaram as *Bibliotecas* nos jardins públicos. Esta iniciativa de Alexandre Ferreira mereceu a estrangeiros que visitaram Lisboa os maiores e os mais rasgados elogios.

Às suas bibliotecas ao ar livre devem as *Sociedades eticas*, de Londres, resultados inestimáveis. Algumas personalidades importantes que gosam de prestígio na Inglaterra, formaram o seu espírito nestas instituições, as mais populares e as mais acessíveis ao público.

* * *

A obra de Alexandre Ferreira foi secundada por Alfredo Guisado que modernizou os cemitérios de Lisboa, transformando-os em monumentos vivos; o do Alto de S. João apresenta hoje o aspecto de um verdadeiro panteon. As homenagens prestadas

aos mortos de 5 de Outubro, a Gomes Leal, a Borges Graíinha o atestam.

A instalação do *forno crematório* representou uma nobre luta que muito honra os sentimentos liberais do dr. Guisado.

Não há dúvida que a obra de *Seguros Sociais* foi também notável. E aqui cabe uma especial referência ao dr. João Luís Ricardo e ao sr. J. Francisco Grilo pela benemerência dos seus admiráveis trabalhos.

A Educação Republicana

Poucos poderão avaliar o que foi, durante a monarquia, o movimento republicano no ponto de vista educativo. Com entusiasmo e com devoção assisti a essa obra verdadeiramente patriótica, que lamento não ter sido continuada como devia. Assim, no bairro oriental, ainda recordo o «Club Pinto Ribeiro», em que se fez sentir a acção de Bernardino dos Santos Carneiro, o «Club Vieira da Silva», que consagrou um nome popular, o «Club de Santa Engrácia, onde pontificou Carrilho Videira, e que teve a iniciativa da primeira candidatura republicana por Lisboa, no círculo 94, do dr. Teófilo Braga; os centros do Poço do Bispo e dos Olivais, chefiados com ardor por António da Silva e Lima Júnior; rememoro com infinita saudade o que se passou em Alcântara, e, em geral, no círculo 98, pelo qual, por várias vezes, fui candidato a deputado; rememoro os clubs

«Razão e Justiça», «Fernandes Tomás», «Victor Hugo», Centro da Lapa», e tantos outros, em que se destacaram pela sua dedicação homens como Germano Quintão, Guerra Peres, Justino Guedes, Leal Pancada, José Inácio da Costa, João Rodrigues dos Santos, Eduardo Nunes da Mota, Castelo Branco Saraiva, Eduardo José Gaspar, Agostinho Manuel de Sousa, felizmente ainda vivo, e tantos outros valorosos cidadãos que a morte arrebatou cruelmente.

Quási todos êstes centros mantinham escolas, adotando o método de João de Deus. Foi realmente esta compreensão política que nos deu a República.

Tudo o que se tem passado foi o resultado da falta de continuidade de um dever que os republicanos protelaram.

A República estava proclamada, mas não estava feita. Não se completou a obra encetada com tão bons auspícios. Não obstante os trabalhos a que já me referi, e ainda outros, como a «Escola Agrícola de Paiã, superiormente dirigida pelo dr. Joaquim Pratas, e a «Fraternidade Portuguesa» da iniciativa do dr. Calado Rodrigues, cujo fim era promover por todos os meios ao seu alcance a melhoria das condições materiais e morais da raça, e colaborar em tudo que tivesse como objectivo o progresso do país; a propaganda da educação física feita pelo dr. José Pontes; as universidades de character particular, como a «Universidade Livre» e a Universidade Popular Portuguesa», «A Voz do Operário»,

e outras instituições similares, atestam eloqüentemente que o espírito republicano se não perdeu e que a obra de cultura nacional preocupa os nossos propagandistas.

O que se passa em Lisboa encontra eco nas principais cidades do país, como Porto, Coimbra, e outras. O espírito republicano não se perdeu totalmente.

O que importa é despertá-lo, continuando a obra que foi interrompida, e completando-a. Para mim é isto fundamental. Não se aniquila uma instituição quando a ela preside um espírito já hoje arreigado nas massas populares. É por isso um êrro crasso acreditar-se que seria ainda possível o regresso da monarquia a Portugal. Não o creio, porque seria isso o mesmo que fomentar a guerra civil. Se a República não correspondeu inteiramente às aspirações dos republicanos, não é isso motivo para desesperar da sua manutenção.

Posso eu, como ninguém, falar da dedicação cívica, do altruísmo que tenho apreciado, e que poderei classificar como anonimato heroico. Perdemos o tempo a discutir homens, desconhecendo os factos, constituintes do verdadeiro espírito republicano, que passam despercebidos.

A meu ver as instituições republicanas carecem apenas de ser corrigidas nos seus processos e nos seus vícios. Recuar seria impossível e absurdo. Percam, portanto, os nossos adversários a esperança de nos desarmar.

Podem dar-se incidentes mais ou menos graves, desilusões cruéis; podem os espíritos timoratos arrefecer nas suas crenças; podem os scéticos e os derrotistas prègar a desconfiança; podem os pessimistas descrever o futuro; tudo será inútil, porque, acima das paixões, dos caprichos e das opiniões individuais está o pensamento que preside à marcha dos acontecimentos. Quem conhece e estuda a história de Portugal há-de convencer-se que seguimos uma evolução imposta pelas circunstâncias. Ninguém, por mais poderoso, vingará destruí-la, porque são os imponderáveis que governam o mundo.

bibRIA

As Condecorações

Nunca acreditei que as condecorações pudessem ser restabelecidas dentro da República. A vaidade pode, porém, mais do que os princípios.

E eu, que tinha sido um adversário irreductível das condecorações, fui, por circunstâncias alheias à minha vontade, obrigado a aceitar a Gran Cruz da Torre e Espada. Todos sabem o que se passou, especialmente comigo, durante o sidonismo. Era preciso vexar a Maçonaria e por isso alvejou-se o seu chefe, atribuindo-se-lhe infamemente cumplicidade no assassinio do Presidente da República. Nas esquinas afixaram-se *placards*, indicando-me como suposto instigador do assassino.

Fui vexado por variadíssimas formas, como já referi no primeiro volume destas «Memórias».

Teve a iniciativa da desafronta o meu velho e querido amigo, dr. Xavier da Silva, então ministro dos estrangeiros. O govêrno acedeu de boamente.

E foi êsse o motivo porque os meus amigos me prepararam uma manifestação pública no *Coliseu dos Recreios* a que presidiu o famoso patriota e amado republicano, dr. António José de Almeida, em 1 de Junho de 1919.

Naquela tarde abafadíssima, o povo republicano de Lisboa ocupou os 6.000 lugares do vasto e elegante anfiteatro, cujos camarotes estavam adornados com bandeiras de vários países. Tratava-se do grão mestre da Maçonaria Portuguesa, a mais notável vítima da reacção e do sidonismo. Presidiu, como disse, o dr. António José de Almeida, tendo-me à direita e a seguir os drs. Domingos Pereira, António Granjo, Leonardo Coimbra e Xavier da Silva, ministro dos estrangeiros, servindo de secretários os srs. Fernão Boto Machado, tenente-coronel João Estevam Aguas, major Tavares de Carvalho e Nobrega Quintal. Além do Presidente, falaram, o sr. Barbosa Soeiro, em nome da «Liga Nacional da Mocidade Republicana», José Homem Belino, em nome do «Centro Escolar Magalhães Lima», Gregório Gil, em nome do «Centro Democrático Espanhol de Lisboa», Leote do Rego, dr. Campos Pereira, dr. Campos Lima, dr. Leonardo Coimbra, Capitão Machado Toledo, D. Maria Clara

Correia Alves, Umberto de Araújo, dr. Santos Monteiro, dr. João Camoezas, Duarte Salvado e finalmente o homenageado, que aproveitou a ocasião para explicar a sua situação naquele lugar. Tendo eu combatido sempre, disse, as condecorações, porque o mérito e a virtude não precisam de fitas para se revelarem, parece, até certo ponto, ilógico que tivesse aceiteado esta. Aceitei-a por vir de mãos alvíssimas e ainda como um protesto e uma reparação moral a que me julgava com direito contra as vilanias de que fui vítima.

Amo a simplicidade e a modéstia, que são as duas grandes virtudes da democracia. Tenho um grande desdém pelo ourópel, pelas lentejoulas, pelas exterioridades, que deixo para ornamento das senhoras. Guardá-la-hei, porém, esta lembrança, como preito de carinhoso afeto.

E a tal ponto levei a irredutibilidade que não consenti sequer que o presidente abrisse o estojo e me colocasse as insígnias oferecidas pela «Liga da Mocidade Republicana».

Gomes Leal pertence-nos, é nosso

Quando se inaugurou o monumento ao brilhante poeta Gomes Leal, no cemitério do Alto de S. João, foi-me dado ensejo de prestar uma derradeira homenagem ao velho companheiro de luta, tão caluniado e mal compreendido, nos seguintes termos:

Há uma coisa que não se esquece e que se não

apaga no nosso espírito: é a doce camaradagem da mocidade, como que a visão branca de um mundo melhor, mais belo, mais justo, mais perfeito e mais humano. Fui companheiro de Gomes Leal; vivi na sua intimidade, e, por mais de uma vez, me encontrei com êle, no mesmo combate, em prol do Direito, da Justiça e de um ideal de emancipação humana. E foi essa recordação, tornada direito, e direito sagrado, que me trouxe hoje aqui, para proclamar a sua imortalidade.

Conheci o poeta famoso, quando publicou os seus primeiros sonetos, emoldurados em diamante, na *Revolução de Setembro*, do velho panfletario do *Espectro*, António Rodrigues Sampaio, conduzido pela mão de um outro saudosíssimo companheiro, Luciano Cordeiro.

Tempos felizes aqueles em que viajavamos pelas estrelas, na frase do mesmo poeta. Tempos felizes aqueles em que não conhecíamos nem a vaidade, nem a ambição, nem o ódio, nem o mercantilismo vil. Tempos felizes aqueles em que sonhávamos com paixão num Ideal de Beleza Moral. Tempos felizes aqueles em que desdenhávamos olímpicamente dos prejuizos, dos preconceitos, do fanatismo e da superstição. Tempos felizes aqueles em que Luciano Cordeiro, Guilherme de Azevedo, Gomes Leal, Silva Pinto e eu publicávamos o *Espectro de Juvenal* para dar batalha decisiva ao velho mundo, feito de arbítrio, de violência e de crueldade. Tempos felizes aqueles em que havia uma

imensa piedade para com as vítimas. Tempos felizes aqueles em que Victor Hugo exercia o seu pontificado espiritual, arrancando os mártires às mãos retintas de sangue do carrasco. Tempos felizes aqueles em que Guerra Junqueiro, o verso feito escultura, apostrofava, no *D. João*, a burguesia viciosa e corrupta.

Tempos felizes aqueles em que Guilherme Braga respondia á excomunhão do bispo do Pará com uma simples quadra que valia um poema. Tempos felizes aqueles em que Gomes Leal publicava a sua *Traição*, sátira formidável, à maneira dos *Châtiments* de Vitor Hugo. Tratava-se da venda de Lourenço Marques; a opinião vibrára num clamor unísono.

Gomes Leal invoca o direito moral:—*A nenhum homem assiste o direito de matar outro homem.* E a *Traição*, que lhe valeu o cárcere muito contribuiu para anular o pretendido atentado.

Visionários, utopistas, idealistas! Sem dúvida!...

Foi com êsse idealismo que a revolução francesa proclamou os direitos do homem; foi com êsse idealismo que Kossut proclamou a independência da Hungria e Parnell a independência da Irlanda; foi com êsse idealismo que Lamartine e Luís Blanc proclamaram a mais cosmopolita das revoluções, a revolução de 1848; foi com êsse idealismo que se fez uma outra revolução europeia em Napoles, á testa da qual esteve uma mulher portuguesa, em

Cadix e em Portugal, da qual se destaca a nobre figura de Fernandes Tomaz, alma de apóstolo ; foi com êsse idealismo que José Falcão, a nobresa feita acção, defendeu a Comuna de Paris; foi com êsse idealismo que se proclamou em 1873 a revolução espanhola que tanta influência teve no nosso país e a de 1889, a do Brasil, que completou, pela sugestão, a obra revolucionária portuguesa; foi com êsse idealismo que raiou o glorioso 5 de Outubro e mais tarde se fez a escalada de Monsanto, que valeu tanto ou mais que a própria proclamação da República.

Gomes Leal foi um revoltado, um insubmisso, um rebelde. A revolta é o apanagio das almas de eleição. Muitos houve que quizeram ver nêles dois aspectos diferentes. Mas é um erro. Não houve senão um Gomes Leal, o Gomes Leal da *Traição*, do *Anti-Cristo*. Alguns lhe chamaram réprobo e precito ; outros o apodaram de jacobino. Jacobino, sim, contra a reacção e a tirania. Por isso reivindicamos a sua memória, que é nossa e nos pertence, e o dr. Alfredo Guisado, arrancando o seu cadáver á vala comum, praticou um acto de benemerência.

A segunda fase da sua vida, foi uma fase de alucinação doentia. A morte de sua mãe amantíssima muito contribuiu para êsse estado de alma.

A reacção, como ave agoirenta, quiz empolgar o seu cadáver. A êsse atentado responde a sua obra, quer como combatente, quer como poeta lí-

rico das *Claridades do Sul* e da *História de Jesus*, que só pode ser comparada aos *Simples* de Guerra Junqueiro, obra genial que ficará fazendo parte da tradição republicana e da nossa própria espiritualidade, dando-nos a alegria de viver. Poderá, com efeito, haver maior glória do que aquela que se encontra na leitura duma estrofe de Camões, no monólogo *Nun' Alvares* da *Pátria* de Guerra Junqueiro, e na *Traição* de Gomes Leal?!—*Eu só tenho uma pena e a força do meu ódio*, exclamou o poeta no auge da indignação.

Assim se luta, assim se combate, e assim se vence.

Bem disse Bocage, que João de Deus considerava um dos maiores poetas portugueses pela espontaneidade da sua inspiração:

O sábio não vai todo á sepultura.
Na memória dos homens vive e dura.

Parafraseando, diremos :

O artista não vai todo á sepultura.
Na memória dos homens vive e dura.

O que principalmente caracterizou Gomes Leal, foi uma nova concepção da vida e da natureza, que imprimiu á poesia portuguesa uma outra orientação e um outro ideal.

Alves da Veiga

Tendo falado de Alves da Veiga, como um dos meus melhores companheiros da Universidade, devo referir o que se passou alguns meses antes da sua morte.

Quando fui a Bruxelas, para assistir a um congresso, e me dirigi à Legação Portuguesa naquela cidade, disse-me o secretário, José Cordeiro, que o Ministro se encontrava em Anvers muito doente, acrescentando que se o queria ver êle me acompanharia, porque certamente o não tornaria a abraçar. Fixámos um domingo e com mais dois portugueses amigos dirigimo-nos à cidade referida. Foi grande a minha impressão dolorosa quando se me deparou o antigo camarada, pálido, sem fôrças, mas ainda crente em que poderia vir convalescer para Portugal.

Almoçámos juntos, falámos de variadíssimos assuntos, recordando a nossa mocidade combativa. Entre lágrimas, disse-me o pobre doente:—o que nós fizemos há quarenta anos, meu amigo, e que hoje não poderíamos fazer! E apertando-me a mão com ternura, como quem se despede de um irmão espiritual, referiu-me um pormenor interessante, absolutamente inédito, da sua vida revolucionária.

Como todos sabem foi o dr. Alves da Veiga que proclamou a República das janelas da Câmara Municipal do Porto, em 31 de Janeiro de 1891. Enquanto o chefe civil do movimento lia a mensagem

na Praça de D. Pedro, o alferes Malheiro, de espada em punho, na Rua de Santo António, à maneira duma figura lendária, exortava os soldados, quando muitos já se escondiam pelos portais, a manterem-se no seu pôsto. Êste alferes recorda pela sua bravura um dos mil de Garibaldi. Um verdadeiro garibaldino!

Abortado o movimento, Alves da Veiga refugiou-se em casa dum seu amigo íntimo, que morava na Rua de D. Pedro. Ali esteve por algum tempo até poder exilar-se. Para a passagem na fronteira contribuiu um chefe de polícia, que ficou sempre apreensivo com a generosa cooperação. E de tal modo influíu o facto no seu espírito que pouco antes de morrer chamou um padre para se confessar e referir o acontecido. O padre indignado exclamou:—o que o senhor fez é crime que eu não posso absolver!

E lá foi para o outro mundo, o desgraçado, com a certeza de não ter sido compreendida a sua nobre acção.

bibRIA

NA MINHA TORRE DE MARFIM

Elias Garcia

Nada pode haver mais consolador, para um homem da minha idade, do que recordar o passado, chamando à realidade os homens e os factos que alimentaram os sonhos da sua mocidade. E' como que uma ressurreição. Poucos lograram, como eu, idealisar tanto a vida, amá-la, e torná-la a expressão de uma alma, sequiosa de verdade e de justiça. Devi muito aos meus mestres, entre os quais me apraz citar Teófilo, Latino, Elias Garcia, José Falcão, em Portugal, e Benoit Malon, Charles Letourneau, Frederic Passy, em França. Devo muitíssimo aos meus companheiros, àqueles que me rodearam e fortaleceram os meus primeiros passos. Quando, pela primeira vez, me propuz candidato a deputado por Alcântara, círculo 98, não me faltou o apoio popular, além da rara dedicação de republicanos provados, como Germano António Quintão, em S. Paulo; Justino Guedes, Leal Pancada, Eduardo Nunes da Mota, dr. Castelo Branco Saraiva, Sabino de Oliveira, em Santa Catarina; António Guerra Peres, na Lapa; Eduardo José Gaspar e Agostinho Manuel de Sousa, em Santos; o velho Faria, os irmãos Teixeira, Migueis, Ferreira de Moraes, Franklin Lamas e António Joaquim de Oliveira, Conceição Estrêla, em Alcântara. Eram outros

tempos e outra gente! A vida não se tinha materializado e o espírito de renúncia caracterisava a política daquela época. Havia apóstolos; hoje há negociantes.

Elias Garcia pertenceu ao número dos *sacrificados*. Fontes dizia que seria necessário inventá-lo se ele não existisse. Era um verdadeiro chefe pela sua admirável ponderação, conhecendo os homens, e aproveitando-os, consoante as circunstâncias. Assinalou a sua passagem, na câmara municipal e na câmara dos deputados, com medidas práticas de alcance social. Teve detratores, é certo, mas poucos, como ele, souberam organizar, criando, em volta de si, um grupo homogêneo e aguerrido. No quadro fotográfico que publicamos, faltam Sabino de Sousa, Gomes da Silva, Santos Viegas, Sousa Brandão, José Antunes Pinto e outros que já não viviam ao tempo da proclamação da República.

Muitos vieram depois de Elias Garcia. A lição ficou. Todos fomos seus discípulos. E, a propósito, aprez-me lembrar o que eu disse junto do monumento de França Borges.

França Borges

Se o glorioso jornalista que se chamou em vida França Borges, o brilhante propulsor da República, pudesse ressurgir do seu túmulo, que nos diria ele, neste momento solene em que celebramos as suas

virtudes cívicas? — Republicanos — exclamaria — atentai na hora que passa, hora confusa, sem dúvida, mas hora de suprema responsabilidade. Não basta possuir uma República: é mister merecê-la pelos nossos actos. Vivi uma vida de dedicação e de sacrifício, levada até ao espírito de renúncia, em que algumas vezes tive de empenhar o relógio para sustentar o *Mundo*, o meu castelo forte; uma vida sem ódios, sem ambições nem vaidades. Não conheci o interesse vil. Segui uma linha recta, sem olhar para os lados nem para traz. Tive a coragem de ser republicano. Não hesitei nem transigi. Não conheci o personalismo que só pode gerar escravos, e nunca cidadãos livres; não conheci oligarquias. Combati, sem tréguas nem repouso, a reacção, a Companhia de Jesus e a sua infiltração na vida nacional, a plutocracia. Fui intransigente com a monarquia gananciosa. Diante do inimigo comum, só conheci uma defesa — a solidariedade dos republicanos.

Assim nos falaria êle, o honrado jornalista, e assim deveríamos nós falar também.

Porque é que o famoso combatente foi tão viva e tão intensamente amado? — Porque as massas têm sede de verdade, de justiça, de honestidade. Êle foi um jornalista claro e honesto. Não se vendeu, nunca se venderia. Teve uma vida cheia. Se o progresso è individual e social, é preciso que a vida de apostolado seja plena, tanto para o indivíduo como para a sociedade.

Represento aqui a tradição republicana em Portugal, tradição federalista, que vem de Henriques Nogueira, o verdadeiro fundador da doutrina republicana, até Teófilo Braga, Alves da Veiga, Carriho Videira, Teixeira Bastos etc. Se fôsse candidato, além do problema económico, financeiro, educativo e colonial, estabeleceria, como plataforma eleitoral, a regulamentação da lei da responsabilidade ministerial, para meter os ladrões na cadeia, e a autonomia municipal, a intervenção directa do povo na administração pública e não do Terreiro do Paço, para organizar a democracia.

Sou um idealista. Sem dúvida. Podia ter ascendido na monarquia a altos cargos. Preferi, porém, ficar fiel ao meu ideal, sem outra aspiração que não fôsse o resplendôr da ideia. Quando digo e repito que não quero nada da República, não digo bem. Sim. Quero que os republicanos se mostrem dignos dos seus princípios, como o foi França Borges.

Que vejo eu, porém?

Vejo o ódio vesgo a entrar a marchar das ideias, a intriga soez a manchar os caracteres. O choque das pessoas, prova da decadência, a substituir o choque das ideias. E a dissolução moral a alastrar, a alastrar...

França Borges foi jornalista de princípios, à maneira de João Chagas, João de Menezes, Alves Correia, meus velhos companheiros. Bateu-se como um leão. Foi um lutador, feito de vontade e de acção. Rompeu na vida com as próprias energias.

Amou a vida e a liberdade, com a mesma exaltação. E mal podíamos imaginar que o destino tão brutalmente no-lo roubasse ao nosso amor. O malogrado!

Êste monumento é um pouco a sua imagem, na aparência rude, no íntimo de uma profunda beleza moral.

Glória à memória—memória eterna!—de quem tão nobremente, tão valorosamente, honrou a Pátria e a República! Glória ao jornalista audaz, intemerato e triunfante. Triunfaremos todos, unidos e solidários, como triunfámos em 14 de Maio, no sidonismo e em Monsanto.

O Pátio do Salema

A acção do *Centro Fraternidade Republicana*, instalado no Pátio do Salema, foi decisiva para a propaganda republicana, tão decisiva como o Palácio do Fiuza e o *Centro Razão e Justiça*, em Alcântara, que constituíram focos de irradiação.

Na gravura que representa um banquete dos antigos membros do Pátio do Salema, destacam-se entre outros, Tomé de Barros Queiroz, Augusto José Vieira. Fui, durante anos o presidente do *Centro*. José de Oliveira, operário inteligente, que concertava candieiros, falava-me frequentemente num rapaz da sua terra, que êle muito admirava.

—Mande-o vir—disse-lhe eu—porque nos é preciso.

Longe, porém, estava de imaginar, que a mi-

nha lembrança havia de ser tão prontamente realizada. Estava eu uma noite no Centro, quando me apareceu José de Oliveira, para me apresentar o Tomé de Barros Queiroz, recenchegado da província, moço quási imberbe, dos seus dezesete anos em aparência, que desejava inscrever-se como sócio da colectividade.

Na minha qualidade de presidente opuz-me à inserição, alegando a sua menoridade. Levantou-se celeuma e alguns sócios, exaltados, quási me impuzeram a entrada do neofito, deixando-lhes eu a responsabilidade do que podesse suceder.

Felicito-me hoje pelo caso. Barros Queiroz, *homem feito por si mesmo*, com trabalho, com perseverança e coerência, foi um cooperador modelar. São estes os verdadeiros heróis da democracia. José de Oliveira não se enganara. Estava ali o estofo de um cidadão prestimoso, como o provou depois, através da sua honrada vida, digna de um grande cidadão.

Feio Terenas

Uma vez que falamos dos velhos nunca esquecidos, convém anotar que Feio Terenas nasceu na Covilhã em 1850 e foi um dos fundadores do Partido Republicano em Portugal, tendo trabalhado na propaganda democrática com Elías Garcia, Latino Coelho, Sousa Brandão, Gilberto Rola, Gomes da Silva, Magalhães Lima, António Carlos Teixeira

de Magalhães, Constâncio de Oliveira, Tomaz Cabreira, Bernardino dos Santos Carneiro e outros republicanos, muitos dos quais já desapareceram do número dos vivos. Foi um dos organizadores do primeiro congresso republicano, em 1887, congresso de que saíu uma assembleia, com poderes constituintes para discutir a Lei Orgânica do partido, o que se realizou em seis meses, sob a presidência de Feio Terenas. Trabalhou para o movimento de 31 de Janeiro, reunindo com Elias Garcia, Tomaz Cabreira, Gomes da Silva, Higino de Sousa, Constâncio de Oliveira e outros companheiros na residência do velho republicano, confidente e amigo íntimo de Elias Garcia, António Carlos Teixeira de Magalhães, distinto funcionário do Município de Lisboa. Morava então Teixeira de Magalhães num terceiro andar de um edifício da Rua dos Bacalhoeiros, com duas entradas, uma pelo Arco da Conceição e a outra pela Rua das Canastras. Aí se faziam iniciações e se preparava tudo para o movimento.

* * *

No *Diário de Notícias*, de 31 de Janeiro de 1926, êste dedicado e sempre fiel republicano, um dos que mais de perto privou com Elias Garcia, publicou uma página interessante para a história do partido republicano que arquivamos com devoção.

HA 35 ANOS

Na véspera de um acontecimento sensacional—A derradeira carta recebida do chefe da Revolução Republicana no Pôrto

Sete lustros são já volvidos sôbre os factos que venho memorar. Trinta e cinco anos distanciam já dessa noite sombria e triste, a penúltima do mês de Janeiro de 1891, em que de cama, prostrado pela doença a que depois succumbiu, num quarto do Hotel Atlântico, no Largo do Corpo Santo, José Elias Garcia, o Grande Cidadão e Grande Mestre, de veneranda memória, communicava em íntima reunião de dedicados correligionários e amigos, o gravíssimo acontecimento que dentro de poucas horas, na madrugada do dia seguinte, se ia dar no Pôrto, e que consta da última carta que, por um envio especial, recebera do dr. Alves da Veiga, chefe civil da revolução naquela cidade.

A carta escrita pelo próprio punho do dr. Manuel Alves da Veiga, e assinada com o n.º 143, conforme a cifra de que usava para o seu nome, é concebida nos termos seguintes :

« Meu prezado amigo.—O portador é pessoa de toda a confiança, Ir... e Obr... da R... L... Independência.

Reüniram hontem à noite os elementos militares, e resolveram fazer o movimento na manhã do dia 31. Não sei se mudarão de tenção, mas não é provável. A precipitação foi devido aos rigores do Scharnítchia, que começou com transferências. Já foi transferido um alferes de caçadores 9 e um sargento, e estão ameaçados de igual sorte todos os sargentos da guarnição. Foi o que motivou esta resolução.

Urge que aí se tomem desde já prevenções para secundar êste movimento.

Basta que um ou dois regimentos adiram, e tudo está pronto.

Não perder uma hora, aproveitar a noite e olhar pelo telégrafo.

Não sei a sorte que nos espera, mas creio que pelo Norte tudo há-de correr bem.

Eu quiz retardar este acontecimento, mas não foi possível.—Seu dedicado 143.—Pôrto, 29 Jan. 1891.

O telegrama terá a seguinte redacção: A eleição fez-se com bom resultado, ou coisa identica. Assinarei Aparício. Não recebendo telegrama é que se não fez».

Elias Garcia, entre outras medidas que as circunstâncias impuseram, ainda enviou um emissário para o Pôrto, ex-1.^o sargento Amoinha Lopes, que seguiu no comboio dessa noite, único que lhe era possível aproveitar, levando instruções no sentido de obstar a que interrompesse o movimento.

Nada pôde conseguir, porque, quando chegou já as tropas estavam na rua. Em tais casos entendeu por melhor envregar um fardamento, armar-se e ir bater-se para os paços do concelho. Mais tarde teve de responder perante os tribunais de Leixões, onde foi condenado.

Prognosticou Santos Cardoso que outra revolução para implantar o regimen republicano em Portugal, não se verificaria antes de vinte anos, e o seu vaticínio não se afastou sensivelmente da realidade.

bibRIA

O MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL

Reivindicação Nacional

Considerar-me-hei feliz se o destino me permitir que assista à inauguração do monumento ao Marquês de Pombal. É como que o marco miliário da minha vida. Este monumento representa uma satisfação dada à opinião pública. O povo de Lisboa não perdôa esta falta havida para com o restaurador da cidade, o reformador do ensino, e o estadista eminente, que teve a rara coragem de expulsar os jesuítas. Reputa essa falta um verdadeiro crime.

Supõem muitos que as dificuldades que surgiram com a construção do monumento foram devidas ao ódio do jesuíta contra a memória do Marquês. E' certo que a Companhia de Jesus nunca há-de perdoar à República a *audácia* de prestar uma homenagem ao maior homem de estado do século XVIII. Mas os obstáculos, que se levantaram foram devidos a circunstâncias extraordinárias e não propriamente à vontade dos inimigos da liberdade. O monumento há-de ser levado a cabo, custe o que custar e dôa a quem doer. Ha quem repute o Marquês de Pombal um ditador. Mas é preciso considerar a época em que viveu e as circunstâncias que o rodaram.

Tal monumento teria de ficar à altura da sua

memorável existência. A guerra contribuiu grandemente para retardar o seu acabamento. Feito, ficará sendo o primeiro de Lisboa, constituindo um confronto com o de D. José, no Terreiro do Paço.

Pouco importa o que possam pensar os zoilos e os críticos. Os reacionários apreciam a figura do Marquês simplesmente como um inimigo dos jesuítas. Procuram depreciá-lo e a Companhia de Jesus não esquece.

Penso que com a expulsão dos jesuítas o Marquês de Pombal deu uma prova de coragem e de patriotismo que ninguém teria a valentia de imitar nos nossos dias. O jesuíta era um inimigo da Nação. O grande homem do estado viu claramente o perigo que havia em deixar o ensino público confiado aos jesuítas. Não hesitou em cumprir um alto dever cívico. O povo português ainda hoje é grato à memória do Marquês, e com mais razão o culto do povo de Lisboa deriva do conhecimento da restauração da cidade depois do terremoto de 1755.

A antiga Comissão, a que eu pertenci, tinha como presidente o ilustre jurisconsulto Dr. Francisco da Veiga Beirão, e por vice-presidente o almirante Ferreira do Amaral.

Por motivos, que não me compete apreciar, demitiram-se estes dois homens públicos. Foi preciso remodela-la, tendo-me cabido a mim a honra de ser nomeado presidente. Anos depois, porém, surgiu uma nova dificuldade com a morte de José Agos-

tinho Pereira e Sousa, que tinha sido o mais autêntico e o mais activo elemento da Comissão Académica, que promoveu o Centenário, e a do Dr. José de Pádua, prestimoso tesoureiro.

Foram trasladados os restos mortais do Marquês da Igreja das Mercês para a da Memória, na Ajuda. Para esse fim o governo nomeou uma comissão.

Reconheceu-se, depois disso, a necessidade de intensificar os trabalhos para a erecção do monumento, que constitue uma dívida de honra, e então o governo, presidido por António Maria da Silva, nomeou uma nova comissão, composta, mais ou menos, das mesmas entidades que tinham levado a cabo a obra da trasladação. Essa comissão instalada pelo governo posterior, de que era ministro do interior Sá Cardoso, tinha por fim converter numa realidade a aspiração de todos os liberais portugueses pela consagração da maior figura de estadista do século XVIII.

A Câmara Municipal comprometeu-se, desde logo, à construção dos fundamentos, que foi uma obra laboriosa e de alto dispêndio. Como não tivesse havido as sondagens indispensáveis, verificou-se que só a uma profundidade de 15 metros era possível encontrar terreno sólido. Mas a Câmara Municipal não hesitou um instante cumprindo com galhardia o compromisso tomado. A edificação do monumento, cujo projecto é de Adães Bermudes, que tem tido como colaboradores o escultor Fran-

cisco Santos e o arquiteto Couto, e que fôra orçado primitivamente em duzentos contos, subiu a muitas centenas. Foi pois, preciso procurar recursos, o que se fez promovendo a emissão do sêlo comemorativo, proposta que foi apresentada pelo actual tesoureiro, tenente-coronel dr. Oliveira Simões, que tem sido incansável na sua devoção por êste preito nacional. A antiga comissão tinha em seu poder uns cento e sessenta e cinco contos, resultantes de subscrições e donativos vários. Com a emissão do sêlo estou convencido de que dentro de cinco anos o monumento poderá estar concluído.

Lançámos a primeira pedra dos alicerces, e no dia 3 de Maio, a primeira do monumento, que se realizará, apesar da má vontade de muitos e das dificuldades com que tivemos de lutar.

Pertenci às comissões do Tricentenário de Camões, da Descoberta do Caminho Marítimo para a India, e de outras, mas nenhuma logrou lisongear tanto o meu espírito como esta, que tem um alto significado, e que, perante o mundo civilizado, será um atestado eloqüente do nosso progresso e do nosso amor à Liberdade.

* * *

Os Centenários, os Congressos, as Exposições, são três aspectos da Civilização Moderna.

A glorificação de Camões teve o raro condão de tornar a nossa história viva e amada. O centena-

rio de Pombal foi um reflexo da primeira e gloriosa apoteose que assinalou uma data de reviviscencia nacional. Numa visão branca, ressurgiu, perante meus olhos, a historica caravela, leve e elegante, ondulando à mercê do beijo da vaga. Ela levava, nas suas asas, toda a renascença greco-latina, que se estendeu vitoriosa, por incalculaveis beneficios, a todos os continentes, das Africas ás Indias, por todas as partes onde a velha Europa da Idade Media devia, para a sua propria regeneração, estender-se e engrandecer-se. Esta caravela, que percorreu as ruas de Lisboa, ladeada pelos bravos marinheiros, em 1880, simbolizava, nos meus sonhos de patriota, todas as esperanças do futuro humano, como que um mundo de luz, arrancado às sombras do passado.

O Centenario do Marquês de Pombal não se haveria realizado, se o não tivesse precedido a solenidade camoneana que comoveu o país, criando uma nova opinião publica. Data desse acontecimento a entrada triunfal da democracia na nossa terra.

Os estudantes, emocionados, pensaram então em celebrar o centenário do Marquês de Pombal, como o maior estadista do século XVIII, a personificação da Pátria Portuguesa. Um novo espírito de liberdade apoderava-se de todas as almas. A Academia, entusiasta e ardente, pôs-se à frente do movimento.

Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro

Marquês de Pombal, morrera na sua casa de Pombal, para onde fôra desterrado, por decreto de 4 de Março de 1777, assinado por D. Maria I, e pelo seu ministro, Martinho de Melo e Castro. Êste facto não se apagara no espírito popular. A figura do Marquês de Pombal fôra sempre crescendo na admiração dos portugueses e estrangeiros que viam e vêem nele um reformador, no verdadeiro significado da palavra, um precursor, e um dos maiores estadistas do mundo.

Era, pois, justo, e até lógico, que os académicos de todos os pontos do país se congregassem para desforçar a sua memória, guindando-a à sua verdadeira altura.

Lisboa, que ele reconstruiu, depois do terramoto de 1755, deve-lhe uma especial homenagem. Por isso se explica que a Câmara Municipal tivesse escolhido o dia 13 de Maio, dia do seu nascimento, para se realizar a festa da cidade.

Para bem se apreciar a psicologia de um grande homem, è mister indagar do meio em que viveu e das circunstâncias que o rodearam. O Marquês de Pombal, quando tomou conta do poder, já havia servido como diplomata em Londres e Viena de Austria. Tinha o conhecimento dos homens e das coisas.

Penso que a obra de Pombal è inexcedível, como obra patriótica e administrativa. Abrangeu todos os ramos da actividade nacional. Com João das Regras e Mousinho da Silveira, ele formou a

trilogia dos maiores homens de Estado. Na sua campanha contra a nobreza e contra o jesuitismo, precedeu a grande Revolução Francesa.

Afirmam alguns, e eu respeito todas as opiniões, que foi um déspota. Sou, porém, obrigado a confessar que trabalhar pelo desenvolvimento da instrução é trabalhar pela liberdade.

Podem divergir as opiniões, acêrca da sua orientação política, mas o que ninguém contesta é a sua grandeza como homem de Estado, como restaurador das letras, das industrias, o verdadeiro precursor da civilização em Portugal.

Foi a 8 de Maio de 1882 que se fez ao Marquês de Pombal, por ocasião do aniversário da sua morte, a brilhante celebração a que correspondeu galhardamente a mocidade académica.

Entre os numeros do programa alguns houve que convêm rememorar. Deliberou a mesma Comissão Académica pedir ao poder legislativo que fossem aumentados os ordenados dos professores primários; que se reformasse, num sentido mais liberal e scientifico, toda a instrução official portuguesa, resolvendo também pedir ao poder executivo o cumprimento exacto dos decretos do Marquês de Pombal e Joaquim António de Aguiar, sobre ordens religiosas, além de uma inspecção rigorosa do ensino para obstar aos progressos da reacção clerical.

Foram grandes as dificuldades com que a Comissão Académica teve de lutar para realizar o seu

centenário. O apoio da opinião pública estimulou-a e o resultado foi brilhante. Mas o que não pôde foi levar a efeito a construção do monumento projectado na Avenida da Liberdade.

A Historia do Monumento

E' curiosa a história do monumento, tendo passado por vicissitudes diversas, durante 44 anos.

Houve três comissões, nomeadas oficialmente para o efeito, sendo de esperar que a actual leve a bom termo a construção do monumento, que deve inaugurar-se definitivamente no prazo de cinco anos.

Registemos os factos.

Em 29 de Março de 1882, o governo de então apresentou uma proposta ao Parlamento, assinada por António Maria Fontes Pereira de Melo, Tomás Ribeiro e José Melo Gouveia, para ser concedido gratuitamente o bronze para a estatua, devendo o monumento ser erigido por subscrição pública nacional. No dia 15 do mês de Abril entrou esta proposta em discussão na Câmara dos Deputados. Jose Dias Ferreira apresentou um aditamento, que foi regeitado, em que a Câmara afirmava, principalmente a necessidade de manter, *em toda a sua plenitude*, a legislação pombalina e os decretos de 1833, acêrca das associações religiosas e da secularisação do ensino. No mesmo dia, foi, em sessão prorrogada, a proposta do govêrno aprovada na

Câmara dos Deputados, sem discussão. No dia 8 de Maio de 1882, foi lançada na Rotunda da Avenida, com a maior solenidade, a pedra fundamental do monumento.

No dia 28 de Abril, fôra publicado um decreto nomeando uma comissão de 44 membros, quasi todos falecidos, incumbida de tomar a seu cargo a construção do monumento, e de abrir para o mesmo fim uma subscrição pública. A comissão era presidida por António Rodrigues Sampaio, tendo, como secretários, Mouta e Vasconcelos e Luciano Cordeiro.

A subscrição pública não se realizou, apesar dos protestos e reclamações que, de quando em quando, apareciam nos jornais. Passados vinte e três anos, em 1 de Abril de 1901, foi apresentada na Sociedade de Geografia, por José Pinheiro de Melo e outros socios, uma proposta, em que se pedia a intervenção da mesma Sociedade, para a realisação do patriótico projecto. Foi aprovada, por unanimidade, a referida proposta em que se pedia a reconstituição da comissão.

Decorreram quatro anos. A efervescência não cessára. As reclamações a favor da construção do monumento continuaram. Em 9 de Março de 1905, constituiu-se uma nova comissão, que foi instalada na Sala de Estado, pelo ministro do Reino, Pereira de Miranda, em 11 de Abril do mesmo ano.

Na segunda assembleia da grande comissão, reünida no mesmo local, em 15 de Abril do refe-

rido ano, foi resolvido, por minha iniciativa, nomear uma comissão executiva, composta de nove membros, podendo agregar os indivíduos que entendesse, para o melhor desempenho da sua missão e que ficou assim constituída :

Presidente, dr. Veiga Beirão ; vice-presidente, Ferreira do Amaral ; secretários, dr. Alfredo da Cunha e José Pinheiro de Melo ; tesoureiro, Luís Eugénio Leitão ; vogais, Melo e Sousa, Marquês de Avila e Bolama, José Francisco da Silva e Magalhães Lima ; agregado, José Agostinho Pereira e Sousa, como representante da Comissão Académica de 1882.

A Sociedade de Geografia gentilmente cedeu uma sala, para as reuniões da comissão onde continuou a funcionar a que se lhe seguiu.

A subscrição foi declarada aberta a 6 de Maio de 1905. Os concorrentes foram em grande número, sobretudo nas classes populares, subscrivendo com quantias do mais ínfimo valor. Foi êste o character simpático, que imprimiu um cunho nacional à subscrição.

A pedido desta comissão, foi apresentada à Câmara dos Deputados, em 9 de Setembro de 1905, uma proposta de lei, autorizando o govêrno a mandar cunhar e fazer imitar moedas de prata de 1\$000 e 500 réis, com o toque e o peso legais, até à importância de 200 contos, especiais e comemorativas do Marquês de Pombal, sendo applicados os lucros desta amoedação aos fins da subscrição.

Em 28 de Março de 1924 foi nomeada uma nova comissão, sob a presidência do ministro do Interior de então, sr. Sá Cardoso, que ficou assim constituída :

Presidente, Sebastião de Magalhães Lima ; vice-presidente, general Ernesto Maria Vieira da Rocha ; tesoureiro, dr. José Maria de Padua ; secretários, José Pedro Moreira e dr. Custódio José Vieira ; vogais, José Pinheiro de Melo, José Agostinho Pereira e Sousa, dr. António Augusto Veiga e Sousa, dr. Carlos Lopes de Quadros, dr. Germano Lopes Martins, dr. Afonso de Melo Pinto Veloso, Luís Estêvão da Silva, Zacarias Gomes de Lima, tenente-coronel João Estêvão Águas, dr. Daniel Rodrigues, coronel Carrazedo de Sousa Caldas Viana de Andrade, capitão José Bernardo Ferreira, Artur Augusto da Costa, José Augusto Pereira Pimentel, Ernesto de Vasconcelos e Fernão Boto Machado.

Desta grande comissão saiu a actual Comissão Executiva para os trabalhos e que ficou assim composta: Dr. Magalhães Lima, José Pinheiro de Melo, dr. Oliveira Simões, José Pedro Moreira, dr. Veiga e Sousa, José Bernardo Ferreira, aos quais foram agregados posteriormente os senhores, dr. Custódio José Vieira, Alexandre Ferreira, Carlos Simões Torres, Carlos da Costa e capitão Felisberto Tavares.

Devemos esclarecer que, em 21 de Junho de 1918, na vigência do governo Sidónio Pais, foi la-

vrada uma escritura pública pelo notário Tavares de Carvalho, no ministério da Instrução Pública, adjudicando a execução do monumento aos autores da «Maquete» aprovada e classificada com o 1.º prémio, nas condições de um concurso previamente aberto, em 5 de Abril de 1913.

Pela escritura referida, comprometeu-se o Estado a contribuir com o bronze necessário ao monumento e com a pedra destinada às figuras laterais do mesmo, ficando a cargo da Câmara Municipal a construção das fundações, iniciadas já há 7 anos no alto da Avenida da Liberdade.

Para construção do grandioso e belo monumento, da autoria dos ilustres artistas portugueses, architecto Arnaldo Adães Bermudes, escultor Francisco dos Santos e architecto António do Couto Abreu, cuja «Maquete», na escala 1/10 pode admirar-se num pavilhão, junto ao monumento, e, áparte o que o Estado e a Câmara se obrigaram a dar, são necessários 3.131.126\$51, segundo o orçamento apresentado pelos artistas adjudicatários em 21 de Janeiro do ano corrente.

As condições financeiras do Estado não lhe permitiriam dispendir a elevada quantia, nem subscrições ou festas, já tão gastas a propósito de tudo, dariam coisa que se parecesse ao que é necessário, pelo que foi determinada uma emissão de sêlos pela lei n.º 1.708, de 24 de Dezembro de 1924, cujas características foram fixadas na portaria n.º 4.352, de 14 de Fevereiro de 1925.

A emissão dos selos, num total de 20.000.000, para circularem no continente, ilhas adjacentes e colónias, custou 558.000\$00, pagos à casa fornecedora Waterlow, quantia esta que quasi iguala o produto da venda dos selos em 1925.

São necessários 5 anos para ultimar os trabalhos da execução.

Não devemos consentir que estes parem sem que o monumento esteja acabado, e não pararão.

Imortalidade

Não se enganou a mocidade académica portuguesa, quando, reunida a 18 de Dezembro de 1871, proclamou o Marquês de Pombal um benemérito da Pátria. Em 44 anos, não se extinguiu o clamor dos que impõem a obrigação moral de lhe ser prestada uma homenagem pública.

Foi como que um plebiscito em que tomaram parte todas as classes sociais e, especialmente, o povo português. A imortalidade só se consegue pela consagração popular. Falamos, apontando factos e documentos que são irrespondíveis. A sua obra de reformador basta para o glorificar. Foi um verdadeiro precursor da nossa civilização, repetimos.

Reformas políticas e sociais

- Abolição da Escravatura em Portugal.
- Emancipação dos índios do Brasil.

- Expulsão dos jesuítas.
- Redução dos privilégios da nobreza.
- Nobilitação das classes trabalhadoras.
- Extinção das lutas religiosas.
- Revisão das leis da jurisprudência.
- Reorganização do Exército e da Armada.
- Reivindicação da soberania nacional.
- Oposição à invasão estrangeira.

Reformas económicas e administrativas

- Ressurgimento do comércio nacional.
- Criação e protecção de diversas industrias.
- Modernização e fomento agrícola.
- Nacionalização da marinha mercante.
- Restauração do crédito nacional.
- Valorização das colónias.
- Tratados de comércio.
- Rasgamento de vias de comunicação.
- Organização da fazenda pública.
- Reedificação de Lisboa.

Reformas de Instrução

- Criação de 800 escolas primárias gratuitas.
- Fundação da Escola de Comércio.
- Criação de escolas do ensino secundário profissional.
- Reforma do ensino universitário.
- Protecção às artes.

A glorificação do Marquês de Pombal é um estímulo e um acto de civismo de que devemos orgulhar-nos. E' uma resposta aos derrotistas que por aí enxameiam e nos deprimem no conceito nacional e estrangeiro. Sebastião José de Carvalho e Melo podia ter defeitos pessoais. Não há ninguém que os não tenha. Mas as suas virtudes sobrepujam as suas faltas.

Falamos com inteira imparcialidade e acima das paixões. O Marquês de Pombal contribuiu poderosamente para a implantação da liberdade em Portugal. A sua inciativa estendeu-se a todos os ramos da actividade pública. Não esqueceu mesmo as minúcias. Fez plantar amoreiras à beira das estradas, para desenvolver a industria da sêda. A cidade de Lisboa deve-lhe tudo, material e moralmente.

Não o assustava o perigo. Falando às grandes potências, falava de igual para igual. A própria D. Maria I, que o desterrou, manteve uma parte da sua administração. Compreende-se que o odiassem os que o temiam. Mas ninguém fez mais nem melhor. A sua obra não se apagará. Foi uma obra imortal.

Documentos Históricos

Proposta apresentada por José Pinheiro de Melo na Sociedade de Geografia em sessão de 1 de Abril de 1901

Senhores: Diz o n.º 12 do artigo 3.º do Estatuto, que a nossa sociedade realisa um dos seus fins: «Comemorando

ou promovendo e auxiliando a celebração e comemoração pública de acontecimentos ou de indivíduos que tenham honrado a Ciência e o País, e, em geral, concorrendo, por todos os meios consoantes com o seu caracter e com os seus fins, para estimular e fortalecer, na esfera das Leis, o sentimento e a tradição da solidariedade, da independência e do brio nacional». Tem ela cumprido honrosamente este preceito por uma forma que muito a enaltece, e são disso frisante testemunho os factos largamente registados e os documentos de toda a espécie consignados na sua história em caracteres de ouro e dessiminados pelo seu vasto edificio em obras de todo o género, que se recomendam pelo seu alto valor scientifico, histórico e artístico que as reveste, não menos que pela sua elevada significação tradicional, patriótica e civilisadora. É certo que a Sociedade de Geografia não esquece os vultos mais proeminentes que prestaram à pátria relevantes serviços, e que têm sabido aproveitar ensejos propícios para levantar o sentimento da gratidão nacional à memória de tantos e tão inclitos varões. Por isso não será descabida esta minha proposta, que tem por fim lembrar à assembleia o nome, que está desde há muito consagrado como pertencente a um dos mais preclaros filhos desta terra e dos mais sábios, enérgicos e patriotas estadistas, que têm honrado Portugal.

Refiro-me ao grande Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquez de Pombal. A sua história é de todos conhecida; a sua obra—os seus serviços—geralmente apreciados; a sua memória merecidamente honrada. Os festejos nacionais realizados em 1882 na comemoração do seu centenário foi talvez a manifestação mais brilhante para a exaltação do seu nome. Pois do programa que se organizou para essa manifestação falta um número a cumprir.

É o que se refere à erecção dum monumento na Rotunda da Avenida da Liberdade, onde foi solenemente lançada a pedra fundamental em 8 de Maio de 1882, com a assis-

tência de Suas Magestades El-Rei D. Luís, D. Fernando, a Rainha D. Maria Pia, o então príncipe herdeiro e nosso actual monarca El-Rei D. Carlos, Infante D. Augusto e D. Afonso, a Côrte, o Ministério, a Câmara Municipal, representantes de corporações, etc. Nessa ocasião todas as entidades e todos os indivíduos se associaram a êste pensamento, todos prometeram o seu concurso para a realização do projecto; não faltaram os altos poderes do Estado, nem mesmo o legislativo, como se vê dos decretos que junto em seguida por cópia. O concurso da Câmara Municipal de Lisboa foi também valioso, como não podia deixar de ser, porque muito o deveu a cidade ao Marquez.

Foi uma dívida de honra contraída com a memória do notável estadista, dívida que está por solver, dívida que o nosso brio de portugueses e de liberais há-de saldar garbosamente, porque é da nossa índole e tradições satisfazer êstes compromissos. Vão decorridos quasi desenove anos que esta obra se projectou. Não mais se cuidou nela, porque os trabalhos do seguimento da Avenida da Liberdade tiveram morosa execução e dificuldades no seu desenvolvimento. Isto motivou o esquecimento, quasi abandono em que se encontra o projecto do monumento. Daqui resulta que por vezes se attribuisse a más vontades o que em parte é devido a circunstâncias superiores e naturais; suspeição que aliás se não deve estranhar, da lembrança histórica do muito que em vida foi contrariado o ministro de El-Rei D. José, e do quanto depois de morto se fez para amesquinhar o valor dos seus serviços, escurecer o merecimento da sua obra e furtar à evidência a grandeza da sua memória. Porquanto, dado mesmo o caso de que essas más vontades existissem, nenhuma dúvida se oferece em afirmar que elas seriam suplantadas pelas boas intenções, pelos sentimentos nobres e generosos, que se não detêm perante mesquinhos despeitos, que encaram o futuro à luz radiante do progresso da sciência, que há-de rasgar novos orisontes na vida dos povos e na evolução das ideias, como os rasgou a potentíssima von-

tade do grande Marquez de Pombal nos costumes e na virilidade amortecida dum país de bravos que se humilhava então servilmente às imposições exploradoras dum fanatismo condenável. Não se dirá, portanto, que vingaram as diligências de ocultos manejos para se estorvar a realização do magnífico projecto.—Não, porque o não consentiremos todos nós, com a nossa vontade, com o nosso esforço e com o nosso trabalho; com este trabalho que nobilita, que produz e que vence. Em presença dos factos que ficam indicados, isto é: Que o nosso Estatuto justifica plenamente o pensamento que exponho; Que o monumento ao Marquez de Pombal foi determinado por uma lei aprovada no parlamento; Que por decreto real se nomeou uma comissão incumbida de promover uma subscrição pública para se levar a efeito a construção do referido monumento; Tenho a honra de vos apresentar a seguinte *Proposta*: Que a Sociedade de Geografia, por intermédio do seu corpo dirigente, assuma a iniciativa, de acôrdo com os poderes públicos, de promover a reorganisação da Comissão nomeada por decreto de 1882, a fim de dar cumprimento à sua missão de erigir um monumento consagrado à memória do Marquês de Pombal, na Rotunda da Avenida da Liberdade, conforme o preceituado na carta de lei de 27 do mesmo mês.

Em sessão de 1 de Abril de 1901, (aa) *José Pinheiro de Melo, Anselmo de Sousa, João Antunes Batista, Fortunato Paulo Ferreira Neves, Manuel António Simões, António Afonso Pala, Eduardo de Noronha, José António Simões Junior, Avelino L. Cardoso, João Carlos Alberto da Costa Gomes, Leandro de Melo, Luís Godinho, José O. de Oliveira, Cesar da Silva, Domingos Luís Coelho da Silva, António Victor de Sousa Peres Murinelo.*

NA SERRA DA ESTRELA

Um congresso típico original

Em Agosto de 1918, fui convidado pelo meu satidosíssimo amigo, Pedro Boto Machado, para assistir a um congresso na Serra da Estrêla. Nada podia ser para mim mais cativante. Na minha primeira excursão fiquei encantado com o que vi. Seduziu-me aquela natureza, e abriguei no meu espírito o pensamento fixo de voltar. Ia pois satisfazer o meu desejo. Revêr a Serra, percorrê-la, admirá-la, constituía para mim um dos maiores prazeres que me foi dado em vida.

Com Guerra Maio e Oldemiro Cesar parti para Gouveia, onde me esperava uma hospitalidade principesca de Pedro Boto Machado, no seu elegante *Chalet América*. Ali permanecemos uma noite, seguindo no dia imediato de manhã para o observatório da Serra com paragem em casa do admirável serrano Pedro Ramos Paiva para tomar uma refeição. Êste nosso dileto amigo veio engrossar a caravana. O congresso realizou-se em pleno campo, onde havia barracas armadas, como se fôsem restaurantes improvisados. Tudo se conjugava para dar relêvo àquele acontecimento: a assistência era numerosa e seleta; a sedução do lugar em que tínhamos assentado os nossos arraiais, o objectivo que tínhamos em vista e o resultado que esperávamos tirar daquela originalíssima reunião. Presi-

diu, com singular mestria o sr. dr. Albino da Cruz Filipe, servindo de secretários Victor Marques da Fonseca e António Ribeiro do Amaral. Num pequeno discurso que então preferi e que abaixo reproduzo, resumo a impressão da minha alma alvoraçada.

Foram as seguintes as minhas palavras, ao mesmo tempo de admiração e de extase. «Senhoras e Senhores!—Tenho assistido, por êsses mundos fora, a muitos congressos, scientificos, literários, artísticos e até me recordo que no congresso pacifista, que se realizou em Gênebra, encontrei o grande amigo da Serra, aqui presente, Ramos de Paiva. Mas nenhuma dessas assembleias logrou encantar-me e enternecer-me tanto como esta. Porquê, perguntarão? Pela beleza excepcional do cenário? Pelos assuntos que se vão tratar? Por tudo isso, sem dúvida, e, ainda porque sou um panteísta, e, como tal um otimista. Amo a natureza como mãe fecunda e pródiga, amo o mar, a montanha e a floresta, os seus três principais aspectos. Amo as flôres, as árvores que nos dão o fruto e a sombra, os troncos benditos e sagrados dos druidas; amo as fontes, no seu eterno murmúrio cristalino, e as aves debruçando-se nas ramadas. Eu creio: Creio na ciência; creio no trabalho; creio na arte; creio no progresso da minha pátria e nos destinos da minha raça. Eis o motivo do meu arrebatamento. Em trabalhos desta ordem, nunca indago se somos muitos ou poucos.

E aqui respondo ao meu bravo amigo, Guerra

Maio. O essencial é estarmos ligados, unidos, identificados, fundidos pelos mesmos pensamentos, pelo mesmo sentimento e pela mesma vontade: o pensamento de bem fazer; o sentimento do dever cumprido e do dever a cumprir e a vontade, firme e indomável, de vencer, quaisquer que sejam os obstáculos que se oponham à nossa marcha. O famoso poeta o disse: «Se formos mil, eu serei um dos mil; se formos cem, serei um dos cem; se não houver senão dez, serei um dos dez; e se não houver senão um, serei êsse único.» Acima da aristocracia do sangue, acima da aristocracia do dinheiro, acima da aristocracia do talento, há a aristocracia da vontade. É essa a verdadeira aristocracia. Só vence quem tem vontade e sabe fazer uso dela.

Em meu nome, e como presidente do conselho de turismo, em nome, e como presidente da Sociedade *Propaganda de Portugal*, trago-vos a cooperação sincera e leal destas duas prestantes colectividades. Saúdo o presidente dêste congresso, que, sendo um simples secretário, aqui foi elevado à presidência, honra esta na verdade bem merecida, por quanto o dr. Albino da Cruz Filipe, é um dos que mais se têm evidenciado nos trabalhos a favor do futuro brilhante da Serra; saúdo os congressistas, as damas gentilíssimas que tanto contribuem, com a sua presença para o brilho desta reunião, os representantes do trabalho e todos os presentes a quem, envolvendo num abraço fraternal, exprimo o

meu desejo veemente de que se faça uma obra comum, aclamando reconhecido a benemérita Sociedade de *Propaganda da Serra*, que deve sentir-se jubilosa em constatar o afan com que indivíduos de diversas regiões acudiram ao seu chamamento. E' um triunfo para o país, porque, sem o parecer, êste congresso pode bem considerar-se um acontecimento nacional. Especialmente me aprás dirigir os meus emboras ao digno Presidente da Direcção da Sociedade, Pedro Boto Machado, um raro entre os raros, quási poderíamos dizer, único, a quem Gouveia tanto deve e que na América rivalisaria com os Carnegie e os Rockefeller, e aos seus infatigáveis e dedicadíssimos colaboradores, Lino Coelho, Ramos de Paiva, Martins Ribeiro e Albino Filipe, A. Leal, ainda que, não sendo membro da Direcção, se pode todavia considerar como tal.

Meus senhores: Fala-vos um homem que conhece a montanha, um homem que visitou os Alpes, com as suas neves eternas, que subiu ao Righi-Kulm, com a sua vegetação luxuriante, em profundo contraste com o Pilate escaldado e nú; um homem que percorreu os Pirineus, com o seu adorável *Pic du Midi* e peregrinou pela Escócia, através o verde negro da sua eterna primavera. E não vos fala, como a autoridade que a vós pertence, mas como um esteta a quem a Serra da Estrêla seduziu e magnetizou. Não basta ser amigo da Serra: E' mister amá-la, pensar nela, como se pode amar uma mulher idolatrada. E nesta paixão vos demons-

tro o meu incondicional concurso. Duas coisas apenas lamento: é o abandono, por parte dos poderes públicos, dêste riquíssimo filão, e o não ter eu descoberto mais cedo o meu adorável paraíso em que o corpo se refaz e o espírito se retempera, como se tivesse emergido dum banho de luz.

Os veteranos, quando relatam seus feitos, referem-se sempre ao dia de hontem, ao passado que procuram fazer reviver. Recordar, neste caso é ressuscitar. Eu, apesar de veterano, olho para o futuro com a mesma fé com que os Reis Magos fixaram a estrêla de alva e olharam para a terra da promessa, porque é para o amanhã da nossa pátria que trabalhamos, para um Portugal novo e remoçado.

O passado é uma sombra longínqua e as sombras também são interessantes. Mas os encantos que o futuro nos reserva são ainda maiores, mais íntimos e mais nobres. Sou, certamente, um dos portugueses mais viajados. Nos países que visitei por mais atraentes e por maior que fôsse a minha admiração pela sua cultura e pelos seus progressos morais e materiais, nem um instante sequer esqueci a minha terra. E nos meus sonhos de idealista incorrigível, entrevia-a, tão grande e tão respeitada, como aquelas que percorrêra. Quantas coisas temos que os outros não possuem!

Ao nosso patriotismo impõe-se a tarefa de as utilisarmos e valorisarmos. Eu ponho todas as minhas esperanças e toda a minha confiança na ini-

ciativa individual e na iniciativa regional. E' da conjugação dêstes dois factores que há-de resultar o Portugal económico. Regionalismo e patriotismo são sinónimos. Temos vivido demasiadamente nas arcadas do Terreiro de Paço e carecemos de viver no país, averiguando das suas necessidades, e para o país por uma compreensão nítida do que nos cumpre fazer. E só pelo regionalismo poderemos atingir a desejada nacionalisação da nossa vida social.

O problema da Serra da Estrela apresenta-se-nos, sob diversos aspectos: O aspecto turístico, o aspecto económico, o aspecto botânico, o aspecto hidrográfico, o aspecto climatérico, etc. Sob o ponto de vista do turismo, o alpinismo tornar-se-há uma fonte de atracção para o estrangeiro. Proposeram os srs. António Amaral Côrte Real e Hipólito Raposo a criação de um monumento a Viriato, o herói da independência luzitana. E' o culto da pátria. O sr. Faure propôs, por sua vez, que se prestasse uma carinhosa homenagem a Emídio Navarro, com um medalhão em bronze. Cabe-me a mim o infinito prazer de propôr que se perpetue de qualquer modo a memória do ilustre homem de ciência, o dr. Sousa Martins, que foi um dos principais propagandistas da construção de senatórios para tuberculosos. Ainda não há muitos dias que um outro notável homem de ciência, o dr. Júlio Augusto Henriques, percorreu a serra a pé, apesar dos seus oitenta anos, numa missão botânica. Pelo que diz respeito à hidrografia, bastará dizer que a Câmara

Municipal de Coimbra fechou o seu contrato com a Empresa Elétrica da Serra, para aproveitamento das águas da Lagôa Comprida, como energia elétrica destinada a iluminar a linda cidade do Mondego. Não é só a beleza heroica da Serra que me seduz: é também a sua riqueza económica que seria criminoso não aproveitar. Qualquer que seja o ponto de vista pelo qual encaremos a *Serra*, é imenso o campo de acção que se abre diante de nós. Numa visão patriótica, entrevejo a linda região, cortada da linha férrea em todas as direcções, povoada de hotéis confortáveis e regada pelo ouro estrangeiro. E' como um sonho, que não o será, certamente, se soubermos preparar-nos para a paz.

Vejam que faz o inimigo. Apesar do ardor consumido nos campos de batalha, não descuro o seu futuro turístico, o que tanto monta dizer o seu futuro económico. A vitória dos aliados de que resultará a vitória da democracia, impõe-nos deveres, que podemos chamar de honra. Á nossa participação na guerra que constitue a mais bela página portuguesa, correspondem deveres sagrados. Faço votos por que a Sociedade de *Propaganda da Serra*, essa destemida ala de namorados, se transforme a breve trecho, em formidável legião. Pelo meu lado considero-me, desde hoje, com praça assente, no intrépido batalhão. Resta-me apenas fazer a continência de estilo e pôr-me em marcha para a realização do ideal sonhado.

Concluindo o seu maravilhoso discurso, refere o relatório, que bastantes vezes foi interrompido com calorosos aplausos da assembleia, o insigne orador anuncia que a Sociedade *Propaganda de Portugal* vai proceder à execução de uma larga tiragem do livro de Emídio Navarro—«Quatro dias na Serra da Estrêla», tencionando êle, orador, escrever algumas palavras no prefácio do referido livro, e que o Conselho de Turismo vai também confeccionar e oferecer à Sociedade um cartás anunciador das belezas desta Serra, afim de iniciar uma intensa propaganda no país e no estrangeiro. Saúdo ainda o representante do jornal *O Século*, sr. Oldemiro Cesar, homem trabalhador, como poucos, e que quando escreve lança pérolas ao país, rematando por reconhecer que é ali, naquela região, que vibra com a máxima intensidade a alma da Lusitânia, e acha de justiça que no ponto mais alto da Serra seja erigido um grande monumento à *Lusitânia*.

Falaram depois, o malogrado Pedro Boto Machado, como presidente da Comissão Executiva da Sociedade da *Propaganda da Serra*, um raro entre os raros, e como representante da Câmara Municipal de Ceia, ocupando-se dum caminho de ferro de ligação entre Louzã-Gouveia que, para êle, orador, será a grande e a poderosa alavanca do progresso e do engrandecimento mais alto, não só da Serra, mas também dos Concelhos que lhe ficam mais próximos; Ramos Paiva, como um apaixonado da Serra, adepto fervoroso da montanha, onde en-

controu a alegria e a saúde—era um doente, um neurastênico, mas os vales da Serra, as suas veigas e os seus rochedos têm-no curado; Oldemiro Cesar, como representante de *O Século*, que agradece em nome do grande jornal as referências que lhe foram dirigidas, fazendo ardentes votos pelo desenvolvimento máximo da Serra, saudando os congressistas e as senhoras ali presentes; o presidente dr. Cruz Filipe que particularmente se dirige em palavras de grande affecto aos queridos consócios Lino Coelho, Martins Ribeiro Saraiva aos quais a *Propaganda da Serra* tanto deve, fazendo uma referência grata ao infatigável Guerra Maio.

Discute-se qual o ponto onde deve ser instalado o Hotel da Sociedade, que depois de larga discussão se resolveu fôsse construído nos Bairros Vermelhos. Guerra Maio, nas suas interessantes observações, revelou a competência de um verdadeiro engenheiro que parece ter sido realmente a sua vocação.

Enfim, o congresso, realizado em 25 de Agosto de 1918, no Observatório da Serra da Estrêla, foi uma manifestação panteísta e técnica, de grande alcance para o turismo do nosso país. Dessa admirável reunião ficou-me a impressão do Monte Sinai, onde faltou Moisés, mas onde apareceram, numa doce confraternisação, adoráveis artistas, sem se aperceberem que o eram.



Fiz a minha primeira ascensão à Serra da Estrêla por convite do meu malogrado amigo, Pedro Boto Machado, tendo, como companheiros, o dr. José de Ataíde e Artur Tavares de Melo. Ainda recordo a formidável trovoadas que nos surpreendeu no *Cântaro Magro*, à semelhança do que me aconteceu no *Monte Branco*, em 1878. A trovoadas, seguida de chuva torrencial, é um dos aspectos da Serra.

Para a conhecer e apreciar é preciso passar por essa prova.

A segunda excursão fi-la, estando em Gouveia, a gosar a magnanima hospitalidade de Lino Coelho. Acompanhei o *Grupo Desportivo «Os Serranos»*, do Porto, composto de rapazes alegres, com a ânsia de viver para a natureza e pela natureza. Associou-se a êste regalo, Ramos Paiva, o veterano da *Serra*.

A minha principal preocupação era prestar homenagem à memória do *maior heroi da Península Ibérica*, na patriótica frase do dr. Andrade Saraiva, uma das mais belas mentalidades que conheço no meu país. Á sua preciosa colaboração recorri para sintetisar a acção do famoso heroi que se chamou

VIRIATO

A tirania de Roma ía avançando, primeiro len-

tamente, depois numa propaganda inquietante, especialmente após a derrota de Cartago. Depois das cidades do Lácio chegou a vez ao resto da Itália, a seguir à Sicília, ao Egito, à Grécia, a Cartago, até que as legiões romanas se introduziram na Ibéria a pretexto de a libertarem dos cartagineses.

Tudo servia para a voracidade e fúria dominadora dos romanos.

Como dizia o herói britânico Galgacus, segundo a narrativa do grande historiador Tacito, os romanos eram inimigos de qualquer povo, e viam com um olhar igualmente rapace os tesouros e a pobreza.

«Se era rico, despertava a sua avareza. Era pobre? também lhes servia, porque eram ambiciosos.

«Despojar, degolar e assolar era, na sua falsa linguagem, o que se chamava governar; e diziam que um país estava pacificado quando o transformavam num deserto».

Após a riqueza dos turdetanos, a pobreza dos lusitanos era um aperitivo para êstes insaciáveis conquistadores.

Roma, porém, conseguira dominar mais pelos processos traiçoeiros e maquiavélicos do que pelo heroísmo das suas legiões.

Para deter o passo aos invasores, surge neste conjuntamento anónimo das camadas populares, um pastor e caçador, homem de extraordinárias qualidades, que juntava ao génio militar de Aníbal o heroísmo e a abnegação de um espartano.

Viriato não teve historiadores da sua pátria que exaltassem as suas façanhas; mas elas foram de tal ordem que os próprios historiadores romanos manifestaram a sua admiração.

A forma como conseguiu escapar com alguns companheiros ao morticínio ordenado pelo pretor Sérgio Galba, servindo-se das armas que arrancou aos próprios soldados romanos; a tática arrojada e hábil que empregou para romper o cêrco em que os lusitanos estavam envolvidos perto da cidade de Tribola e como conseguiu em seguida atrair os romanos a uma planície alagadiça onde os destrôçou completamente; a maneira como após uma batalha indecisa, indo por atalhos, conseguiu ocupar o próprio acampamento dos romanos próximo da cidade de Ituca; a forma como conseguiu entrar na cidade Crisana, sem que os romanos sitiantes dessem por isso, derrotando-os e obrigando-os a recuar para um despenhadeiro onde tiveram de aceitar todas as condições que Viriato lhes impôs para escaparem à morte, são feitos militares inexcedíveis.

É preciso notar que os lusitanos lutaram sempre contra forças muito mais numerosas, e, não obstante, os romanos só descobriram um meio de se livrarem de Viriato, — mandar assassiná-lo à traição e por dinheiro.

O passado não nos legou estátua ou desenho pelos quais possamos conhecer os traços físicos de Viriato.

Sabemos apenas, quanto ao seu físico, que era considerado o homem mais forte e ágil do seu país; que era extraordinariamente sóbrio e estava acostumado desde a infância aos mais duros exercícios.

A sua figura moral aparece-nos melhor delineada do que os seus traços físicos, nos escritores antigos, nomeadamente em Diodoro e Apedano.

Viriato, criado nos amplos horisontes das rudes montanhas, era um homem altivo, natural e são, que tinha o culto da independência, da coragem e da sua pátria; sóbrio, simples e desinteressado, tinha o mais profundo desprezo pela ganância e pelas riquezas; era o primeiro a afrontar os perigos e o último nas distribuições; disciplinador e disciplinado, administrava a justiça e distribuía os despojos com a maior rectidão e nunca faltava à sua palavra e tratados; de visão rápida e decisão fulminante, astucioso e conhecedor dos caminhos e recantos da Lusitânia, nada conseguiram contra-ê-lo os romanos, a não ser pelo assassinato traiçoeiro.

São êstes os principais traços morais que os historiadores greco-latinos atribuem ao herói lusitano.

Se quisermos imitar a conduta e character de Viriato, teremos de pensar e fazer, em quási tudo, o contrário do que faz e pensa vulgarmente a sociedade lusitana do nosso tempo.

Só encontramos algo da sua psicologia e educação nos princípios do escotismo moderno.

«Estar sempre pronto»; «a vida ao ar livre e na montanha»; «não faltar à sua palavra»; «ser recto e o primeiro a afrontar os perigos»; «amar e defender a pátria e a liberdade acima de tudo»: tais eram as principais divisas de Viriato, no que é modestamente seguido pelos escoteiros da actualidade.

Nenhum dos caudilhos e herois que lutaram contra os romanos ultrapassou o herói lusitano, que não deve a sua grandesa a quaisquer prerogativas de família, mas unicamente ao seu heroísmo e qualidades pessoais.

Ele lutou com vantagem, durante oito anos, contra o mais poderoso inimigo que têm tido os povos peninsulares; e, como diz Lúcio Floro, teria expulso os romanos da península e fundado a nacionalidade ibérica, se o não tivessem assassinado à traição.

E agora que aparecem meglomanos insensatos que falam em reconstituir o antigo Império Romano e reivindicar a sua odiosa e pesada herança, é preciso evocar a memória de Viriato, de Aníbal Piro, Mitridates, Vercingetorix, Jugurta, Bar Cocheba, Galgacus e todos aqueles que à frente dos antigos povos—cartagineses, gregos, lusitanos, gauleses, germanos, mauritanos, judeus e britânicos—procuraram resistir até à última à tirania dos romanos.

OS JARRÕES

Conversando há dias, com o grande português e honrado republicano, dr. António José d'Almeida, e perguntando-lhe se acreditava na intervenção da massa popular, como noutros tempos, disse-me êle que nós éramos considerados jarrões e que se impunha o aparecimento de um homem novo e com o poder bastante de sugestão para arrastar o povo.

Em primeiro lugar, devo dizer que os jarrões dos museus não constituem factores depreciativos. Ao contrário marcam muitas vezes uma época e determinam uma fase.

Aceito o epíteto com resignação, desde que haja continuadores para a nossa obra, que, presentemente, não poderia repetir-se, convenho, dada a feição económica que reveste a política moderna.

Está hoje em moda condenar a grande Revolução Francesa, considerando-a nefasta. O *snobismo* vai até ao ponto de apodar Jean Jacques Rousseau, o pai espiritual do famoso movimento, de criminoso e de chamar imbecil a Victor Hugo.

Para esclarecimento, bastará dizer que o primeiro dêstes dois celebrados e autênticos génios encheu o século XVIII com a sua fama e o segundo o século XIX, estando para mais provado pela crítica moderna que o próprio Emílio Zola foi um glorioso continuador de Victor Hugo.

Os jarrões, nem são inúteis nem são fósseis, embora decorativos: representam a tradição, o exem-

plo e o ensinamento. O que é preciso é que a doutrina, adaptada à época, seja continuada e seguida, com a mesma coerência e a mesma dignidade. Não devemos esquecer que os touros de morte, a cocaína dos clubs, o box, o futebol, o atletismo absorvem por completo as aspirações da multidão: A reforma dos costumes só poderá fazer-se, tendo em vista a lição dos jarrões. Perante o ideal, não há velhos nem novos: há crentes, devorados pelo mesmo fogo sagrado. Se êsses são os jarrões, bem-digamol-os, e conservemol-os respeitosamente, no próprio interesse da renovação social.

bibRIA

O ANONIMATO HEROICO

Nunca o ouropel me deslumbrou, assim como os homens nunca lograram seduzir-me ou escravizar-me.

Por isso nunca fui enganado, no ponto de vista dos meus princípios que mantenho integralmente através as ambições, a ganância e *as porcarias dos homens*.

Conta-se que Mossulini se fez ditador depois da leitura do famoso livro de Maquiavel — *O Príncipe* — que é mais um libelo contra a vaidade dos homens do que outra coisa. Creio, é certo, na acção das ideias, mas descreio da acção dos homens, especializando os homens políticos que frequentemente trãem a própria obra. Confio, sim, nas virtudes do povo, no seu instinto, na sua sinceridade.

O que há de grande, moralmente, na terra, não provém de celebridades, mais ou menos festejadas: provém da *massa anónima*. É aí que está o heroísmo. Não poderei citar nomes. Mas o que tenho a narrar e que deixarei escrito, como uma página brilhante da história, excede em altruismo, em dedicação, em espírito de sacrifício tudo o que poderia imaginar-se.

Um humilde funcionário bate-se pela sua causa. Não ostenta títulos nem condecorações. E' um desconhecido, mas é um herói. Perde o seu logar, mas não perde a sua fé. Falta-lhe o pão, os filhos choram, o lar torna-se deserto, e êle mantém-se, se-

reno e firme perante a adversidade. Nem maldiz o seu destino, nem se submete, nem se vende.

Um simples operário que ganha o suficiente para não morrer de fome, sabe que o camarada se encontra preso, em risco de ser deportado. Não lhe consente o ânimo que se acobarde: agita-se, reclama, protesta e gasta o seu último centavo para salvar o seu companheiro.

Uma pobre mãe tem um filho perseguido pelas autoridades. Não descança um minuto a infeliz martir: vende, empenha o último *tareco*, para acudir ao filho.

Aqui está o que eu chamo o *anonimato heroico*. Do que se tem passado, possuo documentos preciosos que exaltam os feitos dos *pequenos e desconhecidos*, em contraste com as vilanias dos *grandes e conhecidos*. Dêles não fala a imprensa, mas falarei eu. E essa página, que ficará, será certamente a melhor da minha vida, como um verdadeiro canto do cisne.

Mais do que o grito de Camilo Desmoulins valeu o esforço dos descalços e dos esfarrapados do faubourg de Santo António aos quais se deveu o êxito da tomada da Bastilha.

NOTAS COMPLEMENTARES

bibRIA

bibRIA

OS MEUS 77 ANOS

O rei David, que era um sábio e que teve um filho ainda mais sábio, que se chamou Salomão, dizia que o limite da vida eram os 70 anos e que, depois disso, se era vivo honorário. E' a minha situação. Por isso me lisongeou a homenagem que me foi prestada pelos meus amigos no ano corrente. Reproduzo o relato do *Diário de Notícias*, não por vaidade, mas como documento para a minha biografia:

O 77.º ANIVERSÁRIO

DO

DR. MAGALHÃES LIMA

O venerando democrata foi ontem
alvo de manifestações de apreço
e consideração

Por motivo da passagem do seu 77.º aniversário natalício, o sr. dr. Magalhães Lima teve ontem uma bela demonstração do justo apreço em que é tido por todos os republicanos. Pela sua casa desfilarão inúmeras pessoas de todas as categorias sociais, que lhe foram levar o seu abraço de amizade e carinho.

Logo de manhã, recebeu das crianças da escola do centro republicano que tem o seu nome ilustre um lindo ramo de cravos.

Às 3 horas da tarde, o grupo de seus amigos e admiradores que lhe ofertara o seu retrato feito pelo grande pintor Malhõa e que o *Diário de Notícias* ha dias publicou, reuniram-se no gabinete de trabalho do velho jornalista e pelo sr. Tavares de Melo foi lida a seguinte mensagem:

«Um grupo de companheiros e vossos afeiçoados, aproveita hoje a celebração do 77.º anniversario natalicio para, por este meio, vos significar a sua mais carinhosa felicitação pelo successo, aliás bem justificado e legitimo, que obteve o ultimo volume, «Episodios da minha vida», que constitui uma pagina brilhante do ideal republicano, de que tendes sido um fervoroso apostolo, como uma das mais belas figuras da Democracia europeia, e que ficará como uma lição e um exemplo, que a todos interessa e aproveitará.

Os vossos amigos, numa manifestação muito intima e muito fraterna, pedem licença para vos confiar, como recordação deste dia, um admiravel retrato feito pelo grande mestre José Malhóa; e fazem votos ardentes para que a continuação do vosso trabalho, «Viagens, Homens e Factos», que sabem estar já no prélo, tenha um exito identico ao do 1.º volume, no interesse da Patria e da Republica.

Com isso se congratulam vivamente e abraçam com effusão e enternecimento, o grande homem de bem, que pelo seu esforço intellectual, tem sabido impor-se e ser uma poderosa individualidade, dentro e fora do nosso país, e deixando sempre vestigios, por onde passa, da sua formidavel estrutura moral.»

Esta mensagem era assinada pelas seguintes pessoas:

Antonio Marques, Artur Baptista Nunes da Mota, Artur Tavares de Melo, Carlos Trilho, dr. Coelho de Carvalho, Cruz Magalhães, Eduardo Barbosa, dr. Germano Martins, Homem Belino, João Antunes Baptista, dr. João de Deus Ramos, João de Freitas Ribeiro, João Pagani, capitão José Bernardo Ferreira, José Pinheiro de Melo, M. Botelho de Sousa, dr. Oliveira Simões, Pedro Ramos de Paiva, Pinto Quartin, D. Ramon de la Féria e dr. Xavier da Silva.

Terminada a leitura, o sr. dr. Magalhães Lima com a voz embargada pela comoção, pronunciou as seguintes palavras de agradecimento:

«Conta-se que o grande escultor italiano Miguel Angelo ao retocar a sua ultima escultura, exclamara: «Anchio sono

artista!», ainda sou artista!, e que o grande Victor Hugo, aos 76 anos, exclamara também: «Começo agora a viver!».

Ora eu não começo a viver, mas vivo com a mesma fé de sempre, com o mesmo espirito patriótico, a mesma segurança de melhores dias.

Não ha velhice!—afirma com certo entusiasmo.

Só envelhecem os que não têm crença e os que não sentem um ideal superior.

Eis o motivo porque me comoveu esta manifestação e porque a agradeço enternecidamente, com um abraço a cada um dos presentes, fazendo votos por que todos mantenham a mesma fé e o mesmo entusiasmo de uma grande beleza moral.

* * *

Saavedra Machado, o delicadíssimo artista de admiravel subtilisa, quiz também associar-se ao júbilo dos meus amigos, dedicando-me carinhosamente o delicioso retrato que em seguida reproduzimos, com os mais calorosos agradecimentos.

CONGRESSO DA U. I. DAS ASSOCIAÇÕES DE IMPRENSA

A patriótica missão do sr. dr. Magalhães Lima

O ilustre democrata confia-nos as suas impressões da reunião de Londres, em que não foi esquecido o nome de Portugal

(Do *Diário de Notícias*)

Regressou ha dias de Londres, como noticiamos, o antigo jornalista e venerando democrata sr. dr. Magalhães Lima, que ali fôra tomar parte no Congresso da União Internacional das Associações da Imprensa.

Quisêmos colher as impressões da sua viagem.

—Veio satisfeito do Congresso de Londres?

—«Como português, não podia aspirar a tanto, nem a mais nem a melhor. Os congressos da «União Internacional das Associações de Imprensa» têm trinta e dois anos de existência. Eu assisti ao primeiro, que se realison em Anvers, tendo sido eleito vice-presidente, ao lado de Hebrard, o antigo director do *Temps*. Veio a guerra que nos obrigou a uma interrupção momentanea. Mas o *Bureau* nunca deixou de funcionar, graças á dedicação, á perseverança e á fé do seu secretário geral, Victor Taunay, ha pouco falecido. O que ele não obteve em vida, conseguiu Paul Cassagnac, por ele indicado, nos seus ultimos momentos para o substituir. A força das circunstancias e o desejo de não deixar morrer esta bela obra profissional, levaram-me á presidencia. Na primeira reunião do *Bureau*, realizada em Londres, fiz ver que vivia num país afastado, além da minha idade que não permitia repetidas viagens, e que se tornava indispensável a minha substituição. Os 23 países, ali representados, resolveram, por unanimidade, que nem sequer se discutisse o meu alvitre. Confesso que esta verdadeira consagração me lisongeou extremamente, na minha qualidade de português. O meu unico fim era efectivamente honrar o nome português.»

—«E foi sómente esse objectivo que o levou a Londres?»

—«Fui a Inglaterra unica e exclusivamente para presidir ao Congresso que durou dez dias. Passei por Paris rapidamente, sem tempo para procurar quem quer que fôsse, assistindo apenas a um almoço que me ofereceu em sua casa Paul de Cassagnac, em que tomaram parte Tavares de Melo, Paulo Osorio, Gaspar Baltar e a dedicada secretaria do Congresso, Mademoiselle Lucie Leleu. Se aceitei o convite, da presidencia do Congresso foi na convicção de prestar um serviço ao meu país, como julgo ter prestado, sem qualquer intuito politico ou intenção equivocada. E, tendo

procedido assim, fiquei satisfeitíssimo com a minha propria consciencia.

—Quais foram os factos que mais salientaram a sua acção?

—Começarei pelo banquete do governo que teve lugar no Savoy-Hotel.

Ali acentuei quanto me era pessoalmente agradável presidir a um Congresso em Inglaterra, a nossa aliada secular; ali me referi á «Sociedade das Nações» em termos que me mereceram gerais aplausos.—O sub-secretario dos negocios estrangeiros que presidiu, perguntou-me se eu permitia que ele annunciasse á assembleia que eu tinha 77 anos de idade e que havia praticado um acto de mocidade, vindo expressamente de Lisboa a Londres para presidir ao Congresso. Esta delicada prevenção valeu-me uma ovação.

Seguiu-se a recepção e o banquete de Lord Maior no dia immediato em Guildhall com o cerimonial do costume. Lord Maior, acompanhado pelo seu cortejo habitual, sentou-me á sua direita e perguntou-me como me tinha feito jornalista. A essa curiosidade respondi, enumerando os escritores ingleses, como Shakespeare e Lord Byron, que tinham despertado a minha imaginação, nos primeiros anos da minha vida. Além de muitos passeios a Birmingham, a segunda cidade da Inglaterra, a Bournemouth, a deliciosa praia, e algumas fabricas, para verificarmos os progressos da industria inglesa, tive o singular prazer de almoçar no *Times*, tendo á minha direita o sr. Astor, director do grande jornal londrino, que saudei, como uma verdadeira instituição, e á esquerda o sr. O'Connor, decano muito respeitado dos jornalistas ingleses. Paulo de Cassagnac e representantes de 23 países.

O ultimo dia foi consagrado ao banquete e baile, oferecido pelos proprietarios dos jornais de Londres. Foi uma festa deslumbrante. Colocado á direita do sr. Burnham, director do *Daily-Telegraf*, foi-me dado o ensejo de fazer a historia da obra da «União Internacional das Associações

da Imprensa», que, graças á iniciativa de Paulo de Cassagnac, tinha feito uma evolução progressiva, tendo mencionado reconhecidamente os serviços prestados por Leon Gaster, da «Bristish Association» e de Mademoiselle Leleu, secretaria do *Bureau Internacional*.

Termino, renovando os meus agradecimentos ao concurso da imprensa inglesa que tanto contribuiu para o exito do Congresso, aos que na minha pessoa celebraram a minha patria, e ainda á solicitude carinhosa e fraterna do meu velho e querido amigo, Artur Tavares de Melo, meu companheiro de viagem.

Por convite do nosso admiravel confrade Ribera y Rovira o Congresso de 1929 realizar-se-á em Barcelona, com uma visita obrigada a Sevilha e o de 1930, data em que a Belgica celebra a sua independencia, em Bruxelas, e ainda para comemorar o 35.º anniversario da existencia da «União Internacional» que prepara para a imprensa mundial uma obra decisiva.

TEÓFILO BRAGA

A' hora em que termino êste segundo volume e em que preparo o terceiro, realisa-se, no Jardim da Estrela, a inauguração do monumento de Teófilo Braga. Nada me podia ser mais agradável do que fechar esta obra, com o discurso que ali pronunciei e com um sincero agradecimento ao povo que tão espontaneamente me aclamou:

«Em meu nome e como presidente da Comissão Oficial Teófilo Braga, cumpro, ao mesmo tempo, um dever e uma devoção, muito gratos ao meu espírito, celebrando, aclamando e glorificando o famoso triunfador que se chamou Teófilo Braga. São triunfadores todos os que, pelo seu esforço, pelos seus méritos, pelas suas virtudes, logram abrir caminho na vida, e vencer. São estes os verdadeiros heróis da democracia moderna.

Esta manifestação, tão justa e imponente, a que o génio de Teixeira Lopes emprestou o seu raro fulgor, reveste um caracter *profunda e eminentemente Nacional*, como foi Nacional a homenagem prestada a Alexandre Herculano, como há-de ser Nacional o preito a prestar, neste mesmo jardim, a Antero de Quental, acima de todas as opiniões, de todos os partidos, de todas as paixões, de todas as crenças.

Numa visão branca, entre vejo, através da multidão que acorreu ao nosso chamamento, fundida no mesmo sentimento, na mesma vontade e no mesmo dever o anseio de uma paz espiritual, sem a qual não pode haver a paz das ruas.

Teófilo Braga triunfou como educador, porque foi o orientador de muitas gerações. Triunfou como português imortal, porque se integrou na obra de Camões, a mais alta e viva encarnação da pátria e da raça. Triunfou, como figura mundial, porque foi a autoridade do seu nome a maior garantia para o reconhecimento oficial da República em Portugal. Triunfou, como caracter incomparável, pela sua tenacidade, pela sua coerência e pela sua moral. Triunfou, enfim, pela sua vontade indomável. A vontade é a primeira das aristocracias.

Se os mortos passam depressa, há, todavia, alguns que sobrevivem, porque marcam uma época e uma civilização. E tal é o caso de Teófilo Braga. A sabedoria dignifica. Prova-o a sua gloriosa iniciativa na celebração do tri-centenário de Camões, que assinalou a nossa revivescência. Datam daí um novo período na nossa história e a entrada triunfal da democracia em Portugal.

Teófilo Braga ficará como o símbolo da tradição e da fé republicanas, que não deixaremos morrer, porque é a própria alma da pátria que nelas vive. A' maneira de Henriques Nogueira, Teófilo foi um precursor. Êste pequeno monumento encerra, pois, um alto significado moral: o respeito pela tradição, e pela fé republicanas, que refletem uma imortalidade histórica.

Outros oradores exaltarão, em nome do governo, em nome da municipalidade, em nome da Faculdade de Letras em nome do Grémio Aço-

riano, a obra do Mestre querido e amado. A mim só me cabe a suprema honra de confiar à cidade de Lisboa, representada no seu Município, esta pequena relíquia que ficará sob a guarda do povo que êle amou e por quem foi tão amado.

Bem hajam os que amam e também os que foram amados!»

bibRIA

bibRIA

MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL

Esclarecimentos

Nunca é demais insistir neste assunto. Por isso nos permitimos esclarecer certos períodos do capítulo atrás publicado sobre o caso.

Para provar como tem sido laborioso este trabalho, bastará dizer que só à profundidade de 32 metros foi possível encontrar terreno sólido, para a construção do monumento.

Foi admirável a atitude da Câmara Municipal que, apesar do obstáculo, se manteve firme e resoluta. O projecto, apresentado pelos três artistas, Adães Bermudes, Francisco dos Santos e Couto, orçado primitivamente em cem contos, subiu a muitas centenas, como disse.

Foi lançada a primeira pedra em 13 de Maio de 1926, dia do seu nascimento, e desta vez o resultado será seguro. Nada poderá contrariar a perseverança da comissão, a não ser alguma grande catástrofe. Em 2 de Junho de 1925 é que a actual comissão foi empossada no seu mandato, tendo o tenente-coronel, dr. Joaquim de Oliveira Simões, a cuja actividade se deve principalmente o andamento dos trabalhos, sido nomeado tesoureiro, a 12 de Abril de 1924, em substituição do dr. José de Pádua, falecido.

Nessa mesma data foram nomeados outros vogais. Completou a comissão executiva, como secretário, o capitão Felisberto Tavares, que tem sido outro trabalhador incansável.

A comissão executiva, composta de beneméritos cidadãos, de que é alma o devotado tesoureiro, dr. Oliveira Simões, não se tem poupado, nem se poupará, a esforços para levar a bom termo a sua patriótica tarefa. Aqueles mesmo a quem eu chamo agregados, foram nomeados membros efectivos da comissão.

Terei ocasião de escrever sobre este acontecimento, uma narrativa completa, repondo os factos nos seus pormenores e nas suas minúcias.

bibRIA

ANTES DA REVOLUÇÃO

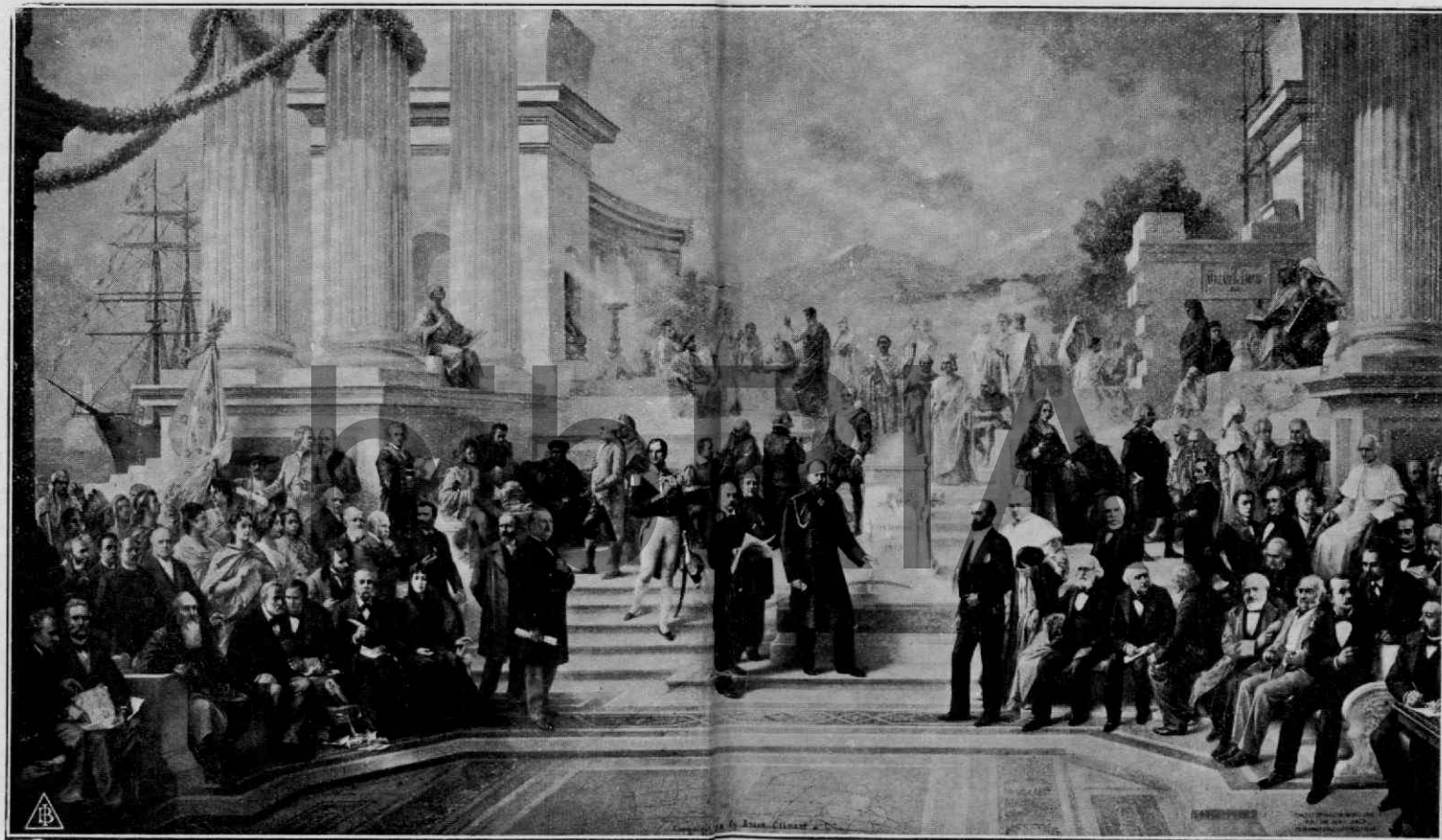


Os companheiros do *Excelsior*, de Paris — da esquerda para a direita, sentados: drs. Alves da Veiga e Magalhães Lima; de pé: dr. João de Barros, José da Costa Amorim e dr. Angelo da Fonseca.

DEPOIS DA REVOLUÇÃO



No Hotel Central, da Cité Bergère — sentados: Xavier de Carvalho, drs. Angelo da Fonseca, Magalhães Lima e o correspondente do *Século* de Milão; de pé: representantes dos jornais de Paris e do estrangeiro, entre os quais se destaca Aquilino Ribeiro.



OS APOSTÓLOS DA PAZ



Anatole France e Magalhães Lima no claustro dos Jerônimos,
em Belém

THÉÂTRE DU CAPITOLE

8 h. 30 précises. **Samedi 20 Mai 1916** 8 h. 30 précises

Grande Soirée de Bienfaisance

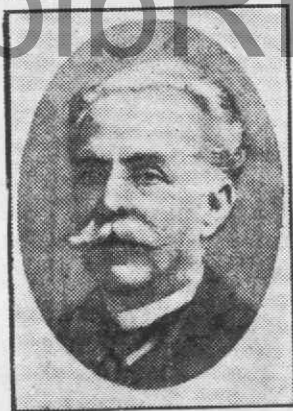
SOUS LA PRÉSIDENTE D'HONNEUR DE
M. le PRÉFET de la 3^e Garonne, M. le GÉNÉRAL, commandant la 17^e Région

ET SOUS LA PRÉSIDENTE EFFECTIVE DE
M. JEAN RIEUX, MAIRE DE LA VILLE DE TOULOUSE

GRANDE CONFÉRENCE

Par **M. MAGALHAES-LIMA**
SENATEUR

Ancien Ministre de l'Instruction Publique de la République Portugaise.



M. MAGALHAES-LIMA.

PROGRAMME

Prix : 0 fr. 30 centimes.



O interessante Congresso realizado no Alto da Serra no mês de Agosto de 1918



EM ITÁLIA

**A minha chegada a Ravena, depois da proclamação da República,
em que tomaram parte cerca de 30.000 pessoas**



OS COMPANHEIROS E AMIGOS DE ELIAS GARCIA

1.º plano, da esquerda para a direita : João Evangelista Pinto de Magalhães, Feio Terenas, dr. Magalhães Lima, José Teixeira Simões, Calvo da Silva e dr. Anselmo de Xavier ; 2.º plano : António Carlos Teixeira de Magalhães, Caetano Pinto, Marrecas Ferreira, José Maria Pereira, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, Eduardo José Gaspar e José Vicente de Oliveira ; 3.º plano : Constâncio de Oliveira, Agostinho Manuel de Sousa, Ferreira Pacheco, José Afonso de Pala, J. Andrade, Mestre dos Santos, Cordeiro e José Martins Calixto da Fonseca.



PATIO DO SALEMA

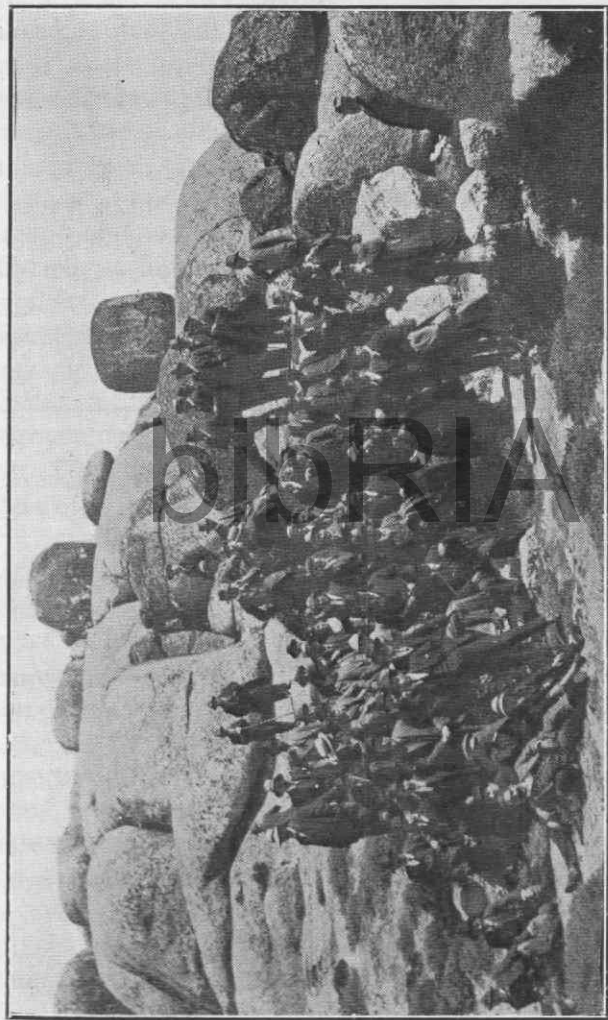
Banquete de homenagem a Tomé de Barros Queirós

Da esquerda para a direita, sentados : Manoel Guilherme da Silva, Tomé de Barros Queirós, Magalhães Lima, José Lourenço Simas, António Gomes Ribeiro, Macário Ferreira e Artur Ferreira; de pé : Ferreira Chaves, António José Guedes, Manoel Cardoso, José Pinheiro de Melo e Augusto José Vieira

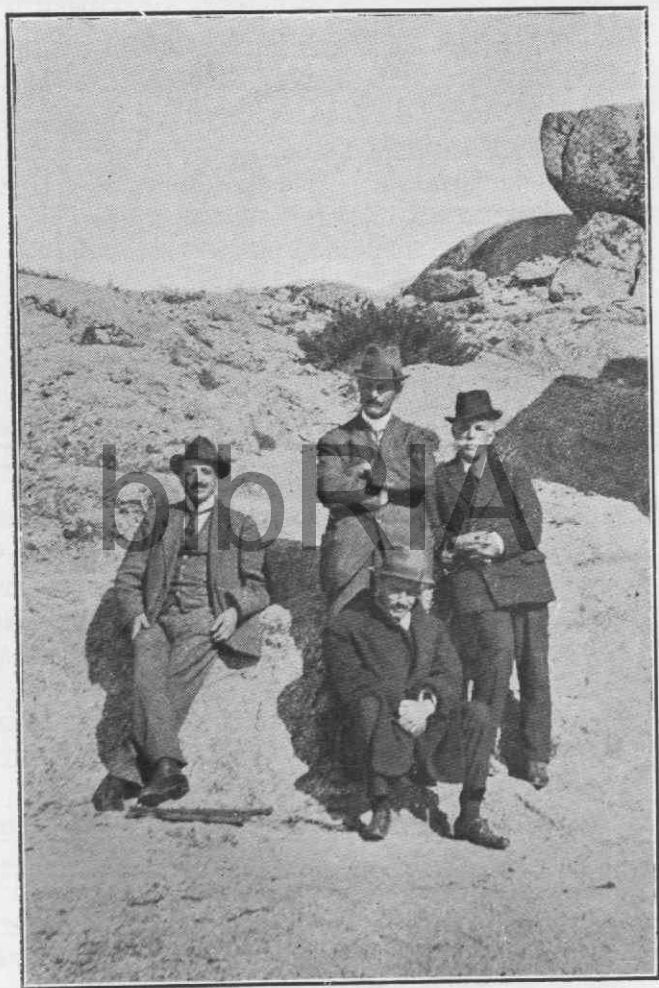


**A comissão do monumento junto à «maquette»
no dia 13 de Maio de 1927**

**Da esquerda para a direita : J. Bernardo Ferreira,
General Vieira da Rocha, architecto Adães Bermudes, Magalhães Lima,
Dr. Oliveira Simões, Dr. Veiga e Sousa, capitão Tavares,
J. Pedro Moreira e Dr. Estevam da Silva**



O interessante Congresso realizado no Alto da Serra no mês de Agosto de 1918



SERRA DA ESTRÉLA

A minha primeira excursão à Serra da Estréla

O dr. José de Ataíde, director da Repartição de Turismo, sentado;
Tavares de Melo, Pedro Boto Machado e Magalhães Lima, em pé

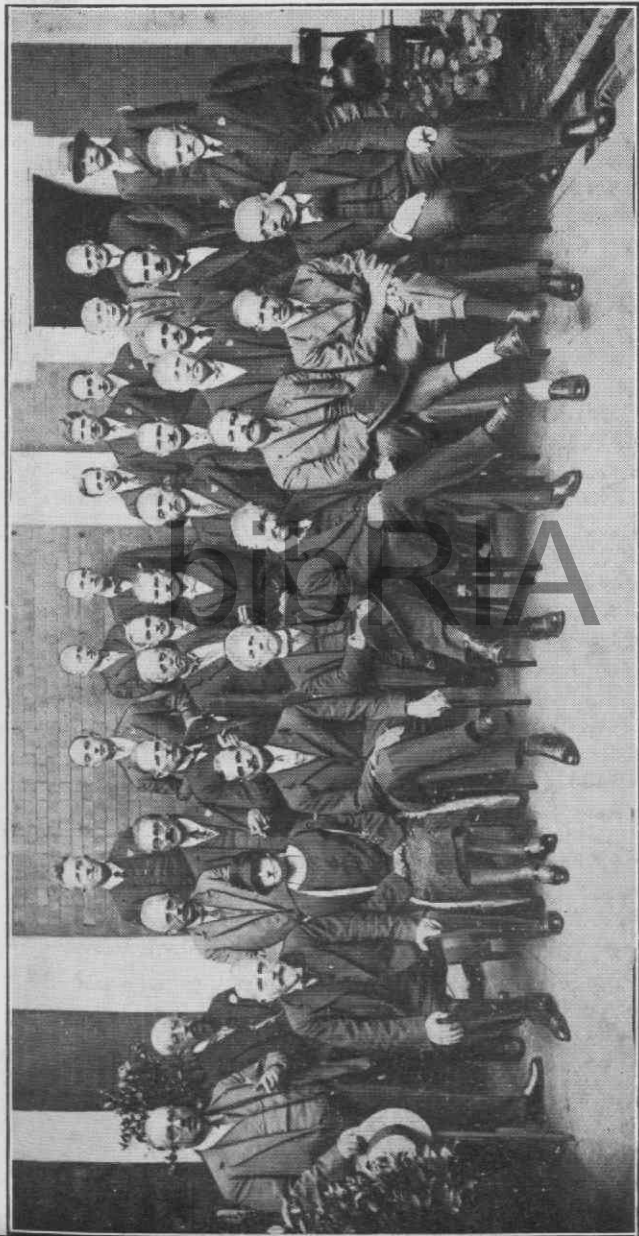


UMA OBRA DE ARTE

Retrato de Magalhães Lima feito pelo grande pintor Malhõa



Retrato de Magalhães Lima feito à pena pelo distinto artista
Saavedra Machado



NO CONGRESSO DA IMPRENSA REALIZADO EM LONDRES NO MÊS DE JULHO DO CORRENTE ANO

O almoço oferecido na redacção do «Times»

Ao centro Magalhães Lima, presidente do Congresso, tendo à sua direita o sr. Astor, director do *Times*, e à esquerda o sr. O'Connor, decano dos jornalistas ingleses

INDICE

	Págs.
Caracter	XI
AS MINHAS VIAGENS	
I — O culto do esforço	21
II — Antes e depois da Revolução	23
III — A razão desta obra	25
IV — A Democracia em marcha	33
V — Obreiros da Civilização	39
PRELIMINARES DA REPÚBLICA	
VI — As minhas conferências em Espanha	101
VII — O banquete da «Independência Belga»	121
VIII — A Grande Nova	123
PORTUGAL NA GUERRA	
IX — Proclamando a nossa intervenção	137
REVIVENDO	
X — Recordar é resuscitar	179
XI — Na minha torre de marfim	207
XII — O monumento ao Marquês de Pombal	217
XIII — Na Serra da Estrêla	235
XIV — Os Jarrões	249
XV — Anonimato heroico	251
XVI — Notas complementares	253

COMPOSTO E IMPRESSO NA
«OTTOSGRAFICA», CONDE
BARÃO, CINQUENTA - LISBOA

biblioteca